

Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Julho 2013

Volume 7 | Número 3



Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Julho 2013
Volume 7 | Número 3



CGC 00.038.166/0001-05

Boletim Regional do Banco Central do Brasil	Brasília	v. 7	n. 3	jul.	2013	p. 1-104
---	----------	------	------	------	------	----------

Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Publicação trimestral do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico.

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes do **Departamento Econômico (Depec)** (*e-mail*: depec@bcb.gov.br):

Região Norte – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Belém (*e-mail*: pa.depec@bcb.gov.br);

Região Nordeste – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Fortaleza (*e-mail*: ce.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico em Recife (*e-mail*: pe.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico em Salvador (*e-mail*: ba.depec@bcb.gov.br);

Região Centro-Oeste – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Belo Horizonte (*e-mail*: mg.depec@bcb.gov.br);

Região Sudeste – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Belo Horizonte (*e-mail*: mg.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico no Rio de Janeiro (*e-mail*: rj.depec@bcb.gov.br),
Gerência Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo (*e-mail*: sp.depec@bcb.gov.br);

Região Sul – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Curitiba (*e-mail*: pr.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico em Porto Alegre (*e-mail*: rs.depec@bcb.gov.br).

Informações sobre o Boletim

Telefone: (61) 3414-1022

Fax: (61) 3414-2036

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 7, n. 3.

Controle Geral de Publicações

Banco Central do Brasil
Comun/Dipiv/Coivi
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 14º andar
Caixa Postal 8.670
70074-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3414-3710 e 3414-3565
Fax: (61) 3414-1898
E-mail: editor@bcb.gov.br

Convenções estatísticas

- ... dados desconhecidos.
 - dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0 ou 0,0 menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- * dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Central de Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil
Deati/Diate
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF
DDG: 0800 9792345
Fax: (61) 3414-2553
Internet: <<http://www.bcb.gov.br>>

Sumário

Apresentação	5
Sumário executivo	7
Região Norte	9
Região Nordeste	15
Bahia _____	20
Ceará _____	24
Pernambuco _____	28
Região Centro-Oeste	33
Região Sudeste	39
Minas Gerais _____	44
Rio de Janeiro _____	49
São Paulo _____	53
Região Sul	59
Paraná _____	66
Rio Grande do Sul _____	72
Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais	81
Boxes	
Evolução Regional da Atividade Pecuária _____	85
Economia Paraense: estrutura produtiva e desempenho recente _____	89
Medidas Abrangentes de Desemprego _____	95
Apêndice	99

Apresentação

O “Boletim Regional do Banco Central do Brasil” é uma publicação trimestral do Banco Central do Brasil que apresenta as condições da economia por regiões e por alguns estados do país. Sob o enfoque regional, enfatiza-se a evolução de indicadores que repercutem as decisões de política monetária – produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros. Nesse contexto, a publicação contribui para a avaliação do impacto das políticas da Autoridade Monetária sobre os diferentes entes da Federação, à luz das características econômicas locais e das gestões políticas regionais.

As análises e informações do “Boletim Regional” buscam oferecer à sociedade – em particular, a gestores de política econômica nas esferas subnacionais, pesquisadores e integrantes do meio acadêmico, empresários, investidores, e profissionais de imprensa – elementos que contribuam para identificar a forma e, especialmente, a magnitude de repercussão, no âmbito regional, das políticas implementadas. Ao mesmo tempo, a publicação contribui para dar à sociedade conhecimento dos critérios analíticos da Instituição.

O “Boletim Regional” analisa as economias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A disponibilidade de estatísticas econômicas, bem como a distribuição geográfica das representações do Banco Central, influenciou a escolha dos estados. Assim, para as regiões que possuem apenas uma representação institucional – Norte e Centro-Oeste –, optou-se pela análise agregada regionalmente. Para as regiões em que existem mais de uma representação, são apresentadas, além da análise regional, as análises para os estados nos quais se encontram as representações.

Homogeneidade, abrangência e regularidade foram os principais critérios de escolha das estatísticas e das fontes. Dessa forma, em sua maior parte, os dados têm como origem

os órgãos e os institutos de âmbito nacional, destacadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os entes da administração direta. Em alguns casos, foram utilizadas, complementarmente, informações de entidades regionais. Dados sem tratamento das fontes foram dessazonalizados pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil (Depec).

Sumário executivo

A continuidade do crescimento econômico do país, refletida na expansão trimestral do Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br) em maio (após ajuste sazonal) repercute desempenhos heterogêneos das economias regionais, determinados, de um lado, pelo crescimento significativo da agropecuária e de setores específicos da indústria, e de outro, pela moderação nas atividades extrativa mineral e segmentos do comércio.

No Norte, a atividade econômica arrefeceu no trimestre encerrado em maio, em parte, devido ao desempenho negativo da indústria extrativa. O Índice de Atividade Econômica Regional da região Norte (IBCR-N) recuou 0,6% em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando registrara estabilidade, na mesma base de comparação, considerados dados dessazonalizados. Assinale-se o desempenho das exportações que cresceram 8% no primeiro semestre, comparativamente a igual período de 2012, sustentado pelas vendas de produtos básicos, principalmente minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados.

O ritmo de crescimento economia do Nordeste moderou no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro. Nesse sentido, o IBCR-NE registrou aumentos respectivos de 0,5% e 2% nos trimestres mencionados, considerados dados dessazonalizados. A produção da indústria nordestina contraiu 0,3%, com destaque para os recuos nas atividades têxtil, 8,2%, e máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 3,1%; bem como os crescimentos em vestuários e acessórios, 9,1%, e calçados e artigos de couro, 5,4%.

A atividade econômica no Centro-Oeste manteve-se em expansão no trimestre terminado em maio, com crescimento na indústria extrativa e no comércio, e retração na indústria de transformação. O IBCR-CO cresceu 0,5% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando havia aumentado 1,3%, no mesmo tipo

de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. O desempenho da economia da região deverá ser favorecido, nos próximos meses, pelos ganhos da renda agrícola, com impactos relevantes sobre o comércio local, e pelas vendas externas.

A atividade econômica do Sudeste, refletindo a acomodação das vendas do comércio ampliado e da produção industrial, arrefeceu no trimestre finalizado em maio. Nesse contexto, o IBCR-SE recuou 0,3% em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando expandira 1,4%, no mesmo tipo de comparação, considerando a série com ajuste sazonal. A continuidade do crescimento do crédito, em contexto de expansão dos investimentos – revelada pela trajetória dos desembolsos do BNDES para a região – e a expansão da renda devem favorecer a atividade econômica na região nos próximos meses.

Os principais indicadores de atividade apontaram maior dinamismo da economia do Sul no segundo trimestre, em comparação ao trimestre anterior. Esse desempenho é explicado, em grande parte, pela recuperação do setor agrícola e seus reflexos sobre a indústria, não obstante a moderação observada no setor de serviços. Nesse cenário, o IBCR-S cresceu de 6,5% no trimestre finalizado em maio, comparativamente ao trimestre encerrado em fevereiro, quando registrara expansão de 1,4% na mesma base de comparação, considerando a série com ajuste sazonal.

Região Norte

Gráfico 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Norte

Dados dessazonalizados
2002 = 100

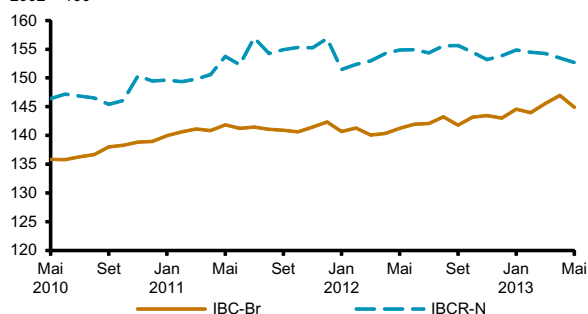
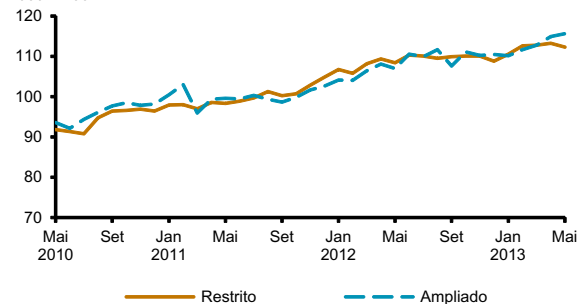


Gráfico 1.2 – Comércio varejista – Norte

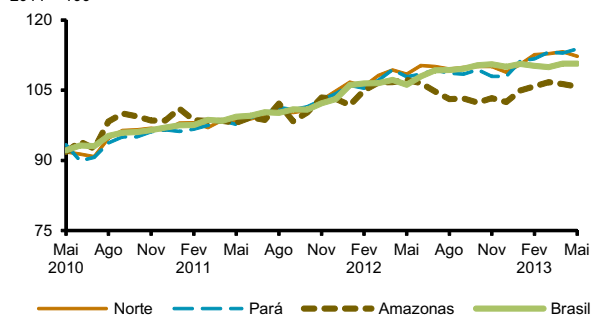
Dados dessazonalizados
2003 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 1.3 – Índice de volume de vendas no varejo

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

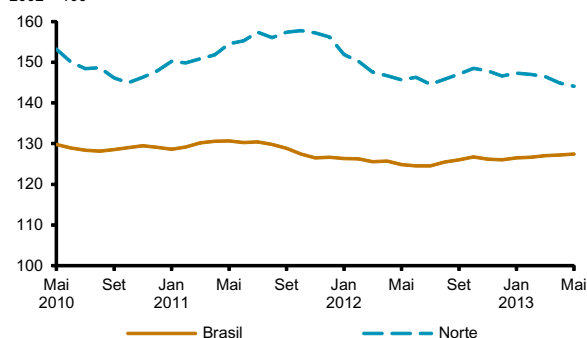
A atividade econômica arrefeceu na região Norte no trimestre encerrado em maio, em parte, devido ao desempenho negativo da indústria extrativa. O IBCR-N recuou 0,6% em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando registrara estabilidade, na mesma base de comparação, considerados dados dessazonalizados. A análise em doze meses evidencia que o indicador recuou 0,1% em maio (aumento de 0,6% em fevereiro) em relação ao período correspondente de 2012.

As vendas do comércio varejista cresceram 2% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando haviam aumentado 0,4%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. Ocorreram aumentos nos sete estados da região incluídos na pesquisa, com destaque para Roraima, 5,1%; Pará, 2,7%; e Rondônia, 2,4%. O comércio ampliado, que agrega vendas de material de construção e de veículos, motos, partes e peças, cresceu 3,2% e 0,8%, respectivamente, nos trimestres mencionados, destacando-se as expansões das vendas no Pará, 3,6%; Tocantins, 3,1%; e Rondônia, 2,6%.

Considerados períodos de doze meses, a atividade varejista cresceu 6,3% em maio (8,3% em fevereiro), em relação a igual período de 2012, ressaltando-se os aumentos em Roraima, 18%; Amapá, 12,7%; e Tocantins, 10,5%. Na mesma base de comparação, o comércio ampliado cresceu 8,2% em maio.

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) para a região Norte, elaborado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), atingiu 134,9 pontos em junho (133,1 pontos em março e 133,8 pontos em junho de 2012), elevando-se 1,4% no segundo trimestre e 0,8% no ano. O componente que avalia as perspectivas sobre investimentos aumentou 3,2 pontos, para 126,2 pontos, no trimestre. A pesquisa, realizada entre os dias 1 e 20 de maio,

Gráfico 1.4 – Produção industrial – Norte
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 1.1 – Produção industrial – Amazonas

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2013	Variação % no período		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	1,3	1,8	-3,6
Indústria extrativa	2,6	0,3	-3,7	-1,0
Indústria de transformação	97,4	1,2	2,3	-3,7
Material eletrônico	26,3	-3,9	-9,1	-10,5
Alimentos e bebidas	19,5	-3,9	7,3	7,2
Equipamentos transporte	15,4	2,7	8,6	-23,2
Máquinas e equipamentos	7,2	-2,2	-1,4	13,4

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 1.2 – Produção industrial – Pará

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2013	Variação % no período		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-3,9	-8,1	-5,9
Indústria extrativa	47,6	0,9	-15,7	-7,0
Indústria de transformação	52,4	-5,1	-3,8	-4,8
Metalurgia básica	30,7	-3,4	-5,7	-7,7
Alimentos e bebidas	10,1	-2,1	-5,6	3,7
Minerais não metálicos	4,9	0,8	5,4	5,2
Celulose e papel	4,7	-18,0	-22,6	-11,8

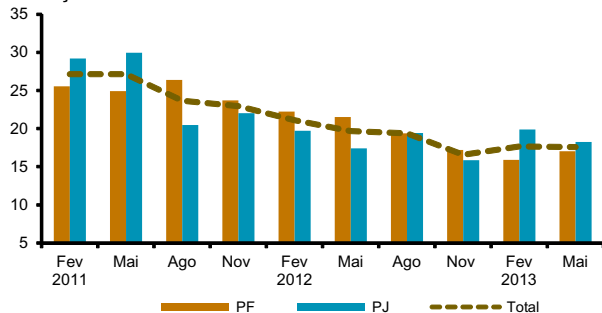
Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 1.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Norte^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

não refletiu os efeitos das manifestações observadas a partir da segunda quinzena de junho.

A produção industrial da região contraiu 1,9% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando declinara 0,5%, no mesmo tipo de comparação, segundo a série dessazonalizada da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do IBGE, com a produção da indústria extrativa recuando 14,3% e a da indústria de transformação crescendo 1,1%. A produção da indústria de transformação do Amazonas, com participação de 76% no total da região, cresceu 2,3% no trimestre, destacando-se os acréscimos nos segmentos refino de petróleo e álcool, 11,7%; equipamentos de transportes, 8,6%; e alimentos e bebidas, 7,3%. A indústria paraense recuou 8,1% no trimestre finalizado em maio, reflexo de reduções de 15,7% na indústria extrativa e de 3,8% na de transformação.

A análise em doze meses revela que a produção industrial da região recuou 4,4% em maio (-4,9% em fevereiro), resultado de contrações de 6,5% na indústria extrativa e 3,9% na de transformação. A evolução da indústria de transformação evidenciou, em especial, as retrações nos segmentos equipamentos de transportes, 23,2%, e material eletrônico, 10,5%, no Amazonas; e celulose, papel e produtos de papel, 11,8%, e metalurgia básica, 7,7%, no Pará.

O faturamento nominal da indústria amazonense recuou 2,4% no período de doze meses encerrado em maio (-2,2% em fevereiro), relativamente a igual período do ano anterior, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam). O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria de transformação do Amazonas atingiu 80,9% em maio (80,5% em fevereiro e 80,6% em maio de 2012).

O Índice de Confiança do Empresário do Industrial (Icei) da Região Norte, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), atingiu 57,2 pontos em junho (60,4 pontos em março e 57,7 pontos em junho de 2012).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas na região atingiu R\$93,4 bilhões em maio, aumentando 3,7% no trimestre e 17,6% em doze meses. As operações contratadas no segmento de pessoas físicas totalizaram R\$51,9 bilhões, com aumentos respectivos de 4,7% e de 17% nas bases de comparação mencionadas, com destaque para as modalidades crédito pessoal, financiamentos a veículos e financiamentos imobiliários. A carteira de

pessoas jurídicas somou R\$41,5 bilhões, com crescimento de 2,6% no trimestre e de 18,2% em doze meses. As operações relacionadas ao comércio e reparação de veículos cresceram 12,3% no trimestre, contrastando com o recuo de 16,7% nas relativas ao setor agrícola.

A taxa de inadimplência no mercado de crédito atingiu 4,3% em maio, estável em relação a fevereiro e 0,4 p.p. menor ante maio de 2012. As taxas relativas aos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas variaram, na ordem, 0,2 p.p. e -0,2 p.p. no trimestre, situando-se em 5,4% e 2,9%, respectivamente.

Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para região Norte totalizaram R\$4 bilhões nos cinco primeiros meses de 2013 (R\$4,9 bilhões em igual período de 2012).

O *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios da região Norte atingiu R\$1,1 bilhão no primeiro trimestre do ano (R\$2,6 bilhões em igual período de 2012). Ocorreram retrações nos resultados dos governos estaduais, 57,4%; das capitais, 73,5%; e dos demais municípios, 2,0%.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$243 milhões no trimestre (R\$458 milhões no primeiro trimestre de 2012). O *superavit* nominal somou R\$849 milhões no período (R\$2,1 bilhões no primeiro trimestre de 2012).

A dívida líquida dos estados, da capital e dos principais municípios da região totalizou R\$4,98 bilhões em março, recuando 15,5% em relação a dezembro de 2012 e passando a representar 0,9% do endividamento de todos os estados, capitais e principais municípios do país (1,1% ao final de 2012).

A safra de grãos da região deverá totalizar 4,6 milhões de toneladas em 2013, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de junho, divulgado pelo IBGE. A estimativa de recuo anual de 2,6% incorpora reduções nas colheitas de milho, 16,5%, e de arroz, 1,7%, e aumento de 8,8% na de soja. Em relação às demais culturas, estima-se redução de 2,7% na colheita de mandioca e aumentos respectivos de 10,8% e 1,4% nas de banana e abacaxi.

Os abates de bovinos realizados em estabelecimentos inspecionados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF)

Tabela 1.3 – Dívida líquida – Região Norte^{1/}
Composição

Região Norte	R\$ milhões		
	2011	2012	2013
	Dez	Dez	Mar
Dívida bancária	5 766	8 528	8 374
Renegociação ^{2/}	4 049	4 190	4 124
Dívida externa	1 676	2 414	2 434
Outras dívidas junto à União	32	23	99
Dívida reestruturada	286	290	286
Disponibilidades líquidas	-5 501	-9 551	-10 339
Total (A)	6 307	5 895	4 979
Brasil^{3/} (B)	491 433	541 717	533 065
(A/B) (%)	1,3	1,1	0,9

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 1.4 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Norte^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2012	Nominal	Outros ^{4/}		2013
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Mar	
Total	5 895	-1 092	243	-849	-68	4 979
Governos estaduais	6 547	-967	240	-727	-61	5 759
Capitais	-279	-63	6	-57	-7	-343
Demais municípios	-372	-62	-4	-65	0	-438

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 1.5 – Necessidades de financiamento – Região Norte^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Total	-2 573	-1 092	458	243
Governos estaduais	-2 270	-967	456	240
Capitais	-239	-63	2	6
Demais municípios	-63	-62	0	-4

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 1.6 – Produção agrícola – Norte

Itens selecionados

Discriminação	Em mil toneladas		
	Produção		Variação % 2013/2012
	2012	2013 ^{1/}	
Grãos	4 739	4 616	-2,6
Arroz (em casca)	820	806	-1,7
Milho	1 636	1 366	-16,5
Soja	2 125	2 312	8,8
Outras lavouras			
Mandioca	7 750	7 540	-2,7
Banana	820	884	7,8
Abacaxi	355	360	1,4

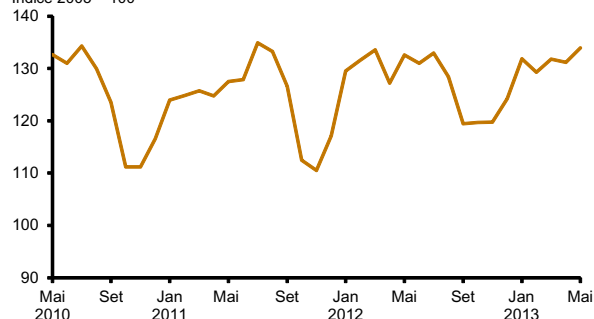
Fonte: IBGE

1/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2013.

Gráfico 1.6 – Abate de bovinos – Norte

Média móvel trimestral

Índice 2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 1.7 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Norte		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	8 097	8 747	8,0	-2,4
Básicos	5 778	6 741	16,7	-2,6
Industrializados	2 319	2 006	-13,5	-2,2
Semimanufaturados	967	786	-18,7	-3,8
Manufaturados ^{1/}	1 352	1 219	-9,8	-1,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 1.8 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Norte		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	7 628	7 686	0,8	6,7
Bens de capital	2 105	1 980	-5,9	6,6
Matérias-primas	3 043	3 350	10,1	6,8
Bens de consumo	2 163	2 049	-5,3	2,6
Duráveis	1 990	1 904	-4,3	-4,5
Não duráveis	172	145	-15,9	11,9
Combustíveis e lubrificantes	317	308	-3,0	10,6

Fonte: MDIC/Secex

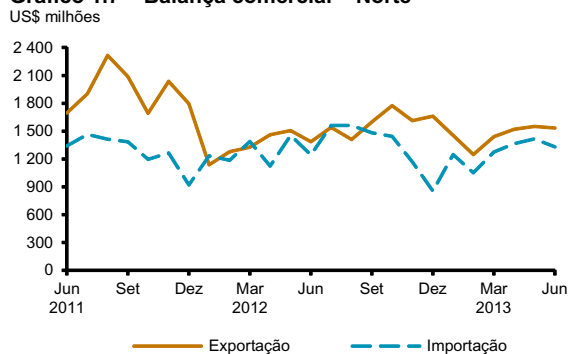
cresceram 3,9% nos cinco primeiros meses deste ano, em relação a igual período de 2012, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). No mesmo período, as exportações de carnes desossadas de bovinos congeladas e de bovinos vivos aumentaram, na ordem, 45,6% e 5,5%, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

O *superavit* da balança comercial da região atingiu US\$1,1 bilhão nos seis primeiros meses do ano. O aumento de 126,2% em relação a igual período do ano anterior refletiu os crescimentos respectivos de 8% e 0,8% nas exportações e nas importações, que somaram, na ordem, US\$8,7 bilhões e US\$7,7 bilhões.

A evolução das exportações, decorrente de variações de 2,4% nos preços e 6,3% no *quantum*, repercutiu, em grande parte, o desempenho das vendas de produtos básicos, principalmente a elevação de 13,0% nas relativas a minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados, com participação de 51,4% no total exportado pela região. Os embarques de produtos industrializados recuaram 13,5% no semestre. As exportações à China, Japão, Alemanha, Venezuela e Coreia do Sul representaram, em conjunto, 54,7% do total da região, no período.

O desempenho das importações refletiu as variações de -1,1% nas quantidades e de 1,8% nos preços, destacando-se o aumento de 10,1% nas compras de matérias primas e produtos intermediários, com participação de 43,6% na pauta, no semestre. Os produtos provenientes da China, Coreia do Sul, Estados Unidos da América (EUA), Japão e Taiwan representaram 76,8% das aquisições externas da região no semestre.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a economia da região Norte gerou 2,6 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em maio (9,7 mil em igual período de 2012), dos quais 2,1 mil na construção civil e 1,2 mil no setor de serviços. Destacaram-se as vagas geradas no Amazonas, 1,3 mil, e no Amapá, 1 mil, e a eliminação de 1,3 mil postos em Rondônia. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal da região cresceu 0,2% no trimestre terminado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando recuara 0,2%, na mesma base de comparação, com aumentos respectivos de 1,4%, 0,5% e 0,2% no Amapá, Pará e Amazonas.

Gráfico 1.7 – Balança comercial – Norte

Fonte: MDIC/Aliceweb

Tabela 1.9 – Evolução do emprego formal – Norte

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	9,7	30,8	3,1	-32,1	2,6
Extrativa mineral	0,8	0,9	-0,2	-0,4	0,1
Indústria de transformação	-3,3	3,9	-1,0	-7,1	(0,3)
Comércio	2,0	4,4	6,5	-5,8	0,1
Serviços	6,9	9,1	1,8	-8,5	1,2
Construção civil	4,2	10,3	-2,6	-7,5	2,1
Agropecuária	-0,5	1,8	-0,9	-2,0	(0,9)
Outros ^{2/}	-0,4	0,3	-0,4	-0,9	0,4

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui serviços industriais, administração pública e outros.

Tabela 1.10 – Evolução do emprego formal – Norte

Novos postos de trabalho

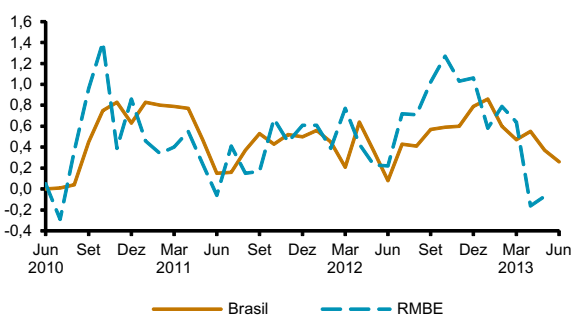
UF	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Região Norte	9,7	30,8	3,1	-32,1	2,6
Acre	1,2	1,3	-0,9	-2,5	0,7
Amapá	0,6	2,1	0,7	-0,7	1,0
Amazonas	-1,1	4,7	2,0	-7,6	1,3
Pará	6,7	15,0	4,4	-12,1	0,8
Rondônia	-0,2	5,7	-2,0	-5,0	-0,5
Roraima	-0,2	1,3	1,2	-1,1	-1,3
Tocantins	2,7	0,6	-2,2	-3,1	0,5

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

Gráfico 1.8 – IPCA - Norte

Variação (%)



Fonte: IBGE

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Região Metropolitana de Belém (RMB) variou 0,41% no trimestre encerrado em junho (2,45% no primeiro trimestre do ano), refletindo a desaceleração nos preços livres, de 3,90% para 0,24%, e a aceleração dos monitorados, de -3,01% para 1,10%.

Especificamente sobre preços livres, houve desacelerações nos segmentos de bens não comercializáveis, de 5,56% para 0,46%, com destaque para a redução no item pescados; e de bens comercializáveis, de 2,67% para 0,07%, com ênfase nos recuos de preços nos itens óleos e gorduras, e bebidas e infusões. O aumento na variação dos preços monitorados refletiu, sobretudo, elevações de preços de produtos farmacêuticos, 3,48%; óleo diesel, 3,14% e gás de botijão, 2,94%.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da região Norte variou 8,08% em junho (9,19% em março), destacando-se os aumentos nos grupos alimentação, 15,12%; educação, 7,24%; e saúde e cuidados especiais, 6,72%.

O índice de difusão atingiu 59,01% no trimestre encerrado em junho (66,14% no primeiro trimestre do ano).

A atividade da economia da região Norte, em linha com importante redução na produção da indústria extrativa, moderou nos primeiros meses de 2013. As vendas do comércio permaneceram em expansão, mas em ritmo mais moderado, evolução consistente com o menor crescimento das operações de crédito e com a trajetória da inflação, não obstante recentemente haver recuado.

Tabela 1.11 – IPCA – Belém

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2012	2013		
		Ano	I Tri	II Tri	Ano
IPCA	100,0	8,30	2,45	0,41	2,87
Livres	80,0	8,69	3,90	0,24	4,15
Comercializáveis	44,6	5,33	2,63	0,07	2,70
Não comercializáveis	35,4	13,45	5,56	0,46	6,05
Monitorados	20,0	6,87	-3,01	1,10	-1,95
Principais itens					
Alimentação	34,9	14,30	6,26	-0,47	5,76
Habitação	11,2	7,89	-6,09	2,06	-4,16
Artigos de residência	5,3	2,01	1,67	0,56	2,24
Vestuário	8,9	3,92	1,71	0,73	2,45
Transportes	12,9	3,59	1,54	-0,44	1,10
Saúde	10,4	6,09	1,74	2,36	4,14
Despesas pessoais	7,9	9,88	2,13	0,55	2,69
Educação	4,6	7,35	6,09	0,42	6,54
Comunicação	3,7	1,01	0,01	0,09	0,10

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2013.

Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Nordeste

Dados dessazonalizados

2002 = 100

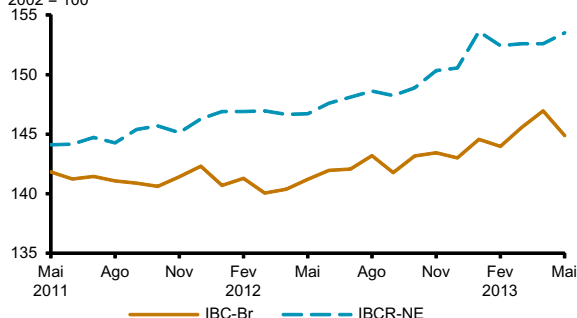
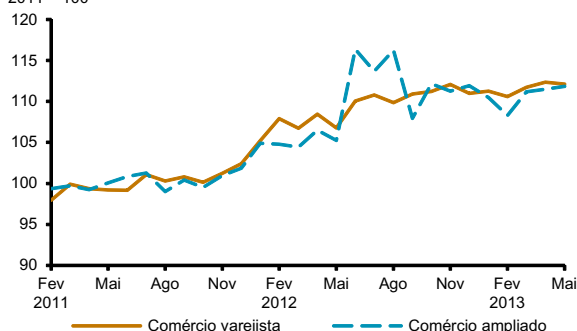


Gráfico 2.2 – Comércio varejista – Nordeste

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.1 – Comércio varejista – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012		2013	
	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}
Comércio varejista	9,3	-0,4	1,0	7,3
Combustíveis e lubrificantes	9,1	-1,3	4,9	3,8
Híper e supermercados	7,4	-2,7	-1,7	3,9
Móveis e eletrodomésticos	14,4	1,9	1,8	10,7
Eq. e mat. p/esc., inf. e com.	15,9	-12,2	1,1	7,9
Comércio ampliado	9,8	-0,2	1,2	9,0
Automóveis e motocicletas	8,9	2,3	-1,4	10,0
Material de construção	10,9	1,2	4,5	9,2

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O ritmo de crescimento economia do Nordeste moderou no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro. Nesse sentido, o IBCR-NE registrou aumentos respectivos de 0,5% e 2% nos trimestres mencionados, considerados dados dessazonalizados. A análise em doze meses revela que o indicador cresceu 3,2% em maio (2,7% em fevereiro).

As vendas do comércio varejista no Nordeste¹ cresceram 1% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando haviam recuado 0,4%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Destacaram-se os aumentos nas vendas de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 8,9%, e de outros artigos de uso pessoal e doméstico, 6,7%. O comércio ampliado, que incorpora vendas de veículos, motos, partes e peças e de material de construção, cresceu 1,2% no trimestre, com variações nesses segmentos de, respectivamente, -1,4% e 4,5%.

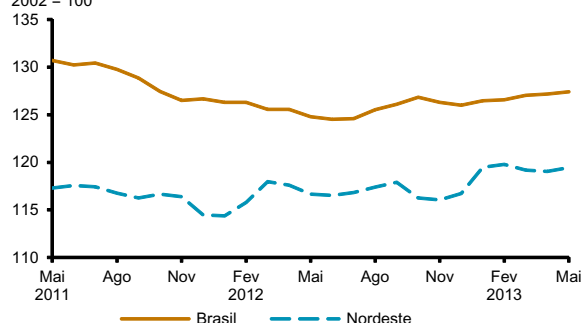
Considerados períodos de doze meses, o comércio varejista da região expandiu 7,3% em maio, destacando-se os crescimentos nos segmentos outros artigos de uso pessoal e doméstico, 22,6%, e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 13,2%. As vendas de material de construção e de veículos, motos, partes e peças aumentaram 9,2% e 10%, respectivamente, na mesma base de comparação, contribuindo para que o comércio ampliado da região crescesse 9% no período de doze meses encerrado em maio (9,4% em fevereiro).

A produção da indústria nordestina contraiu 0,3% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando crescera 3,2%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Destacaram-se os recuos nas atividades têxtil,

1/ Os dados relativos à região foram obtidos a partir da agregação do índice do volume de cada unidade da Federação, ponderados pela participação da variável receita bruta de revenda de cada unidade da Federação na receita bruta total da região, constante da Pesquisa Anual do Comércio do IBGE.

8,2%, e máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 3,1%; bem como os crescimentos em vestuários e acessórios, 9,1%, e calçados e artigos de couro, 5,4%.

Gráfico 2.3 – Produção industrial – Nordeste
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.2 – Produção industrial – Nordeste
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2013	Variação % no período		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	3,2	-0,3	1,3
Indústria extrativa	6,6	1,9	-0,7	-0,4
Indústria de transformação	93,4	3,8	-0,7	1,4
Alimentação e bebidas	29,1	-0,9	0,4	-3,9
Produtos químicos	19,7	3,8	2,2	3,2
Refino de petróleo e álcool	12,4	6,0	1,8	11,6
Metalurgia básica	7,5	1,4	2,2	-2,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Considerados períodos de doze meses, a produção industrial da região expandiu 1,3% em maio (0,6% em fevereiro), resultado de variações de -0,4% na indústria extrativa e de 1,4% na de transformação, com ênfase no dinamismo dos segmentos refino de petróleo e álcool, 11,6%, e calçados e artigos de couro, 7,1%.

O Icei para a região, medido pela CNI, atingiu 53,3 pontos em julho (58,0 pontos em junho e 57,7 pontos em julho de 2012). A Sondagem Industrial elaborada pela CNI sugeriu redução do nível de atividade em junho, com contração da produção mensal e do número de empregados na região. O indicador relativo ao nível de estoque atingiu 50,5 pontos em junho (48,3 pontos em maio e 52,1 pontos em junho de 2012).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil atingiu R\$319 bilhões na região, em maio, aumentando 5,3% no trimestre e 17,5% em doze meses. O total contratado no segmento de pessoas jurídicas somou R\$152 bilhões, expandindo-se 5,3% e 16%, respectivamente, no trimestre e em doze meses, destacando-se créditos destinados às atividades transmissão e distribuição de energia elétrica e gás, serviços públicos (exceto educação e saúde) e construção civil. Os créditos às pessoas físicas totalizaram R\$167 bilhões, elevando-se 5,2% no trimestre e 18,8% em doze meses, assinalando-se o dinamismo das modalidades crédito consignado, empréstimos habitacionais e financiamento a veículos.

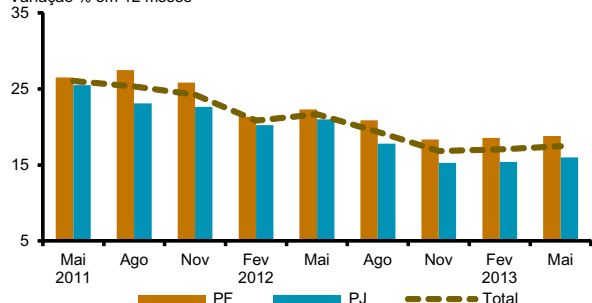
A inadimplência atingiu 4,2% em maio (4,1% em fevereiro e 4,3% em maio de 2012). A taxa situou-se em 6,7% no segmento de pessoas físicas e em 2,3% no de pessoas jurídica.

Os desembolsos do Sistema BNDES – BNDES, Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e BNDES Participações S.A. (BNDESpar) – somaram R\$10,1 bilhões nos cinco primeiros meses de 2013, elevando-se 99,1% em relação a igual período de 2012.

O *superavit* primário dos governos estaduais, das capitais e dos principais municípios do Nordeste atingiu R\$3,6 bilhões nos três primeiros meses de 2013, reduzindo-se 16,6% em relação a igual período do ano anterior. Por esfera de administração, houve variações respectivas de

Gráfico 2.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Nordeste^{1/}

Variação % em 12 meses



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.3 – Necessidades de financiamento – Região Nordeste^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Total	-4 296	-3 582	1 617	1 007
Governos estaduais	-3 272	-2 640	1 569	937
Capitais	-651	-833	18	38
Demais municípios	-374	-110	30	32

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 2.4 – Dívida líquida – Região Nordeste^{1/}
Composição

Região Nordeste	R\$ milhões		
	2011	2012	2013
	Dez	Dez	Mar
Dívida bancária	10 309	12 427	12 172
Renegociação ^{2/}	23 313	23 000	22 727
Dívida externa	5 080	8 715	9 237
Outras dívidas junto à União	101	62	67
Dívida reestruturada	805	817	805
Disponibilidades líquidas	-6 759	-7 497	-10 431
Total (A)	32 848	37 524	34 577
Brasil^{3/} (B)	491 433	541 717	533 065
(A/B) (%)	6,7	6,9	6,5

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 2.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Nordeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		2012	Nominal			
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Outros ^{4/}	Mar
Total	37 524	-3 582	1 007	-2 575	-372	34 577
Governos estaduais	36 088	-2 640	937	-1 702	-387	33 998
Capitais	803	-833	38	-794	15	24
Demais munic.	633	-110	32	-78	-0	555

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

-19,3%, -70,6% e 28,0% nos *superavits* dos governos estaduais, dos demais municípios da região e das capitais.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$1 bilhão no período, sendo R\$0,9 bilhão relativo à dívida de responsabilidade da esfera estadual. O *superavit* nominal somou R\$2,6 bilhões no trimestre, recuando 39,2% em relação a igual período de 2012.

A dívida líquida de estados, capitais e principais municípios do Nordeste totalizou R\$34,6 bilhões em março (6,5% do endividamento das regiões), recuando 7,9% em relação a dezembro de 2012. As dívidas renegociadas/reestruturadas com a União respondiam por 68,1% do endividamento líquido em março de 2013.

A produção de grãos da região Nordeste deverá somar 12,2 milhões de toneladas em 2013, segundo o LSPA de junho, divulgado pelo IBGE. O aumento anual, projetado em 2,4%, não será suficiente para impedir que a participação do Nordeste na safra de grãos do país recue 0,7 p.p., para 6,6%, no ano. Estão estimadas retrações respectivas de 12,9% e 20,0% para as produções de soja e caroço de algodão, prejudicadas pela seca, e aumentos de 93,2% para a colheita de feijão e de 24,5% para a de milho.

Em relação a outras culturas importantes na região, estão estimados aumentos de 1,6% para a lavoura de cana-de-açúcar e de 12,3% para a de banana, e redução de 16,4% para a produção de mandioca.

A balança comercial do Nordeste foi deficitária em US\$6,5 bilhões no primeiro semestre do ano (US\$3,6 bilhões em igual período de 2012), reflexo de variações de 12% nas importações e de -15,7% nas exportações, que somaram US\$14,2 bilhões e US\$7,7 bilhões, respectivamente.

A trajetória das exportações, refletindo recuos de 4,9% nos preços e de 11,3% no *quantum*, decorreu de retrações nas vendas em todas as categorias de fator agregado. Os embarques de produtos básicos recuaram 24,2%, refletindo, em parte, a redução de 92% nos destinados à China. As exportações de produtos semimanufaturados decresceram 0,7%, destacando-se os recuos nas vendas de pastas químicas de madeira, 2,5%, e de açúcar de cana em bruto, 6,6%. As vendas de produtos manufaturados reduziram-se 20,4%, com ênfase no impacto da diminuição de 44,6% nas relativas a óleos combustíveis, principal item da categoria, e da base de comparação, elevada em

Tabela 2.6 – Produção agrícola – Nordeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/} (%)	Em mil toneladas			Var. % 2013/2012
		Produção ^{2/}		2013	
		2012	2013		
Produção de grãos		11 885	12 170	2,4	
Soja	15,08	6 096	5 307	-12,9	
Milho	8,42	3 901	4 855	24,5	
Caroço de algodão (herbáceo)	8,15	855	684	-20,0	
Feijão	5,01	258	499	93,2	
Outras lavouras selecionadas					
Cana-de-açúcar	17,56	68 137	69 227	1,6	
Mandioca	5,54	5 976	4 995	-16,4	
Banana	5,43	2 428	2 725	12,3	

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2013.

Tabela 2.7 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	9 130	7 701	-15,7	-2,4
Básicos	2 105	1 594	-24,2	-2,6
Industrializados	7 026	6 107	-13,1	-2,2
Semimanufaturados	2 607	2 589	-0,7	-3,8
Manufaturados ^{1/}	4 419	3 518	-20,4	-1,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.8 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	12 716	14 240	12,0	6,7
Bens de capital	1 498	2 184	45,8	6,6
Matérias-primas	5 096	5 577	9,4	6,8
Bens de consumo	1 174	1 144	-2,6	2,6
Duráveis	850	783	-7,9	-4,5
Não duráveis	324	361	11,3	11,9
Combustíveis e lubrificantes	4 948	5 335	7,8	10,6

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.9 – Evolução do emprego formal – Nordeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-28,7	73,2	102,1	-95,8	-35,2
Indústria de transformação	-59,0	24,3	50,4	-41,7	-40,8
Serviços ind. de utilidade pública	0,1	-0,5	-2,1	0,6	1,3
Construção civil	6,8	5,1	-0,2	-14,1	-2,6
Comércio	4,9	6,6	36,2	-11,1	-2,5
Serviços	20,5	18,9	21,1	-6,3	13,4
Agropecuária	-2,9	18,1	-2,9	-22,3	-4,6
Outros ^{2/}	0,9	0,8	-0,5	-0,8	0,5

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

2012 pela exportação de plataformas de perfuração ou de exploração. As exportações destinadas à China, EUA, Argentina, Holanda e Antilhas Holandesas representaram, em conjunto, 49,7% das vendas da região.

O crescimento das importações repercutiu variações de 14,7% no *quantum* e -2,4% nos preços. Destaque para o aumento de 45,8% nas aquisições de bens de capital, impulsionado, entre outros, pelas compras de outros grupos eletrogeradores de energia eólica, que atingiram US\$95,3 milhões (US\$50,5 milhões nos seis primeiros meses de 2012). As compras de bens intermediários cresceram 9,4% com ênfase nos aumentos em produtos químicos e farmacêuticos semi-elaborados, 11,6%, e combustíveis e lubrificantes, 7,8%. As importações de bens de consumo duráveis decresceram 7,9%, com redução de 13,3% nas compras de veículos automóveis de passageiros, e as de bens de consumo não-duráveis aumentaram 11,3%. As importações provenientes dos EUA, China, Argentina, Índia e Chile representaram, em conjunto, 52,3% do total adquirido pela região no semestre.

A economia da região eliminou 35,2 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio de 2013 (28,7 mil em igual período do ano anterior), de acordo com o Caged/MTE. Esse resultado em parte refletiu, em parte, o menor dinamismo da construção civil e do comércio, responsáveis, em conjunto, pela eliminação de 5 mil vagas, ante criação de 11,7 mil no trimestre finalizado em maio de 2012.

Considerados dados dessazonalizados, o nível do emprego formal cresceu 0,3% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro. Houve aumentos em seis das oito atividades pesquisadas, com ênfase em serviços industriais de utilidade pública, 1,1%, e indústria de transformação, 0,6%.

A taxa de desemprego no Nordeste, segundo dados do IBGE para as regiões metropolitanas de Recife (RMR) e de Salvador (RMS), atingiu 7,1% no trimestre terminado em maio. A estabilidade em relação a igual período de 2012 decorreu de aumentos de 3% na População Economicamente Ativa (PEA) e na população ocupada. O rendimento real médio habitual e a massa salarial real diminuíram, respectivamente, 3,2% e 0,2%, na mesma base de comparação. Note-se ainda que a taxa média de desemprego no Nordeste atingiu 6,8% no trimestre finalizado em maio (6,5% no trimestre anterior), de acordo com dados dessazonalizados.

Tabela 2.10 – IPCA – Nordeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2012	2013		Ano
	Ano	I Tri	II Tri		
IPCA	100,0	6,50	2,19	1,33	3,54
Livres	79,0	7,17	3,02	1,57	4,63
Comercializáveis	39,7	4,54	1,51	0,77	2,29
Não comercializáveis	39,2	10,08	4,64	2,41	7,16
Monitorados	21,0	4,20	-0,78	0,42	-0,37
Principais itens					
Alimentação	28,8	11,98	5,69	1,73	7,51
Habitação	13,3	6,41	-2,12	2,28	0,11
Artigos de residência	4,8	-0,45	1,52	1,25	2,79
Vestuário	7,5	3,67	-0,20	1,87	1,67
Transportes	17,5	1,97	1,58	-0,64	0,93
Saúde	10,8	5,43	1,54	2,54	4,12
Despesas pessoais	8,8	10,02	1,74	1,61	3,38
Educação	4,4	8,20	6,19	0,54	6,77
Comunicação	4,2	1,18	-0,10	0,07	-0,03

Fonte: IBGE

1/Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

A inflação na região, medida pelo IPCA², atingiu 1,33% no trimestre encerrado em junho (2,19% no trimestre anterior), refletindo menor variação dos preços livres, 1,57% ante 3,02%; e maior dos monitorados, 0,42% ante -0,78%. O comportamento dos preços livres resultou de reduções nas variações dos preços dos bens não comercializáveis, de 4,64% para 2,41%, influenciada por recuos nos preços de passagens aéreas, 12,77%, e pescados, 2,63%; e dos preços de bens comercializáveis, de 1,51% para 0,77%.

O aumento de 0,42% nos preços dos itens monitorados, no segundo trimestre, esteve associado, principalmente, aos reajustes de 5,04% nas taxas de água e esgoto, decorrente de aumentos de 7,27% na região metropolitana de Salvador e de 1,28% na de Fortaleza (RMF); e de 2,33% no item telefone público. O índice de difusão do IPCA atingiu 59,09% no trimestre encerrado em junho (63,62% no trimestre anterior).

O ritmo de atividade da economia nordestina moderou no primeiro semestre, em parte, influenciado pelo condições climáticas adversas sobre a agricultura.

2/ Consideram-se as variações e os respectivos pesos das três regiões metropolitanas abrangidas pelo IPCA: Fortaleza, Recife e Salvador.

Bahia

Gráfico 2.5 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Bahia

Dados dessazonalizados

2002 = 100

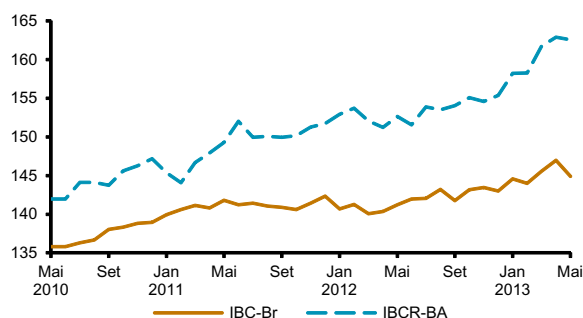
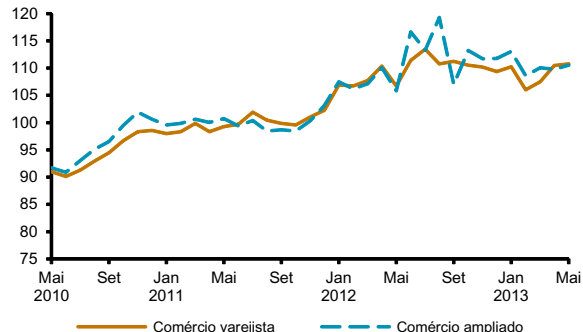


Gráfico 2.6 – Comércio varejista – Bahia

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.11 – Comércio varejista – Bahia

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012		2013	
	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-1,1	-1,9	1,0	6,1
Combustíveis e lubrificantes	-10,5	-7,3	5,1	-5,0
Híper, supermercados	4,8	-2,5	-2,7	3,5
Tecidos, vestuário e calçados	1,7	0,9	-0,4	12,0
Móveis e eletrodomésticos	-2,2	2,3	4,7	8,5
Comércio ampliado	-4,9	0,4	-0,9	8,8
Automóveis e motocicletas	-14,7	6,9	-5,1	16,1
Material de construção	0,0	0,0	3,6	5,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia cresceu 1,5% no primeiro trimestre de 2013, em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme estimativas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Ocorreram expansões de 3,2% do setor industrial, com crescimento de 6,4% da indústria de transformação e recuo de 3,8% da construção civil, após 28 resultados trimestrais positivos em sequência; e de 0,9% no setor de serviços, destacando-se o aumento de 6,2% no transporte de passageiros e cargas. A agropecuária, sensibilizada pela prolongada seca, contraiu 4,3%, destacando-se as reduções nas lavouras de soja e algodão. O PIB aumentou 1,48% em relação ao quarto trimestre de 2012, considerados dados dessazonalizados. O IBCR-BA cresceu 3,3% no trimestre finalizado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando aumentara 1,8%, no mesmo tipo de análise, dados dessazonalizados. O indicador expandiu 3,5% em doze meses.

As vendas do comércio varejista cresceram 1,0% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando haviam recuado 1,9%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se, no período, as variações nos segmentos combustíveis e lubrificantes, 5,1%, e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, -2,7%. O comércio ampliado, incluídas as variações de 3,6% nas vendas de material de construção e de -5,1% nas associadas a veículos, motocicletas, partes e peças, retraiu 0,9% no trimestre.

Considerados intervalos de doze meses, o comércio varejista expandiu 6,1% em maio, ressaltando-se os aumentos respectivos de 12,0% e 8,5% nas vendas de tecidos, vestuário e calçados, e de móveis e eletrodomésticos. As vendas do comércio ampliado, refletindo as elevações nos segmentos veículos, motos, partes e peças, 16,1%, e material de construção, 5,4%, aumentaram 8,8% no período.

A produção industrial recuou 0,8% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando havia crescido 3,8%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Esse desempenho foi influenciado pelas contrações respectivas de 2,4% e 2,2% nos segmentos produtos químicos, e refino de petróleo e produção de álcool, as duas principais atividades da indústria no estado. Em sentido contrário, as indústrias de alimentos e bebidas, e de celulose e papel cresceram 2,5% e 2%, respectivamente, no período.

Gráfico 2.7 – Produção industrial – Bahia
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

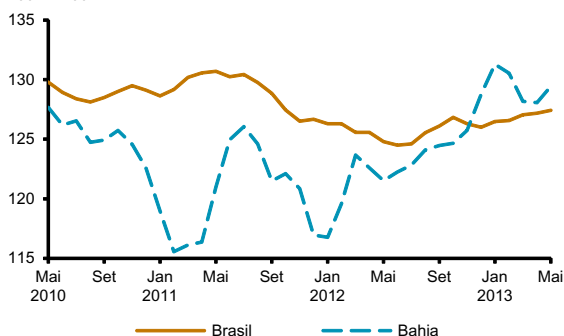


Tabela 2.12 – Produção industrial – Bahia

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2013		Acumulado em 12 meses
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	
Indústria geral	100,0	3,8	-0,8	4,6
Indústria extrativa	3,6	-0,1	-2,1	1,8
Indústria de transformação	96,4	4,3	-0,7	4,8
Produtos químicos	31,6	3,2	-2,4	2,0
Ref. petróleo e prod. álcool	21,8	7,9	-2,2	15,3
Alimentos e bebidas	16,2	-6,1	2,5	-4,1
Celulose e papel	10,8	-2,7	2,0	5,4
Metalurgia básica	7,4	3,7	2,9	-1,0

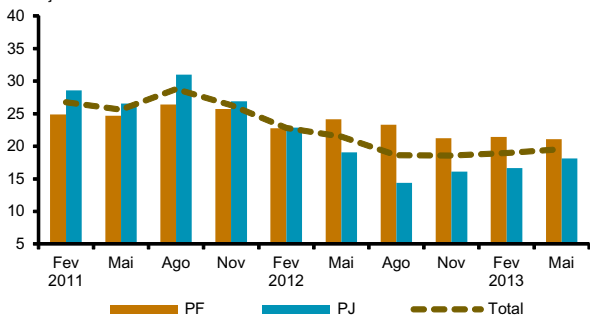
Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na Indústria Geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.8 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.13 – Necessidades de financiamento – Bahia^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012 Jan-mar	2013 Jan-mar	2012 Jan-mar	2013 Jan-mar
Estado da Bahia	-995	-1 284	204	277
Governo estadual	-969	-889	161	221
Capital	140	-383	20	33
Demais municípios	-165	-12	23	24

1/ Inclui informações dos Estados e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Considerados intervalos de doze meses, a indústria baiana expandiu 4,6% em maio (2,7% em fevereiro), em relação a igual período de 2012, resultado de crescimentos respectivos de 4,8% e 1,8% nas indústrias de transformação e extrativa. Destacaram-se, nessa base de comparação, os aumentos nas atividades refino de petróleo e produção de álcool, 15,3%, e borracha e plástico, 12%, e a redução de 4,1% na indústria de alimentos e bebidas.

O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (Iceb), elaborado pela SEI, atingiu -4,5 pontos em maio (49,1 pontos em fevereiro), primeiro valor negativo da série, iniciada em março de 2010, situando-se na zona definida como de pessimismo moderado (o indicador varia de -1000 a 1000, com o zero como ponto de indiferença). A retração trimestral do indicador traduziu as reduções da confiança dos empresários da agropecuária, 69,4 pontos; do setor de serviços e comércio, 60,8 pontos; e da indústria, 32,6 pontos.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas na Bahia totalizou R\$90,8 bilhões em maio, crescendo 5,4% no trimestre e 19,6% em doze meses. No segmento de pessoas físicas, o estoque de crédito somou R\$45,2 bilhões, aumentos de 5,3% e 21,1%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação, destacando-se o dinamismo das modalidades empréstimos consignados e financiamentos habitacionais, que, em conjunto, representaram 43,5% do saldo do segmento. O estoque das operações com pessoas jurídicas atingiu R\$45,6 bilhões, expandindo-se 5,4% no trimestre e 18,1% em doze meses, ressaltando-se os crescimentos trimestrais das operações contratadas pela indústria de papel e papelão, 8,3%, e pela construção civil, 7,4%.

A inadimplência das operações de crédito na Bahia atingiu 4,27% em maio (4,30% em fevereiro), situando-se em 5,39% no segmento de pessoas físicas e em 3,17% no de pessoas jurídicas (5,45% e 3,05%, na ordem, em fevereiro).

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios da Bahia somou R\$1,3 bilhão no primeiro trimestre de 2013, resultado 29,1% superior ao do mesmo período do ano anterior. No período, o *deficit* de R\$140 milhões da capital reverteu-se para *superavit* de R\$383 milhões, enquanto ocorreram reduções respectivas de 8,3% e de 92,5% nos *superavits* dos governos do estado e dos demais municípios.

Tabela 2.14 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Bahia^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
	2012	Nominal	Outros ^{4/}		2013	
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Mar	
Estado da Bahia	11 239	-1 284	277	-1 007	-21	10 211
Governo estadual	9 179	-889	221	-668	-80	8 431
Capital	1 108	-383	33	-350	59	817
Demais municípios	952	-12	24	12	-0	963

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 2.15 – Produção agrícola – Bahia

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção		Varição %
		2012	2013 ^{2/}	2013/2012
Grãos				
Soja	18,5	3 213	2 766	-13,9
Algodão herbáceo	16,4	1 256	1 019	-18,9
Milho	6,3	1 883	2 093	11,2
Feijão	2,6	107	173	61,9
Outros grãos ^{3/}	1,3	85	56	-33,8
Outras lavouras				
Cacau	6,4	159	146	-8,3
Banana	6,1	1 081	1 152	6,6
Café	6,5	143	147	2,8
Mandioca	4,0	2 202	2 100	-4,7
Cana-de-açúcar	3,5	6 894	6 731	-2,4

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Segundo o LSPA de junho de 2013.

3/ Amendoim, arroz, mamona e sorgo.

Tabela 2.16 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	5 135	4 692	-8,6	-2,4
Básicos	1 146	990	-13,6	-2,6
Industrializados	3 989	3 702	-7,2	-2,2
Semimanufaturados	1 290	1 382	7,1	-3,8
Manufaturados ^{1/}	2 699	2 320	-14,0	-1,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.17 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	3 935	4 071	3,5	6,7
Bens de capital	496	687	38,5	6,6
Matérias-primas	2 620	2 671	1,9	6,8
Bens de consumo	682	585	-14,2	2,6
Duráveis	634	534	-15,8	-4,5
Não duráveis	47	51	7,1	11,9
Combustíveis e lubrificantes	137	129	-5,6	10,6

Fonte: MDIC/Secex

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$277 milhões no trimestre, aumento de 36,2% em relação ao mesmo período de 2012, contribuindo para que o *superavit* nominal totalizasse R\$1,0 bilhão.

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios baianos somou R\$10,2 bilhões em março (recoo de 9,1% ante dezembro de 2012). As dívidas dos governos da capital e do estado decresceram, na ordem, 26,3% e 8,1%, e a dos principais municípios da Bahia aumentou 1,2%, no período.

A safra de grãos da Bahia, refletindo os efeitos da seca prolongada que atinge o estado, deverá totalizar 6,1 milhões de toneladas em 2013, de acordo com o LSPA de junho, do IBGE. O recoo anual de 6,7% considera reduções nas culturas de algodão, 18,9%, e soja, 13,9%, e aumentos nas safras de feijão, 61,9%, e milho, 11,2%. Em relação às demais lavouras, são estimadas elevações para as produções de banana, 6,6%, e café, 2,8%, e recuos respectivos de 8,3%, 4,7% e 2,4%, para as lavouras de cacau, mandioca e cana-de-açúcar.

A balança comercial da Bahia foi superavitária em US\$620,4 milhões nos seis primeiros meses do ano, resultado 48,3% inferior ao de igual período de 2012. As exportações totalizaram US\$4,7 bilhões e as importações, US\$4,1 bilhões, variando -8,6% e 3,5%, respectivamente, no período.

A evolução das vendas externas, reflexo de reduções de 2,4% nos preços e 6,4% no *quantum*, foi influenciada, em especial, pelos recuos nos embarques de produtos básicos, 13,6%, e manufaturados, 14,0%. As vendas à China, EUA e Argentina representaram 44,8% das exportações da Bahia, no período.

O aumento nas importações, decorrente de variações de -8,6% nos preços e 13,2% no *quantum*, refletiu, em especial, os aumentos nas aquisições de bens de capital, 38,5%, sensibilizadas por elevação superior a 400% nas compras de veículos de carga; e de matérias-primas, 1,9%, destacando-se o crescimento de 120% nas compras de minérios de cobre. As importações originárias da Argentina, Chile e Argélia representaram, em conjunto, 42,2% das compras externas do estado, no período.

Segundo o Caged/MTE, foram criados 15,1 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em maio (13,2 mil em igual período de 2012), dos quais 5,1 mil na construção

Tabela 2.18 – Evolução do emprego formal – Bahia

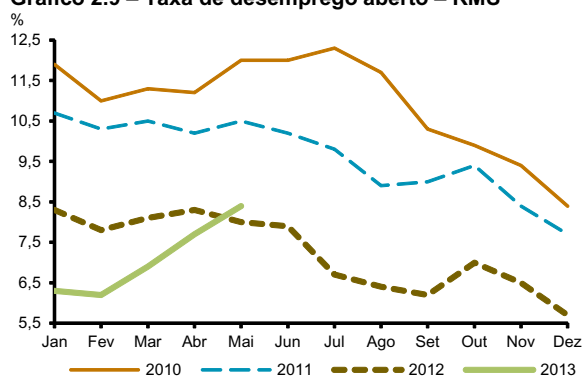
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012			2013	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	13,2	2,9	4,3	-18,0	15,1
Indústria de transformação	1,8	1,7	-3,6	-6,3	1,9
Comércio	-0,2	1,4	7,2	-2,3	0,0
Serviços	2,5	2,9	4,2	-0,7	3,5
Construção civil	3,6	-0,8	1,8	-3,4	5,1
Agropecuária	5,4	-2,1	-4,9	-4,7	4,4
Serviços industriais utilidade pública	-0,4	-0,0	-0,5	0,0	-0,1
Outros ^{2/}	0,4	-0,1	0,1	-0,6	0,4

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 2.9 – Taxa de desemprego aberto – RMS

Fonte: IBGE

Tabela 2.19 – IPCA – Salvador

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2012		2013	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	1,45	2,31	2,04	1,04
Livres	78,5	1,92	2,39	3,12	1,51
Comercializáveis	37,0	2,09	2,29	1,55	0,58
Não comercializáveis	41,5	1,77	2,48	4,60	2,35
Monitorados	21,5	-0,14	2,04	-1,54	-0,59
Principais itens					
Alimentação	28,0	3,55	3,75	5,74	1,93
Habitação	13,5	1,02	1,32	-2,95	1,67
Artigos de residência	4,7	2,07	-0,36	0,95	1,93
Vestuário	7,2	1,78	3,55	1,39	0,46
Transportes	19,8	-0,20	3,21	0,91	-0,80
Saúde	10,1	0,44	0,75	1,40	2,33
Despesas pessoais	8,1	1,22	1,26	2,08	0,83
Educação	4,2	0,81	0,17	7,25	0,28
Comunicação	4,4	0,43	1,36	0,36	0,32

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2013.

civil, 4,4 mil na agropecuária, 3,5 mil nos serviços e 1,9 mil na indústria de transformação. O nível de emprego formal do estado cresceu 0,2% no trimestre, considerados dados dessazonalizados.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, a taxa de desemprego na RMS atingiu 7,7% no trimestre finalizado em maio, ante 8,2% em igual período de 2012, resultado de aumentos de 4,5% na população ocupada e de 4,0% na PEA. O rendimento médio real habitual reduziu-se 8,1%, no período. Na margem, considerando dados dessazonalizados, o desemprego aumentou 0,6 p.p. em relação ao trimestre finalizado em fevereiro.

O IPCA da RMS variou 1,04% no trimestre finalizado em junho (2,04% no primeiro trimestre do ano). A variação dos preços livres recuou de 3,12% para 1,51%, refletindo desacelerações de 1,0 p.p. nos preços dos bens comercializáveis, com destaque para as reduções respectivas de 9,07%, 6,10% e 2,47% nos itens passagem aérea, açúcares e derivados e roupa masculina; e de 2,2 p.p. nos preços dos bens comercializáveis, influenciada pela redução de 22,28 p.p. nos preços dos produtos *in natura*. A variação dos preços monitorados passou de -1,54% para -0,59%, aumento associado às elevações nos preços dos itens taxa de água e esgoto, 7,27%; plano de saúde 1,98%; e gás de botijão, 1,86%. O índice de difusão atingiu 59,4% no trimestre encerrado em junho (68,5% no finalizado em março).

Considerados intervalos de doze meses, o IPCA variou 7,02% em junho (7,28% em março). Os preços livres variaram 9,23% (8,53% em março), acelerações respectivas de 0,81 p.p. e 0,56 p.p. nos segmentos de bens não comercializáveis e de bens comercializáveis. Os preços monitorados recuaram 0,27% (aumento de 3,06% em março), destacando-se as reduções nos itens energia elétrica residencial, 26,68%, e ônibus urbano, 5,41%.

As perspectivas para a economia baiana em 2013 seguem favoráveis, com sinais de moderação. A demanda interna segue favorecida pela trajetória do mercado de trabalho e pela continuidade dos programas sociais, que, em ambiente de arrefecimento dos preços, devem contribuir para a sustentação do comércio varejista. Ressaltem-se, ainda, os efeitos dos investimentos públicos e privados em curso no estado.

Ceará

Gráfico 2.10 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Ceará

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

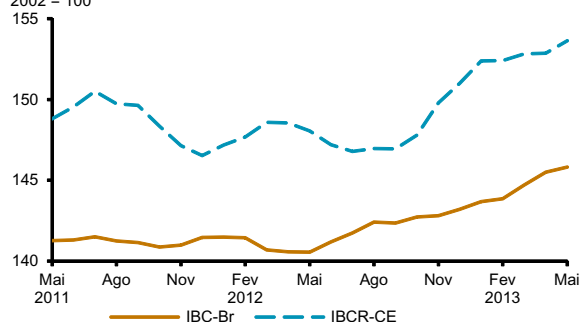
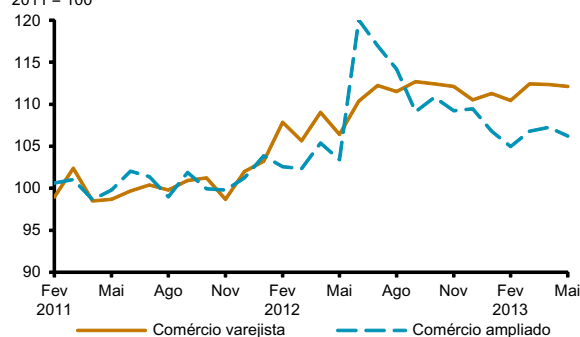


Gráfico 2.11 – Comércio varejista – Ceará

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.20 – Comércio varejista – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012	2013		
		Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	9,6	-1,4	1,4	8,3
Combustíveis e lubrificantes	22,3	5,5	3,8	22,2
Hiper e supermercados	7,5	-3,9	-0,6	5,6
Móveis e eletrodomésticos	22,0	-0,9	1,6	16,8
Art. farm. médicos, ortopédicos	13,2	6,7	8,0	18,6
Comércio ampliado	9,1	-2,4	-0,3	7,8
Automóveis e motocicletas	6,8	-2,6	-3,1	6,5
Material de construção	15,8	1,8	-1,5	9,6

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O PIB do Ceará recuou 0,4% no primeiro trimestre de 2013, em relação ao quarto trimestre do ano anterior, segundo estatísticas dessazonalizadas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). Ocorreram expansão de 1,3% no segmento industrial e retrações de 0,9% no setor de serviços, que representa cerca de 70% da economia local, e na agropecuária. O IBCR-CE cresceu 0,8% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando se elevava 1,8%, na mesma base de comparação, dados dessazonalizados.

As vendas do comércio varejista cresceram 1,4% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando haviam recuado 1,4%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se os aumentos nas vendas de outros artigos de uso pessoal e doméstico, 8,6%, e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 8%. O comércio ampliado, incorporando os recuos respectivos de 1,5% e 3,1% nas vendas de material de construção e de veículos, motocicletas, partes e peças, contraiu 0,3% no trimestre (retração de 2,4% no trimestre finalizado em fevereiro).

Considerando intervalos de doze meses, as vendas do comércio varejista aumentaram 8,3% em maio, em relação a igual período de 2012, com ênfase nas elevações nos segmentos combustíveis e lubrificantes, 22,2%, e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 18,6%. Na mesma base de comparação, o comércio ampliado, incorporando aumentos de 9,6% nas vendas de material de construção e de 6,5% nas de veículos, motos, partes e peças, cresceu 7,8%.

A produção industrial do Ceará recuou 2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando crescera 4,8%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Três das dez atividades pesquisadas contraíram-se, destacando-se o recuo de 13,1% na indústria têxtil.

A indústria do estado cresceu 0,2% no intervalo de doze meses encerrado em maio (0,7% em fevereiro), ressaltando-se as elevações nas atividades calçados e artigos de couro, 13,3%, e refino de petróleo e álcool, 10,3%.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil somou R\$46 bilhões em maio, aumentando 4,3% no

Gráfico 2.12 – Produção industrial – Ceará
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

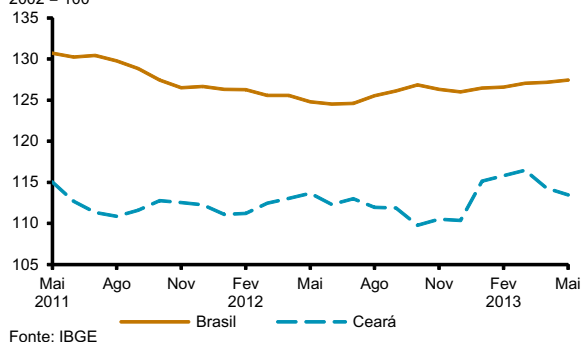


Tabela 2.21 – Produção industrial – Ceará

Geral e setores selecionados

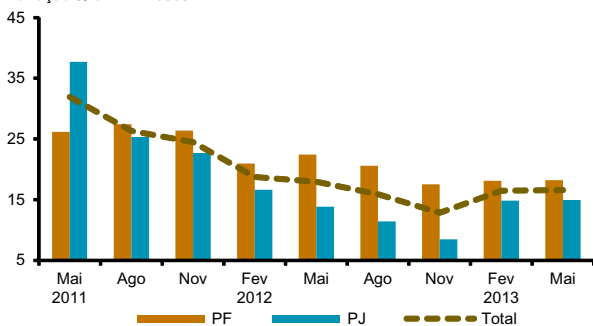
Setores	Pesos ^{1/} 2013	Variação % no período		
		2013		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	4,8	-2,0	0,2
Alimentação e bebidas	34,7	1,0	-0,9	-0,1
Têxtil	15,6	-0,2	-13,1	8,2
Calçados e artigos de couro	14,9	0,0	6,1	13,3
Produtos químicos	12,0	4,7	4,0	-9,8

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.13 – Evolução do saldo das operações de crédito – Ceará^{1/}

Variação % em 12 meses



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.22 – Necessidades de financiamento do Estado do Ceará e seus principais municípios^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Estado do Ceará	-349	-442	67	91
Governo estadual	-52	-247	66	90
Capital	-248	-121	2	4
Demais municípios	-49	-74	-1	-2

1/ Inclui informações dos Estados e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

trimestre e 16,6% em doze meses. A carteira do segmento pessoas jurídicas totalizou R\$23 bilhões, com variações respectivas de 3,2% e 15% nas bases de comparação consideradas, destacando-se as contratações dos setores geração e transmissão de energia elétrica e construção civil. O saldo das operações no segmento de pessoas físicas atingiu R\$23 bilhões, elevando-se 5,4% no trimestre e 18,2% em doze meses, ressaltando-se o dinamismo das modalidades crédito consignado, financiamentos habitacionais e aquisição de automóveis.

A inadimplência atingiu 5,1% em maio (4,2% em fevereiro e 4,4% em maio de 2012). O aumento trimestral decorreu da expansão de 1,8 p.p. no segmento de pessoas jurídicas e estabilidade no de pessoas físicas, cujas taxas situaram-se, na ordem, em 4,7% e 5,5%.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Ceará atingiu R\$442 milhões no trimestre encerrado em março, aumentando 26,8% em relação a igual período de 2012. Houve elevações nos resultados do governo do estado, 371,2%, e dos demais municípios considerados, 52,9%, e recuo de 51,1% no *superavit* primário do governo da capital.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$91 milhões, elevando-se 36% em relação ao primeiro trimestre de 2012. O *superavit* nominal totalizou R\$351 milhões, ampliando-se em 24,6% no período.

A dívida líquida do estado atingiu R\$3 bilhões em março (8,6% do endividamento regional), reduzindo-se 10,4% em relação a dezembro de 2012.

A safra de grãos do estado deverá somar 369,5 mil toneladas em 2013, de acordo com o LSPA de junho do IBGE. O aumento anual de 59,5% incorpora estimativas de expansão nas culturas de milho, 73,7%, e de feijão, 67,3%, que representam 81,4% da safra estadual. Em relação a outras culturas, destaque para a estimativa de aumento superior a 300% para a produção de castanha-de-caju.

A balança comercial do estado apresentou *deficit* de US\$1,2 bilhão no primeiro semestre do ano (*deficit* de US\$535,5 milhões em igual período de 2012) de acordo com o MDIC. As exportações atingiram US\$542,3 milhões e as importações, US\$1,7 bilhão, variando -11,8% e 51,5%, respectivamente.

O desempenho das exportações refletiu recuos de 7,7% nos preços e de 4,4% no *quantum*. Houve reduções

Tabela 2.23 – Dívida líquida e necessidades de financiamento do Estado do Ceará e seus principais municípios^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2012	Nominal	Outros ^{4/}		2013
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Mar	
Estado do Ceará	3 313	-442	91	-351	6	2 968
Governo estadual	3 508	-247	90	-157	11	3 362
Capital	147	-121	4	-117	-5	24
Demais municípios	-342	-74	-2	-77	0	-419

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 2.24 – Produção agrícola – Ceará

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/} (%)	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Var. % 2013/2012
		2012	2013	
Produção de grãos		232	369	59,5
Milho	20,25	123	213	73,7
Feijão	19,14	53	88	67,3
Arroz (em casca)	2,30	51	63	22,7
Outras lavouras selecionadas				
Banana	9,75	416	444	6,7
Mandioca	6,86	469	639	36,3
Castanha-de-caju	5,61	39	165	328,1

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2013.

Tabela 2.25 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	615	542	-11,8	-2,4
Básicos	151	110	-27,3	-2,6
Industrializados	463	432	-6,7	-2,2
Semimanufaturados	156	126	-19,7	-3,8
Manufaturados ^{1/}	307	307	-0,0	-1,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.26 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	1 150	1 742	51,5	6,7
Bens de capital	216	435	101,1	6,6
Matérias-primas	677	800	18,1	6,8
Bens de consumo	75	79	4,4	2,6
Duráveis	36	36	-2,0	-4,5
Não duráveis	39	43	10,4	11,9
Combustíveis e lubrificantes	181	429	137,1	10,6

Fonte: MDIC/Secex

em todas as categorias de fator agregado, com ênfase na retração de 27,3% nos embarques de produtos básicos, destacando-se a queda de 38,8% nos relativos a castanha-de-caju. As vendas de semimanufaturados recuaram 19,7%, com ênfase no decréscimo de 30,9% nas relativas a ceras vegetais. EUA, Alemanha, Argentina, Holanda e China adquiriram, em conjunto, 48,3% das exportações do estado no semestre.

A expansão das importações, resultante de aumento de 55,4% no *quantum* e recuo de 2,5% nos preços, decorreu de elevações nas aquisições em todas as categorias de uso, excetuando-se o recuo de 2,0% nas compras de bens duráveis, impactadas pela redução de 19,1% nas relativas a partes e acessórios de motocicletas. As compras de combustíveis e lubrificantes aumentaram 137,1% (elevação de 200,9% no item gás natural liquefeito – GNL), e as de bens de capital cresceram 101,1%, com ênfase nas aquisições de US\$183,9 milhões de outras turbinas a vapor, de potência maior do que 40MW, sem correspondência em 2012. As importações de matérias-primas e de bens de consumo elevaram-se, na ordem, 18,1% e 4,4%. Os produtos provenientes da China, Trinidad e Tobago, EUA e Argentina representaram 57,1% das compras externas do estado no período.

A economia cearense gerou, segundo o Caged/MTE, 5 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio (1,4 mil em igual período de 2012). Os setores construção civil e indústria de transformação foram responsáveis, em conjunto, pela criação de 2,5 mil vagas, ante eliminação de 3,2 mil no trimestre finalizado em maio de 2012.

Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal no Ceará cresceu 0,8% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro. Ocorreram aumentos nas oito atividades pesquisadas, com destaque para serviços industriais de utilidade pública, 1,9%, e agropecuária, 1,8%.

A variação do IPCA na RMF atingiu 1,19% no trimestre encerrado em junho (2,36% no primeiro trimestre do ano), segundo o IBGE. A redução decorreu de desaceleração, de 2,83% para 1,06%, nos preços livres, e aceleração, de 0,47% para 1,77%, nos monitorados.

No âmbito dos preços livres, a variação dos preços dos bens comercializáveis recuou 0,15 p.p., para 0,62%, destacando-se as elevações no item leite, 7,29%, e no grupo vestuário, 2,01%. A variação dos preços dos itens não comercializáveis retraiu 3,85 p.p., para 1,57%, destacando-

Tabela 2.27 – Evolução do emprego formal – Ceará

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012			2013	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	1,4	15,7	17,2	-6,9	5,0
Indústria de transformação	-1,2	4,5	4,3	-1,1	0,9
Serviços ind. de utilidade pública	0,0	0,0	-0,2	0,1	0,1
Construção civil	-2,0	0,5	-1,0	-1,8	1,7
Comércio	0,6	1,8	8,3	-0,9	1,4
Serviços	4,4	5,8	5,7	-1,2	1,0
Agropecuária	-0,6	2,9	0,8	-2,4	-0,3
Outros ^{2/}	0,2	0,4	-0,5	0,4	0,3

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Tabela 2.28 – IPCA – Fortaleza

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2012	2013		Ano
		Ano	I Tri	II tri	
IPCA	100,0	6,70	2,36	1,19	3,58
Livres	80,2	8,33	2,83	1,06	3,92
Comercializáveis	43,3	6,54	0,77	0,62	1,40
Não comercializáveis	36,9	10,69	5,42	1,57	7,08
Monitorados	19,8	0,69	0,47	1,77	2,25
Principais itens					
Alimentação	32,5	13,29	5,50	0,90	6,45
Habitação	13,1	2,48	-1,53	3,07	1,49
Artigos de residência	4,6	-1,91	1,81	0,08	1,90
Vestuário	7,6	4,46	-3,64	2,01	-1,70
Transportes	16,0	0,83	3,31	-0,23	3,07
Saúde	9,6	5,66	1,74	2,34	4,12
Despesas pessoais	8,7	12,74	1,42	1,49	2,93
Educação	4,3	9,08	5,52	1,41	7,01
Comunicação	3,7	1,20	-0,04	-0,65	-0,69

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

se os decréscimos nos itens passagens aéreas, 19,65%, e pescados, 3,07%.

O aumento na variação dos preços monitorados resultou, em parte, das elevações nos itens energia elétrica residencial, 7,48%; planos de saúde, 1,96%; e taxa de água e esgoto, 1,28%. O índice de difusão do IPCA atingiu 57,95% no trimestre finalizado em junho (59,61% no primeiro trimestre do ano).

Os principais indicadores econômicos indicam moderação da atividade no estado no decorrer de 2013, destacando-se o impacto negativo da seca, pelo segundo ano consecutivo. Em oposição, ressaltam-se os impactos favoráveis do aumento da massa salarial, da manutenção dos programas sociais do governo federal e do crescimento moderado do crédito, sobre a demanda por bens de menor valor agregado, e a consolidação de importantes investimentos, de caráter público e privado.

Gráfico 2.14 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco
Dados dessazonalizados

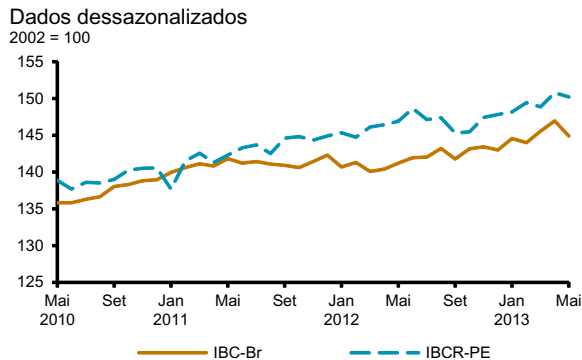
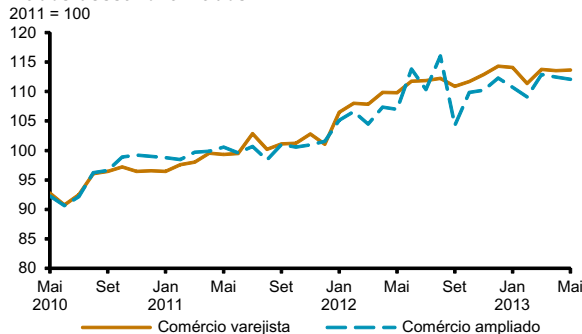


Gráfico 2.15 – Comércio varejista – Pernambuco
Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

Tabela 2.29 – Comércio varejista – Pernambuco
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012	2013		
	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-0,1	1,3	0,4	8,1
Combustíveis e lubrificantes	1,3	2,4	7,8	3,6
Hiper e supermercados	-2,4	-2,2	-0,9	2,9
Tecidos, vestuário e calçados	0,1	9,4	-2,6	10,5
Móveis e eletrodomésticos	0,6	2,5	-2,9	10,2
Comércio ampliado	-4,6	2,4	1,6	8,2
Automóveis e motocicletas	-17,2	2,8	3,1	6,3
Material de construção	1,7	3,3	10,4	15,9

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 2.30 – Produção industrial – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2013	Variação % no período		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	Acum. 12 meses
Indústria geral	100,0	3,6	2,0	-0,6
Alimentação e bebidas	35,4	4,2	3,2	-2,7
Metalurgia básica	15,4	3,5	-11,0	0,9
Química	14,4	6,5	9,9	-1,8
Minerais não metálicos	8,7	4,8	-1,7	-0,4

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Pernambuco

O PIB pernambucano cresceu 0,6% no primeiro trimestre do ano, em relação ao último de 2012, de acordo com dados dessazonalizados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem). O setor agropecuário expandiu 3,9%, seguindo-se os aumentos respectivos de 0,6% e 0,2% nos setores de serviços e industrial. O IBCR-PE variou 1,0% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando crescera 1,7%, neste tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. O indicador variou 1,9% no período de doze meses encerrado em maio (2,2% em fevereiro).

As vendas no varejo cresceram 0,4% no trimestre encerrado em maio (1,3% no trimestre finalizado em fevereiro), de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Ressaltem-se, no período, o aumento de 7,8% no segmento combustíveis e lubrificantes e as retrações respectivas de 2,6% e 2,9% nas vendas de vestuário e calçados, e de móveis e eletrodomésticos. O comércio ampliado, refletindo os crescimentos nas vendas de veículos, motocicletas partes e peças, 3,1%, e de material de construção, 10,4%, expandiu 1,6% no trimestre.

Considerados intervalos de doze meses, o comércio varejista e o comércio ampliado de Pernambuco cresceram 8,1% e 8,2%, respectivamente, em maio (9,9% e 8,7%, em fevereiro), destacando-se as elevações nas vendas de vestuário e calçado, 10,5%, e material de construção, 15,9%.

A produção industrial aumentou 2,0% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando crescera 3,6%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF/IBGE. Destacaram-se os crescimentos das indústrias química, 9,9%, e de alimentação e bebidas, 3,2%, e as reduções nas atividades de metalurgia básica, 11,0% e minerais não metálicos, 1,7%.

Considerados períodos de doze meses, a produção da indústria recuou 0,6% em maio, em relação a igual intervalo de 2012, com ênfase no desempenho negativo da produção de açúcar e derivados, prejudicada pela seca.

O Ipei, divulgado medidos pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe) atingiu 56,8 pontos em junho (58,0 pontos em maio), situando-se no menor nível da série, iniciada em janeiro de 2010.

Gráfico 2.16 – Evolução do saldo das operações de crédito – Pernambuco^{1/}

Variação em 12 meses – %

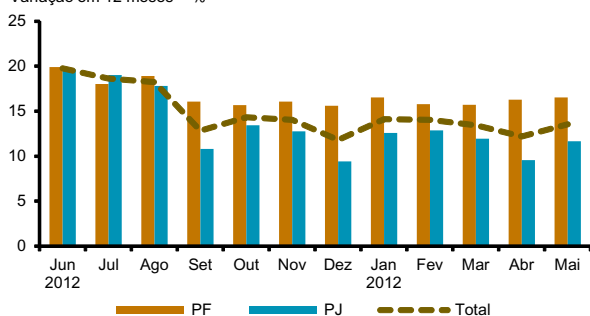


Tabela 2.31 – Necessidades de financiamento – Pernambuco^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Estado de Pernambuco	-444	-346	208	150
Governo estadual	234	-208	210	149
Capital	-542	-131	-1	1
Demais municípios	-135	-8	-1	-1

1/ Inclui informações do Estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 2.32 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Pernambuco^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2012	Nominal	Outros ^{4/}		
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Mar	
Est. Pernambuco	5 425	-346	150	-196	-34	5 195
Governo estadual	5 336	-208	149	-58	-33	5 245
Capital	288	-131	1	-130	-1	158
Demais municípios	-199	-8	-1	-8	0	-207

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

As operações de crédito superiores a R\$1 mil, realizadas em Pernambuco, totalizaram R\$69,8 bilhões em maio, crescendo 5,2% no trimestre e 13,6% em doze meses. O saldo relativo ao segmento de pessoas físicas atingiu R\$28,1 bilhões, elevando-se 5,0% e 16,5%, respectivamente, e as operações contratadas no segmento de pessoas jurídicas somaram R\$41,7 bilhões, elevando-se 5,3% no trimestre e 11,6% em doze meses. A taxa de inadimplência atingiu 3,0% em maio (3,05% de fevereiro), situando-se em 1,4% no segmento de pessoas jurídicas e em 5,38% no de pessoas físicas (recuos trimestrais de 0,04 p.p. e 0,07 p.p., respectivamente).

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios pernambucanos somou R\$346 milhões no primeiro trimestre de 2013 (R\$444 milhões em igual período de 2012). Ocorreram *superavits* nas esferas do governo estadual, R\$208 milhões; da capital, R\$131 milhões; e dos demais municípios, R\$8 milhões.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$150 milhões no primeiro trimestre de 2013 (recoo de 27,8% em relação a igual período de 2012), destacando-se o impacto da redução, de 3,6% para 1,9%, na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI)01, principal indexador das dívidas estaduais com a União, no período. O *superavit* nominal somou R\$196 milhões no primeiro trimestre de 2013.

A dívida líquida de Pernambuco atingiu R\$5,2 bilhões em março (R\$5,4 bilhões em dezembro de 2012).

A produção de grãos do estado está estimada em 43,7 mil toneladas em 2013, segundo o LSPA de junho, do IBGE. O recoo anual, projetado em 15,1%, reflete, em especial, a perspectiva de retração de 88,1% na safra de milho, afetada pela seca na época de plantio. A produção de feijão deverá aumentar 51,6% no ano, estimulada pelo crescimento de 201,3% na segunda safra, cujo plantio ocorreu após a estiagem. As produções de mandioca, uva e cana-de-açúcar deverão aumentar 23,6%, 4,0% e 0,9%, respectivamente, e as de banana e tomate decrescer, na ordem, 13,9% e 24,5%, no ano.

O *deficit* da balança comercial do estado somou US\$2,9 bilhões no primeiro semestre de 2013 (US\$2,3 bilhões em igual período de 2012), segundo o MDIC. As exportações totalizaram US\$371 milhões e as importações, US\$3,3 bilhões, variando -54,8% e 4,9%, respectivamente, no período.

Tabela 2.33 – Produção agrícola – Pernambuco

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação % 2013/2012
		2012	2013 ^{2/}	
Grãos				
Feijão	6,6	18	28	51,6
Milho	2,1	18	2	-88,1
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	46,0	14 242	14 372	0,9
Uva	15,4	225	234	4,0
Banana	6,7	408	351	-13,9
Mandioca	3,8	342	422	23,6
Tomate	3,0	100	75,8	-24,5

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2013.

Tabela 2.34 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total ^{1/}	821	371	-54,8	-2,4
Básicos	24	24	-0,5	-2,6
Industrializados	797	347	-56,5	-2,2
Semimanufaturados	146	114	-21,5	-3,8
Manufaturados	651	232	-64,3	-1,6

Fonte: MDIC/Secex

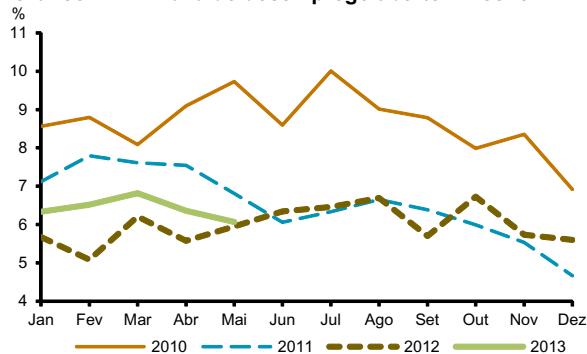
1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.35 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	3 145	3 297	4,9	6,7
Bens de consumo	294	316	7,3	2,6
Duráveis	145	171	17,9	-4,5
Não duráveis	150	145	-3,0	11,9
Bens intermediários	951	1 043	9,7	6,8
Bens de capital	473	385	-18,6	6,6
Comb. e lubrificantes	1426	1553	8,9	10,6

Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 2.17 – Taxa de desemprego aberto – Recife

Fonte: IBGE

A redução nas exportações decorreu de recuos de 54,3% no *quantum* e 1,1% nos preços. Os embarques de produtos manufaturados decresceram 64,3%, refletindo a base de comparação inflada pela venda de uma plataforma de petróleo, e as de produtos semimanufaturados recuaram 21,5%, destacando-se o impacto da ausência de açúcar em bruto na pauta de 2013. Argentina, EUA e Portugal adquiriram, em conjunto, 34,8% das vendas do estado no período.

O aumento nas importações refletiu variações de 6,6% no *quantum* e -1,6% nos preços. As compras de combustíveis e lubrificantes, categoria de uso mais importante no estado, cresceram 8,9%. As aquisições de bens de consumo duráveis e de bens intermediários elevaram-se, na ordem, 17,9% e 9,7%, enquanto as de bens de capital e de bens de consumo não duráveis recuaram 18,6% e 3,0%, respectivamente. As compras externas provenientes dos EUA, Argentina e China representaram, em conjunto, 47,2% do total adquirido pelo estado no semestre.

Segundo o Caged/MTE, foram extintos 19,3 mil empregos formais em Pernambuco no trimestre encerrado em maio (5,6 mil em igual período de 2012), dos quais 4,5 mil na construção civil e 2,5 mil nos setores comércio e serviços, conjuntamente (criação de 4,5 mil e 8,5 mil postos, respectivamente, em igual trimestre de 2012). O nível de emprego formal cresceu 0,9% em relação ao trimestre encerrado em fevereiro, quando havia recuado 1,9%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados.

A taxa de desemprego da RMR atingiu 6,4% no trimestre encerrado em maio (5,9% em igual período de 2012), de acordo com a PME/IBGE. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 6,1%, ante 6,3% no trimestre encerrado em fevereiro, resultado de elevação de 0,1% na população ocupada e estabilidade na PEA. Os rendimentos médios habituais reais recuaram 1,8% no trimestre.

O IPCA da RMR aumentou 1,80% no segundo trimestre de 2013 (2,27% no trimestre anterior), ocorrendo desaceleração dos preços livres, de 3,02% para 2,01%, e reversão, de -0,43% para 1,02%, na variação dos preços monitorados.

No âmbito dos preços livres, a inflação dos bens comercializáveis recuou de 1,90% para 1,16%, com ênfase no impacto das reduções nos itens frango inteiro, 11,35%;

Tabela 2.36 – Evolução do emprego formal – Pernambuco

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012			2013	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-5,6	22,0	23,5	-25,5	-19,3
Indústria de transformação	-18,0	8,6	14,5	-15,7	-10,5
Comércio	1,9	0,7	9,0	-3,1	-3,9
Serviços	6,6	2,3	2,9	-2,5	1,3
Construção civil	4,5	2,0	-0,5	0,5	-4,5
Agropecuária	-0,6	8,6	-1,9	-5,3	-2,3
Serviços ind. de utilidade pública	0,1	-0,4	-0,6	0,5	0,5
Outros ^{2/}	-0,1	0,1	0,0	0,0	0,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Tabela 2.37 – IPCA – Recife

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2012		2013	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	1,48	2,03	2,27	1,80
Livres	78,8	1,84	2,41	3,02	2,01
Comercializáveis	40,2	1,65	2,37	1,90	1,16
Não comercializáveis	38,6	2,03	2,45	4,24	2,91
Monitorados	21,2	0,22	0,72	-0,43	1,02
Principais itens					
Alimentação	27,3	3,73	3,73	5,79	2,08
Habitação	13,2	0,83	1,39	-1,27	2,65
Artigos de residência	5,2	-0,37	2,21	2,09	1,09
Vestuário	7,8	0,71	1,49	0,09	3,68
Transportes	15,3	-0,05	1,07	1,60	-0,62
Saúde	12,6	1,25	1,30	1,61	2,89
Despesas pessoais	9,8	2,21	2,71	1,54	2,62
Educação	4,7	0,69	0,33	5,27	0,33
Comunicação	4,2	-0,20	0,94	-0,79	0,13

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2013.

carnes, 1,70%; e automóvel novo, 1,0%. Os preços dos bens não comercializáveis desaceleraram de 4,24% para 2,91%, no período, destacando-se os recuos nos itens passagens aéreas, 16,60%, e raízes, tubérculos e legumes, 4,63%.

O comportamento dos preços dos bens monitorados refletiu, em especial, os aumentos nos itens produtos farmacêuticos, 5,09%; planos de saúde, 1,99%; e energia elétrica residencial, 2,45%. O índice de difusão atingiu 68,63% no segundo trimestre do ano (70,30% no trimestre anterior).

Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da RMR variou 7,79% em maio (8,21% em fevereiro). Os preços livres aumentaram 9,60%, ressaltando-se a elevação de 16,20% no grupo alimentação e bebida, e os preços monitorados cresceram 1,53%, com ênfase nos acréscimos nos itens planos de saúde, 8,21%; produtos farmacêuticos, 5,72%; e gás de botijão, 11,88%.

O ritmo de crescimento da economia pernambucana passou a situar-se em patamar próximo ao nacional, nos trimestres recentes. Esta dinâmica reflete, em parte, a menor demanda no mercado de trabalho, em especial na construção civil, determinada pela conclusão de parte dos investimentos públicos e privados realizados no estado; e o menor dinamismo do setor agrícola, impactado por condições climáticas adversas.

Região Centro-Oeste

Gráfico 3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Centro-Oeste

Dados dessazonalizados

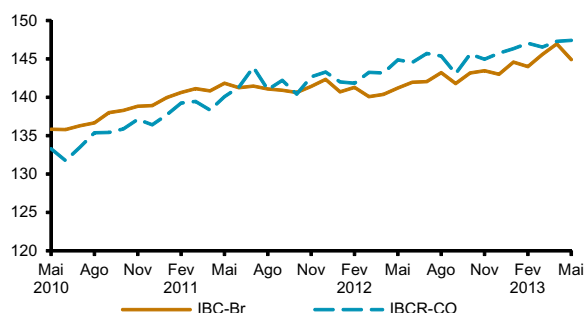


Gráfico 3.2 – Comércio varejista – Centro-Oeste

Dados dessazonalizados

2004 = 100

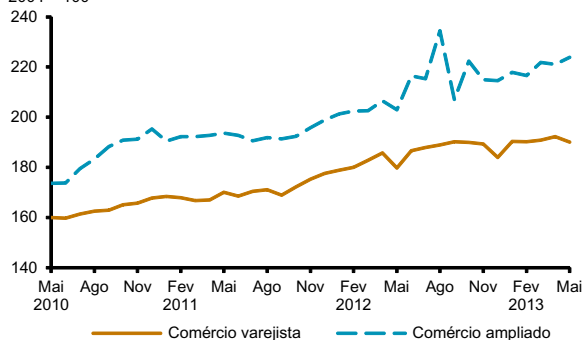


Tabela 3.1 – Índice de vendas no varejo – Agregação para GO e DF^{1/}

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012	2013		
	Ano	Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Comércio varejista	3,1	-1,2	1,4	4,9
Combustíveis e lubrificantes	4,4	-0,7	1,1	6,1
Hiper e supermercados	4,2	-3,1	-1,7	2,0
Tecidos, vestuário e calçados	9,1	-2,4	6,2	4,0
Móveis e eletrodomésticos	4,0	0,7	2,1	9,3
Outros art. de uso pessoal/dom.	7,2	2,8	1,6	11,6
Comércio varejista ampliado	9,9	0,9	2,2	8,8
Veículos e motos, partes e peças	8,1	8,8	0,4	15,4
Material de construção	5,9	-1,8	3,5	6,6

Fonte: IBGE

1/ GO e DF são os únicos entes federados da região estratificados pelo IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

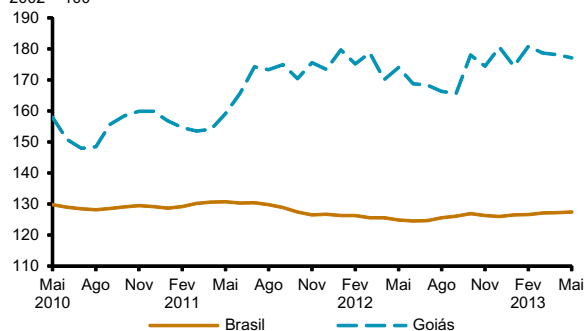
A atividade econômica no Centro-Oeste moderou no trimestre terminado em maio, com crescimento na indústria extrativa e no comércio, e retração na indústria de transformação. O IBCR-CO cresceu 0,5% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando havia aumentado 1,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador cresceu 2,3% em maio, ante 2,6% em fevereiro.

As vendas varejistas da região aumentaram 1,6% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando haviam recuado 0,9%, neste tipo de análise, conforme dados dessazonalizados da PMC. Houve aumento de vendas em Mato Grosso, 3,2%, no Distrito Federal, 2,0%, em Goiás, 1,5%, e no Mato Grosso do Sul, 1,3%. As vendas do comércio ampliado, agregando os segmentos automóveis, motos e peças, e material de construção, aumentaram 2,7%, ante 0,7% no trimestre encerrado em fevereiro, resultado de expansões respectivas de 5,8%, 2,1%, 1,3% e 1,2% no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e no Distrito Federal.

A análise por ramos de atividade – a partir de estatísticas agregadas para o Distrito Federal e Goiás, unidades da federação na região para as quais são divulgadas estatísticas por segmento – revela aumentos respectivos de 40,1%, 6,2% e 3,5% nas vendas de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; tecidos, vestuário e calçados; e material de construção. Em oposição, as vendas de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo recuaram 1,7% no período.

Considerados períodos de doze meses, o comércio varejista cresceu 7,2% em maio (8,4% em fevereiro), resultado de elevações de 16% no Mato Grosso do Sul; 6,9% em Goiás; 6,5% no Mato Grosso; e 2,4% no Distrito Federal. No mesmo período, ocorreram, em Goiás e no Distrito Federal, aumentos nas vendas de artigos farmacêuticos,

Gráfico 3.3 – Produção industrial – Goiás
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 3.2 – Produção industrial – Goiás

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2013	Variação % trimestral		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	3,7	-2,0	0,0
Indústria extrativa	8,2	-12,1	11,9	-0,9
Indústria de transformação	91,8	8,9	-3,6	0,1
Alimentos e bebidas	49,0	5,8	-2,4	-0,2
Produtos químicos	32,0	25,7	-4,4	0,5
Minerais não metálicos	5,8	-1,6	-4,7	-1,2
Metalurgia básica	5,0	0,9	3,6	1,4

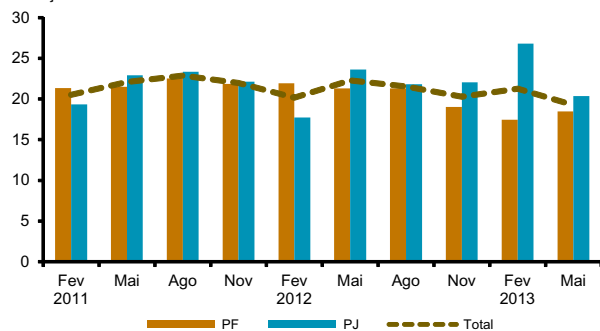
Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 3.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Centro-Oeste^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos, 15,9%; outros artigos de uso pessoal e doméstico, 11,6%; móveis e eletrodomésticos, 9,3%; e de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 2,0%.

No comércio ampliado, mantida a comparação em doze meses, houve expansão de 10,5% em maio (10% em fevereiro). Considerando o agregado de Goiás e Distrito Federal, as vendas de veículos aumentaram 15,4% e as de material de construção, 6,6%.

A produção industrial no estado de Goiás recuou 2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando havia aumentado 3,7%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A produção da indústria extrativa cresceu 11,9% e a da indústria de transformação recuou 3,6%, influenciada pelas quedas respectivas de 2,4%, 4,4% e 4,7% nas indústrias alimentícia, de produtos químicos e de minerais não metálicos. O segmento metalurgia básica expandiu 3,6% no período.

A análise em doze meses indica produção da indústria estável em maio (expansão de 2% em fevereiro), em relação a igual período de 2012. A produção da indústria extrativa recuou 0,9%, influenciada pela retração na exploração de amianto, e a indústria de transformação cresceu 0,1%, destacando-se os aumentos respectivos de 1,4% e 0,5% na produção nos segmentos metalúrgica básica e produtos químicos. A produção da indústria de alimentos, responsável por 49% do produto industrial do estado, recuou 0,2% no período.

O Icei/GO, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), atingiu 60 pontos em junho (61,1 pontos em março e 57 pontos em junho de 2012). Ocorreram, no trimestre, variações de -2,1 pontos no Índice de Expectativas e de 1,4 ponto no Índice de Condições Atuais. Ressalte-se que a pesquisa de junho foi à campo entre os dias 03 e 13 do mesmo mês, não incorporando plenamente os impactos das manifestações de protestos ocorridos ao longo do mês.

A Sondagem Industrial, realizada pela CNI, indica redução do ritmo da produção, com o indicador situando-se em 50,9 pontos em junho (55,2 pontos em maio e 46,8 pontos em junho de 2012). Os estoques de produtos finais encontram-se relativamente ajustados, 50,2 pontos (52,1 pontos em maio e 52,8 pontos em junho de 2012). O levantamento da sondagem ocorreu entre os dias 1 e 12 de julho.

Tabela 3.3 – Necessidades de financiamento – Região Centro-Oeste^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Total	-1 676	-1 692	568	354
Governos estaduais	-1 346	-1 328	562	680
Capitais	- 306	- 271	5	- 258
Demais municípios	- 24	- 93	2	- 68

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 3.4 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Centro-Oeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
	2012	Nominal	Outros ^{4/}		2013	
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Mar	
Total	25 865	-1 692	354	-1 338	-186	24 341
Governos estaduais	26 728	-1 328	680	-648	-160	25 920
Capitais	-73	-271	-258	-530	-26	-628
Demais municípios	-791	-93	-68	-160	0	-951

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 3.5 – Dívida líquida – Região Centro-Oeste^{1/}

Composição

Região Centro-Oeste	R\$ milhões		
	2011	2012	2013
	Dez	Dez	Mar
Dívida bancária	3 530	5 742	5 965
Renegociação ^{2/}	22 216	20 856	20 318
Dívida externa	1 136	2 444	2 405
Outras dívidas junto à União	2	2	2
Dívida reestruturada	585	598	588
Disponibilidades líquidas	-2 601	-3 777	-4 937
Total (A)	24 868	25 865	24 341
Brasil^{3/} (B)	491 433	541 717	533 065
(A/B) (%)	5,1	4,8	4,6

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

As operações de crédito superiores a R\$1 mil na região totalizaram R\$227,3 bilhões em maio, aumentando 4,5% no trimestre (19,3% em doze meses). Os empréstimos contratados por pessoas físicas atingiram R\$130,3 bilhões, elevando-se 4,3% no trimestre (18,5% em doze meses), com destaque para a expansão dos financiamentos imobiliários e rurais. O estoque de crédito no segmento de pessoas jurídicas totalizou R\$97 bilhões, expandindo 4,9% no trimestre (20,4% em doze meses), com ênfase nas contratações dos setores de energia, agricultura e indústrias de papel e papelão.

A taxa de inadimplência das operações de crédito atingiu 3,05% em maio (3,18% em fevereiro), com reduções trimestrais de 0,26 p.p. em Goiás, 0,14 p.p. no Mato Grosso do Sul e de 0,12 p.p. no Distrito Federal, e aumento de 0,04 p.p. em Mato Grosso.

Os desembolsos do BNDES para a região Centro-Oeste totalizaram R\$5 bilhões no trimestre encerrado em maio, aumentando 61,3% em relação a igual período do ano anterior. Considerados os últimos doze meses, os desembolsos somaram R\$23,9 bilhões em maio, elevando-se 103% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O superavit primário dos governos estaduais, das capitais e dos principais municípios da região totalizou R\$1,7 bilhão no primeiro trimestre de 2013. O aumento de R\$16,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior refletiu, em especial, a elevação de R\$24 milhões para R\$93 milhões no superavit dos demais municípios. Ressalte-se que a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aumentou, em termos reais, 5,4% no primeiro trimestre.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$354 milhões nos três primeiros meses do ano, recuando 38% relativamente ao mesmo período de 2012, em decorrência, especialmente, da menor variação do IGP-DI, indexador da maior parte dos passivos regionais. O resultado nominal foi superavitário em R\$1,3 bilhão (R\$1,1 bilhão no mesmo período de 2012).

A participação da dívida líquida, de R\$24,3 bilhões, da região Centro-Oeste na dívida total das de estados e municípios atingiu 4,6% em março (4,8% em dezembro de 2012). As dívidas renegociadas/reestruturadas pela União representaram 83,5% do endividamento líquido ao final do trimestre e as dívidas bancária e externa, 24,5% e 9,9% respectivamente. A posição credora em disponibilidades

Tabela 3.6 – Produção agrícola – Centro-Oeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2012	2013	
Grãos	81,2	70 821	75 920	7,2
Algodão (caroço)	10,9	2 061	1 306	-36,6
Arroz (em casca)	1,1	744	754	1,3
Feijão	2,1	660	616	-6,6
Milho	15,0	30 748	33 078	7,6
Soja	51,1	34 986	38 166	9,1
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	13,3	112 776	123 830	9,8
Mandioca	1,1	1 299	1 262	-2,9
Tomate	1,0	1 194	1 197	0,2

Fonte: IBGE

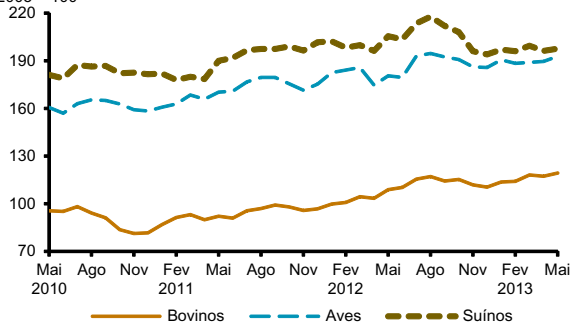
1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2013.

Gráfico 3.5 – Abates de animais – Centro-Oeste

Média móvel trimestral

2005 = 100

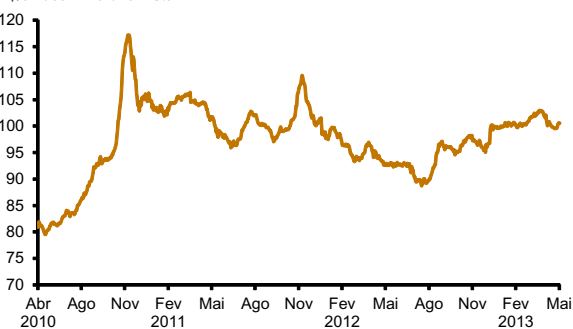


Fonte: Mapa

Gráfico 3.6 – Indicador boi gordo

ESALQ/BM&FBovespa

R\$/arroba – Valor à vista



Fonte: Cepea/ESALQ

Tabela 3.7 – Exportação por fator agregado

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	12 558	14 790	17,8	-2,4
Básicos	10 548	12 802	21,4	-2,6
Industrializados	2 011	1 988	-1,1	-2,2
Semimanufaturados	1 684	1 645	-2,3	-3,8
Manufaturados ^{1/}	327	343	5,0	-1,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

líquidas correspondia, no período, a 20,3% da dívida líquida da região.

A safra de grãos no Centro-Oeste deverá totalizar 75,9 milhões de toneladas em 2013, de acordo com o LSPA de junho, do IBGE. A projeção de aumento anual de 7,2% considera crescimentos de 9,1% para a colheita de soja (com expansão de 12% na área plantada) e de 7,6% para a de milho. Em relação às demais lavouras, destaque para a projeção de aumento anual de 9,8% para a produção de cana-de-açúcar.

Os abates de bovinos em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF (cerca de 95% dos realizados na região) aumentaram 13% de janeiro a maio de 2013, em comparação a igual período de 2012, reflexo de crescimentos respectivos de 19,4%, 11,6% e 10,9% em Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Os abates de aves aumentaram 6,1% e os de suínos diminuíram 0,5%, no período.

O superavit da balança comercial do Centro-Oeste somou US\$7,6 bilhões nos seis primeiros meses do ano, aumentando 21,4% em relação a igual período de 2012, de acordo com o MDIC. As exportações e as importações somaram, respectivamente, US\$14,8 bilhões e US\$7,2 bilhões, elevando-se, na ordem, 17,8% e 14,2%.

O desempenho das exportações decorreu de expansões de 12,7% no quantum e de 4,5% nos preços. As vendas de produtos básicos aumentaram 21,4%, com aumentos nas exportações de milho, soja, carne bovina e carne de frango. As exportações de produtos manufaturados elevaram-se 5%, repercutindo, sobretudo, aumentos das vendas de álcool etílico e de carne de peru. As vendas externas de produtos semimanufaturados recuaram 2,3%, impactadas pelas contrações nos embarques de óleo de soja em bruto, ferroligas, e de açúcar de cana em bruto. Os principais mercados de destino foram China, Holanda, Coreia do Sul, Japão, Hong Kong e Rússia, que absorveram, em conjunto, 63% das exportações da região, no período.

A evolução das importações refletiu variações de 18,4% no quantum e -3,6% nos preços. As aquisições de matérias-primas cresceram 23,5%, destacando-se as de insumos para a agricultura e de produtos agropecuários não alimentícios. As compras de combustíveis e lubrificantes elevaram-se 18,6%, com ênfase nas relativas a gás natural. As importações provenientes da Bolívia, EUA, Alemanha, China, Coreia do Sul e Japão representaram, em conjunto, 63% das compras da região no semestre.

Tabela 3.8 – Importação por categoria de uso

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste			Brasil
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	6 306	7 198	14,2	6,7
Bens de capital	725	785	8,2	6,6
Matérias-primas	2 145	2 648	23,5	6,8
Bens de consumo	1 782	1 804	1,2	2,6
Duráveis	757	498	-34,3	-4,5
Não duráveis	1 025	1 306	27,4	11,9
Combustíveis e lubrificantes	1 654	1 962	18,6	10,6

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 3.9 – Evolução do emprego formal – Centro-Oeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012			2013	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	62,4	34,9	-9,9	-8,3	46,0
Indústria de transformação	22,2	8,8	-8,1	-3,0	16,0
Comércio	1,5	2,9	9,7	-4,2	0,3
Serviços	20,3	10,9	5,9	5,3	16,8
Construção civil	16,0	2,1	-8,9	-5,3	10,1
Agropecuária	0,4	7,0	-7,9	-1,0	1,6
Indústria extrativa mineral	0,9	0,4	-0,3	-0,1	0,7
Outros ^{2/}	1,2	2,9	-0,2	-0,0	0,6

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui serviços industriais de utilidade pública, administração pública e outras.

Tabela 3.10 – IPCA – Centro-Oeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2012		2013	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,00	1,47	2,19	1,73	1,03
Livres	76,90	1,61	2,37	2,55	1,11
Comercializáveis	33,82	1,61	2,75	1,48	0,36
Não comercializáveis	43,09	1,61	2,06	3,42	1,71
Monitorados	23,10	1,06	1,62	-0,73	0,73
Principais itens					
Alimentos e bebidas	23,02	2,66	2,36	5,09	0,99
Habitação	15,13	2,76	2,13	-1,58	1,61
Artigos de residência	4,63	0,12	2,82	1,34	1,36
Vestuário	6,27	1,94	2,64	0,03	1,24
Transportes	20,46	0,18	2,67	0,72	-0,50
Saúde	10,15	0,89	1,12	1,54	2,37
Despesas pessoais	10,80	1,63	2,76	1,84	2,29
Educação	4,63	0,71	0,59	5,83	0,45
Comunicação	4,91	0,26	0,93	0,32	0,26

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2013.

Segundo o Caged, do MTE, foram criados 46 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio (62,4 mil no mesmo período de 2012), dos quais 16,8 mil no setor de serviços, 16 mil na indústria de transformação, 10 mil na construção civil e 1,6 mil na agropecuária.

A variação do IPCA no Centro-Oeste, agregando estatísticas para Brasília e Goiânia, atingiu 1,03% no trimestre encerrado em junho, ante 1,73% naquele finalizado em março, com redução de preços no grupo transportes, desacelerações significativas nos grupos alimentação e bebidas e educação, e altas nos grupos saúde e cuidados pessoais, e despesas pessoais. Os preços livres variaram 1,11% e os monitorados, 0,73% (2,55% e -0,73% no primeiro trimestre do ano).

Especificamente sobre preços livres, houve desacelerações no segmento de produtos comercializáveis, de 1,48% para 0,36% (destacando-se as reduções de preços dos itens açúcar cristal, 5,93%; etanol, 3,88%; carnes, 3,42%; e arroz, 2,43%), bem como no de produtos não comercializáveis, de 3,42% para 1,71% (com retrações respectivas de 18,72%, 7,16% e 3,54% nos itens tomate, passagem aérea e seguro voluntário de veículo).

A variação de 0,73% dos preços monitorados refletiu, em especial, aumentos de preços dos produtos farmacêuticos, 3,51%; taxa de água e esgoto, 3,49%; e ônibus urbano, 2,76%. Em oposição, ocorreram recuos nos itens energia elétrica residencial, 2,01%, e gasolina, 1,19%. O índice de difusão atingiu 55,7% no trimestre encerrado em junho (63,8% no primeiro trimestre do ano).

Considerados períodos de doze meses, o IPCA variou 6,57% em junho (6,27% em março), com a inflação de preços livres se deslocando de 7,53% para 7,86%, e a dos monitorados, de 2,51% para 2,71%. A variação dos preços dos itens comercializáveis recuou de 6,56% para 6,33%, destacando-se as reduções de preços nos itens açúcar cristal, 11,32%; televisor, 7,26%; e motocicleta, 1,95%, enquanto a variação dos preços dos itens não comercializáveis aumentou de 8,31% para 9,08%, ressaltando-se as elevações nos itens empregado doméstico, 10,70%; aluguel residencial, 9,80%; e refeição fora do domicílio 7,90%. Em relação aos itens monitorados, destaque para os aumentos anuais nos itens taxa de água e esgoto, 9,01%; plano de saúde, 8,17%; e gasolina, 5,09%.

A desaceleração recente da atividade econômica do Centro-Oeste refletiu, em especial, o menor dinamismo da

indústria. A despeito do recuo na margem dos indicadores de confiança, o desempenho da economia da região deverá ser favorecido, nos próximos meses, pelos ganhos da renda agrícola, com impactos relevantes sobre o comércio local, e pelas vendas externas.

Região Sudeste

Gráfico 4.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sudeste

Dados dessazonalizados
2002 = 100

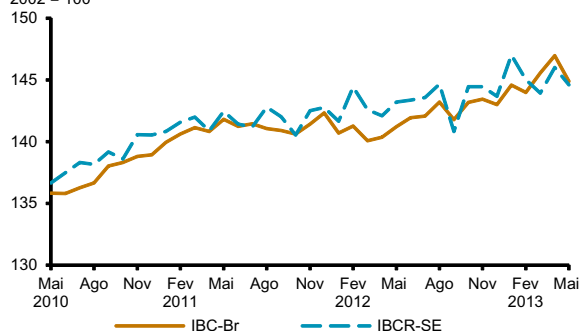
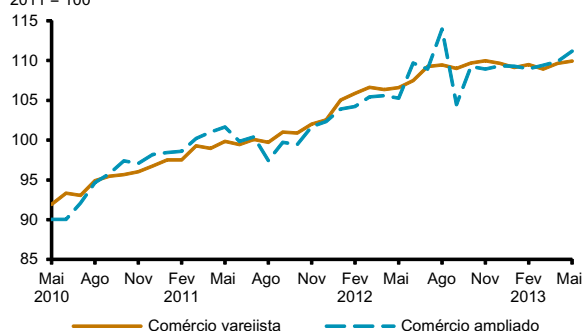


Gráfico 4.2 – Comércio varejista – Sudeste

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.1 – Comércio varejista – Sudeste

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012 Ano	2013		12 meses
		Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	
Comércio varejista	8,1	-0,1	0,1	5,9
Combustíveis e lubrificantes	6,0	-2,2	4,3	9,1
Hiper e supermercados	9,4	0,2	-1,4	5,9
Tecidos, vestuário e calçados	1,3	-1,1	3,9	2,6
Móveis e eletrodomésticos	11,6	2,3	-1,3	7,9
Comércio ampliado	7,6	1,5	0,9	6,9
Automóveis e motocicletas	6,9	6,7	0,8	9,2
Material de construção	7,9	5,7	-0,8	5,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A atividade econômica do Sudeste moderou no trimestre encerrado em maio, em parte, repercutindo o desempenho modesto da produção industrial. Nesse contexto, o IBCR-SE recuou 0,3% em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando expandira 1,4%, no mesmo tipo de comparação, considerando a série com ajuste sazonal. No acumulado de doze meses encerrados em maio o indicador aumentou 1,4%, relativamente a igual período do ano anterior.

As vendas varejistas da região cresceram 0,1% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando haviam recuado 0,1%, no mesmo tipo de análise, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Esse desempenho refletiu, em parte, variações nas vendas de combustíveis e lubrificantes, 4,3%; tecidos, vestuário e calçados, 3,9%, hipermercados e supermercados, -1,4%; e móveis e eletrodomésticos, -1,3%. As vendas do comércio ampliado, que incluem veículos, com variação de 0,8%, e material de construção, com variação de -0,8%, aumentaram 0,9% no mesmo período (1,5% no trimestre encerrado em fevereiro).

Considerados períodos de doze meses, as vendas no varejo aumentaram 5,9% em maio, em relação a igual período de 2012, e as no comércio ampliado expandiram 6,9%, com elevações respectivas de 9,2% e 5,4% nas vendas de veículos e de material de construção.

A produção industrial da região cresceu 0,4% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando declinara 0,2%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF, do IBGE. A produção da indústria extrativa decresceu 4,6% e a de transformação aumentou 0,4%, reflexo de expansão em doze das 23 atividades pesquisadas. Destacaram-se os aumentos nas atividades material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações, 11,3%; máquinas e equipamentos, 7,6%; e veículos

Tabela 4.2 – Produção industrial – Sudeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2013		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-0,2	0,4	-0,3
Indústria extrativa	5,3	-1,6	-4,6	-2,9
Indústria de transformação	94,7	0,5	0,4	-0,1
Alimentos	10,9	3,0	-3,6	-1,1
Veículos automotores	9,3	0,2	2,5	-0,6
Refino de petróleo e álcool	9,1	0,2	1,7	7,7
Outros produtos químicos	7,7	-3,9	0,2	1,6
Metalurgia básica	7,6	-3,1	1,1	-5,4

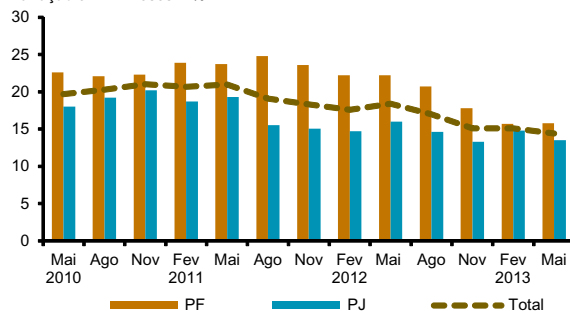
Fonte: IBGE

1/ Ponderação das atividades na indústria conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.3 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – Sudeste

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.3 – Desembolsos do BNDES – Sudeste

Discriminação	Var. % acum. 12 meses				2013 ^{1/}	
	2010	2011	2012	2013 ^{1/}	R\$ milhões	Part. (%)
Sudeste	36,7	-30,0	6,2	22,7	83 317	45
Brasil	23,5	-18,0	12,3	32,9	185 233	100

Fonte: BNDES

1/ Valores acumulados em doze meses até maio.

Tabela 4.4 – Necessidades de financiamento – Região Sudeste^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Total	-14 936	-11 600	7 406	11 306
Governos estaduais	-11 264	-6 320	5 873	8 690
Capitais	-2 613	-4 079	1 378	2 407
Demais municípios	-1 058	-1 201	154	209

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

automotores, 2,5%, e os recuos nas indústrias farmacêutica, 10,1%, e de alimentos, 3,6%.

Considerados períodos de doze meses, a produção industrial do Sudeste contraiu 0,3% em maio, ante expansão de 2,1% até fevereiro. Ocorreram elevações de 7,9% na produção da indústria farmacêutica e de 7,7% na de refino de petróleo e álcool, e retrações respectivas de 6,7% e 5,4% nas atividades máquinas e equipamentos e metalurgia básica.

O Icei para o Sudeste, divulgado pela CNI, atingiu 52,1 pontos em junho (52,8 pontos em maio e 53,5 pontos em junho de 2012), em linha com os resultados modestos do setor, tanto na margem quanto nos últimos doze meses.

Para junho, a Sondagem Industrial realizada pela CNI apontou expectativas de redução na produção, com o indicador situando-se em 44,4 pontos, ante 50,6 pontos no mês anterior e 43,7 pontos em junho de 2012. O indicador de estoques, aproximando-se do nível desejado, atingiu 50,6 pontos comparativamente aos 51,8 pontos em maio e 51,2 pontos em junho do ano anterior.

As operações de crédito superiores a R\$1 mil totalizaram R\$1.306,8 bilhões em maio, elevando-se 3,8% no trimestre e 14,4% em doze meses. A carteira de pessoas físicas somou R\$537,8 bilhões, com elevações de 4,3% e de 15,8%, respectivamente, destacando-se as modalidades financiamento imobiliário e crédito pessoal consignado. O estoque de crédito no segmento de pessoas jurídicas, com ênfase para as modalidades financiamento à exportação e capital de giro, atingiu R\$769 bilhões, aumentando 3,4% no trimestre e 13,5% em doze meses.

A inadimplência das operações de crédito situou-se em 3,1% em maio, mesmo patamar de fevereiro. A taxa atingiu 4,6% no segmento de pessoas físicas e 2,0% no de pessoas jurídicas, com recuo de 0,1 p.p. e estabilidade, respectivamente, no período.

Os desembolsos do BNDES para a região Sudeste totalizaram R\$23.137,2 milhões no trimestre finalizado em maio, elevando-se 75,2% em relação a igual período do ano anterior. Os desembolsos somaram R\$83.317,4 milhões no período de doze meses encerrado em maio, com acréscimo de 22,7% em relação a igual período de 2012.

O *superavit* primário dos governos de estados, capitais e principais municípios do Sudeste atingiu R\$11,6 bilhões no primeiro trimestre de 2013, recuando 22,3% em

Tabela 4.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Sudeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
	2012	Nominal	Outros ^{4/}		2013	
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Mar	
Total	396 934	-11 600	11 306	-294	-1 352	395 288
Gov. estaduais	321 925	-6 320	8 690	2 370	-849	323 445
Capitais	75 101	-4 079	2 407	-1 672	-416	73 013
Demais municípios	-92	-1 201	209	-992	-87	-1 171

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 4.6 – Dívida líquida – Região Sudeste^{1/}
Composição

Região Sudeste	R\$ milhões		
	2011	2012	2013
	Dez	Dez	Mar
Dívida bancária	9 484	15 679	17 768
Renegociação ^{2/}	334 203	360 005	364 908
Dívida externa	15 654	20 730	23 062
Outras dívidas junto à União	16 903	16 474	15 396
Dívida reestruturada	825	845	809
Disponibilidades líquidas	-18 682	-16 799	-26 654
Total (A)	358 386	396 934	395 288
Brasil^{3/} (B)	491 433	541 717	533 065
(A/B) (%)	72,9	73,3	74,2

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 4.7 – Produção agrícola – Sudeste
Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Var. %
		2012	2013	2013/2012
Grãos		19 227	19 592	1,9
Arroz (em casca)	0,2	153	143	-6,2
Feijão	2,1	887	811	-8,5
Milho	6,7	12 471	12 192	-2,2
Soja	4,7	4 545	5 271	16,0
Outras lavouras				
Café	21,9	2 698	2 479	-8,1
Banana	2,7	2 276	2 334	2,5
Cana-de-açúcar	40,0	438 612	492 158	12,2
Laranja	8,3	15 418	14 493	-6,0

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2013.

relação a igual período de 2012. O *superavit* dos governos dos estados decresceu 43,9% enquanto os das capitais e dos principais municípios aumentaram 56,1% e 13,4%, respectivamente.

Os juros nominais apropriados por competência somaram R\$11,3 bilhões no primeiro trimestre de 2013, contra R\$7,4 bilhões em igual período de 2012, contribuindo para que o *superavit* nominal totalizasse R\$294 milhões (R\$7,5 bilhões no primeiro trimestre de 2012).

A dívida líquida de estados, capitais e principais municípios da região totalizou R\$395,3 bilhões em março de 2013 (74,2% da dívida dessas entidades no país). O valor ao final do primeiro trimestre recuou 0,4% em relação ao apurado em dezembro de 2012.

A produção de grãos da região Sudeste está estimada em 19,6 milhões de toneladas em 2013, 10,5% da produção nacional, de acordo com o LSPA de junho, do IBGE. O aumento anual previsto, de 1,9%, reflete em especial a projeção de crescimento de 16% para a safra de soja, resultado de aumentos de 2,9% na produtividade e de 12,9% na área plantada. Para os cultivos de feijão, arroz e milho projetam-se reduções respectivas de 8,5%, 6,2% e 2,2%, reflexo, sobretudo, de reduções nas áreas plantadas. Em relação às demais lavouras, estão estimados aumento de 12,2% para a safra de cana-de-açúcar e redução de 8,1% para a de café, que este ano se encontra em ciclo biennial de baixa produtividade.

Os abates de bovinos, aves e suínos, realizados em estabelecimentos inspecionados pelo SIF, variaram 18,4%, -11% e 3,5%, na ordem, nos cinco primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2012, de acordo com o Mapa. O aumento do abate de bovinos foi estimulado pela demanda externa e o de suínos, pela interna. O desempenho da avicultura refletiu o aumento do custo de produção e a contração da demanda externa.

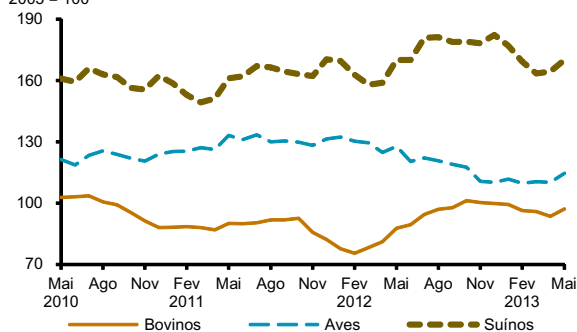
A balança comercial da região foi deficitária em US\$6,7 bilhões no primeiro semestre de 2013, contrastando com o *superavit* de US\$4,3 bilhões em igual período de 2012. O resultado refletiu redução de 10,4% nas exportações e aumento de 7,2% nas importações, que atingiram US\$57,5 bilhões e US\$64,2 bilhões, respectivamente.

O comportamento das exportações, que refletiu reduções de 6,8% nos preços e de 3,9% no *quantum*, foi influenciado, especialmente, pela retração de 18,8% nas

Gráfico 4.4 – Abates de animais – Sudeste

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 4.8 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Sudeste		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	64 123	57 470	-10,4	-2,4
Básicos	26 338	21 374	-18,8	-2,6
Industrializados	37 785	36 097	-4,5	-2,2
Semimanufaturados	8 250	8 042	-2,5	-3,8
Manufaturados ^{1/}	29 536	28 055	-5,0	-1,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.9 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Sudeste		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	59 834	64 160	7,2	6,7
Bens de capital	15 457	15 652	1,3	6,6
Matérias-primas	25 624	27 471	7,2	6,8
Bens de consumo	9 846	10 385	5,5	2,6
Duráveis	4 758	4 854	2,0	-4,5
Não duráveis	5 088	5 531	8,7	11,9
Combustíveis e lubrificantes	8 907	10 651	19,6	10,6

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 4.10 – Evolução do emprego formal – Sudeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012			2013	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	330,6	186,0	87,0	-202,7	265,1
Indústria de transformação	51,2	12,7	9,8	-49,9	61,8
Comércio	23,7	42,5	99,5	-41,1	5,0
Serviços	127,1	62,3	72,6	-22,0	91,5
Construção civil	52,7	18,9	-25,0	-11,9	29,2
Agropecuária	62,4	41,0	-67,4	-68,8	67,4
Serviços ind. de utilidade pública	1,7	3,0	1,3	2,8	0,3
Outros ^{2/}	11,7	5,7	-3,8	-11,9	9,9

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

vendas de produtos básicos, principalmente óleos brutos de petróleo (-48,3%) e minérios de ferro e seus concentrados (-10,7%). Os principais destinos dos embarques da região foram China, EUA, Argentina, Holanda e Japão, que responderam, em conjunto, por 48,4% das vendas externas no período.

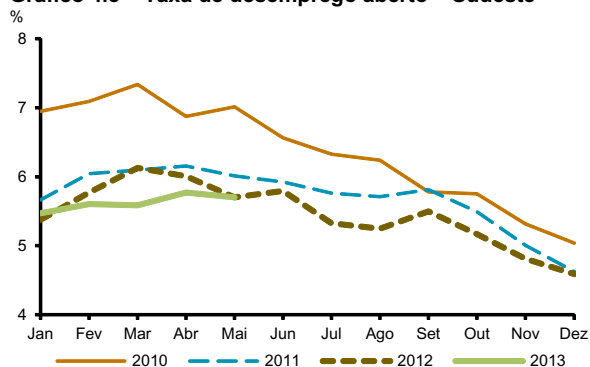
A evolução das importações, resultante de variações de -1,1% nos preços e de 8,4% no *quantum*, refletiu os aumentos das compras em todas as categorias de uso, sobretudo combustíveis e lubrificantes, 19,6%, e matérias-primas, 7,2%. As importações provenientes dos EUA, China, Alemanha, Argentina e Nigéria somaram 47,9% do total adquirido no período.

O mercado de trabalho da região registrou, de acordo com estatísticas do Caged, do MTE, a criação de 265,1 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio (330,6 mil em igual período de 2012), dos quais 91,5 mil no setor de serviços, 67,4 mil na agropecuária e 61,8 mil na indústria de transformação. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal cresceu 0,3% em relação ao trimestre encerrado em fevereiro, quando havia aumentado 0,5%, no mesmo tipo de análise.

A taxa de desemprego do Sudeste, conforme a PME para as regiões metropolitanas de São Paulo (RMSP), Rio de Janeiro (RMRJ) e Belo Horizonte (RMBH), atingiu 5,7% no trimestre encerrado em maio. A retração de 0,2 p.p. em relação a igual período de 2012 resultou de elevações de 0,3% na população ocupada e de 0,1% na PEA. O rendimento real médio habitual e a massa salarial real cresceram, respectivamente, 1,8% e 2,2%, no período. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 5,3% no trimestre encerrado em maio, ante 5,5% naquele finalizado em fevereiro.

A inflação na região Sudeste, considerada a média ponderada das variações do IPCA nas RMSP, RMRJ e RMBH, situou-se em 1,29% no trimestre encerrado em junho (1,96% no primeiro trimestre do ano), com menor variação dos preços livres, de 2,93% para 1,20%, e reversão, de -0,98% para 1,59%, na variação dos monitorados.

No âmbito dos preços livres, os preços dos bens comercializáveis desaceleraram, de 2,15% para 0,44%, destacando-se os recuos nos itens carne de frango inteiro, 10,71%; etanol, 5,74%; carne de frango em pedaços, 5,08%; e automóvel novo, 0,90%. Os preços dos bens não comercializáveis desaceleraram, de 3,58% para 1,81%,

Gráfico 4.5 – Taxa de desemprego aberto – Sudeste

Fonte: IBGE

Tabela 4.11 – IPCA – Sudeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2012	2013		12 meses
	Ano	I Tri	II Tri		
IPCA	100,0	5,57	1,96	1,29	6,52
Livres	75,6	6,33	2,93	1,20	8,05
Comercializáveis	33,1	4,29	2,15	0,44	6,61
Não comercializáveis	42,5	8,05	3,58	1,81	9,23
Monitorados	24,4	3,40	-0,98	1,59	2,08
Principais itens					
Alimentação	23,0	8,97	4,41	1,43	12,03
Habitação	14,7	6,61	-1,66	1,97	3,55
Artigos de residência	4,1	0,75	1,91	0,90	4,43
Vestuário	5,9	6,49	0,03	2,01	6,36
Transportes	19,8	0,32	1,39	0,23	2,71
Saúde	11,6	6,28	1,83	2,59	7,23
Despesas pessoais	11,2	10,17	3,07	1,51	9,15
Educação	4,9	7,85	6,56	0,32	7,84
Comunicação	4,8	0,28	0,09	-0,14	0,56

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2013.

reflexo, em parte, da redução de 4,79% nos preços das hortaliças e verduras e da menor pressão do item tubérculos e frutas. No segmento serviços, a desaceleração de 2,77% para 1,87% repercutiu o final do impacto da alta sazonal das mensalidades escolares.

A evolução dos preços monitorados traduziu, em especial, as elevações respectivas de 4,65%, 3,82% e 3,56% nos itens produtos farmacêuticos, ônibus urbanos e ônibus intermunicipais. O índice de difusão médio atingiu 54,9% no trimestre encerrado em junho, contra 62,0% no primeiro trimestre do ano.

Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da região variou 6,52% em junho, reflexo de acelerações nos preços livres, de 7,92% para 8,05%, e nos preços monitorados, de 1,31% para 2,08%.

O menor dinamismo da atividade econômica do Sudeste em meses recentes refletiu, em parte, a moderação das vendas do comércio ampliado e da produção industrial. Ressalte-se que a continuidade do crescimento do crédito, em contexto de expansão dos investimentos – revelada pela trajetória dos desembolsos do BNDES para a região –, e a expansão da renda devem favorecer a atividade econômica na região nos próximos meses.

Minas Gerais

Gráfico 4.6 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Minas Gerais

Dados desazonalizados
2002 = 100

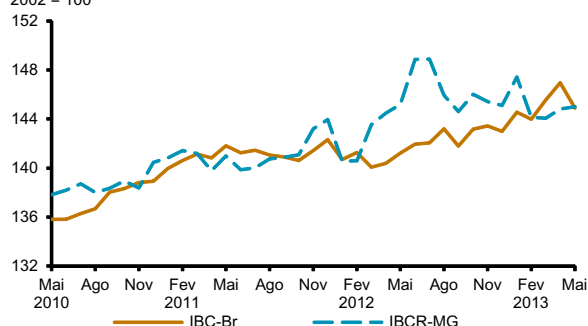


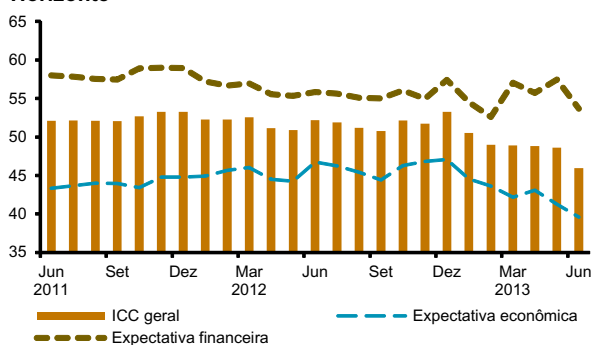
Tabela 4.12 – Índice de vendas no varejo – Minas Gerais
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012	2013		
	Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	6,7	-0,6	-0,4	3,7
Combustíveis e lubrificantes	7,7	-0,6	-0,7	7,3
Hiper e supermercados	2,5	-0,6	-4,1	-1,3
Tecidos, vestuário e calçados	3,5	-2,7	4,1	2,5
Móveis e eletrodomésticos	21,8	-0,2	4,1	14,6
Comércio ampliado	5,7	-0,7	0,5	4,6
Veículos e motos, partes e peças	4,0	-0,6	-0,2	6,5
Material de construção	4,9	-0,5	0,5	4,5

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.7 – Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte



Fonte: Ipead/UFGM

O PIB de Minas Gerais recuou 1,2% no primeiro trimestre de 2013, em relação ao encerrado em dezembro, quando aumentara 0,6%, segundo dados dessazonalizados da Fundação João Pinheiro (FJP). Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pelo impacto das férias coletivas da indústria automobilística, pela menor demanda externa por minério e pela menor geração de energia elétrica no período. Estatísticas mais recentes sinalizam continuidade da retração na atividade após os primeiros três meses. O IBCR-MG recuou 0,6% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando aumentara 0,1%, neste tipo de comparação. Essa trajetória reflete, em especial, o menor dinamismo das indústrias extrativa e de transformação. Considerados períodos de doze meses, o indicador aumentou 2,5% em maio (3,3% em fevereiro).

As vendas varejistas no estado recuaram 0,4% no trimestre encerrado em maio, relativamente ao trimestre finalizado em fevereiro, quando diminuíram 0,6% no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se as elevações das vendas nos segmentos tecidos, vestuário e calçados, e móveis e eletrodomésticos, ambas de 4,1%, e o recuo de 4,1% no segmento hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo. O comércio ampliado cresceu 0,5% (-0,7% no trimestre anterior), com redução de 0,2% nas vendas de veículos e expansão de 0,5% nas relativas a material de construção.

Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas aumentaram 3,7% em maio (5,6% em fevereiro), em relação a igual período de 2012, destacando-se as expansões nos segmentos outros artigos de uso pessoal e doméstico, 18,8%, e móveis e eletrodomésticos, 14,6%, e a retração de 1,3% nas vendas de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo. Na mesma base de comparação, o comércio ampliado cresceu 4,6% (5,7% em fevereiro), com elevações de 6,5% nas vendas de veículos e de 4,5% nas relativas a material de construção.

O Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte (ICCBH), divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), atingiu 46 pontos em junho (48,9 pontos em março), menor nível desde maio de 2006, mantendo-se na área de pessimismo. O componente expectativa econômica retraiu 2,6 p.p., para 39,6 pontos, com destaque para a

redução de 4,3 p.p. na avaliação sobre a situação econômica do país. O componente expectativa financeira recuou 3,4 p.p., para 53,7 pontos, com deterioração da expectativa sobre a situação financeira da família.

Tabela 4.13 – Produção industrial – Minas Gerais

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % trimestral			
	Pesos ^{1/} 2013	Variação % trimestral		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-4,0	-1,3	1,7
Indústria extrativa	14,8	-3,0	-6,7	-2,1
Indústria de transformação	85,2	-2,7	-1,1	2,4
Metalurgia básica	17,2	-2,7	2,4	-4,2
Veículos automotores	15,3	-7,4	4,3	14,0
Alimentos	12,5	1,4	-0,4	-1,0
Minerais não metálicos	7,4	-0,4	-4,5	-2,6
Outros produtos químicos	7,1	-19,2	-26,3	5,3

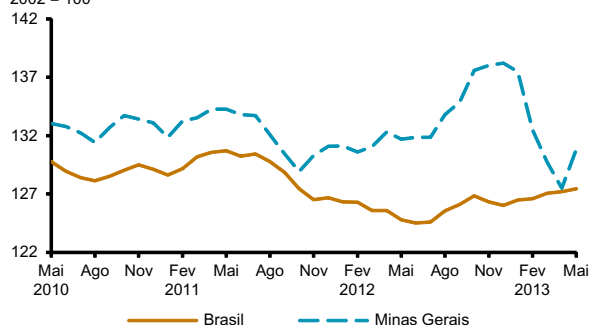
Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.8 – Produção industrial – Minas Gerais

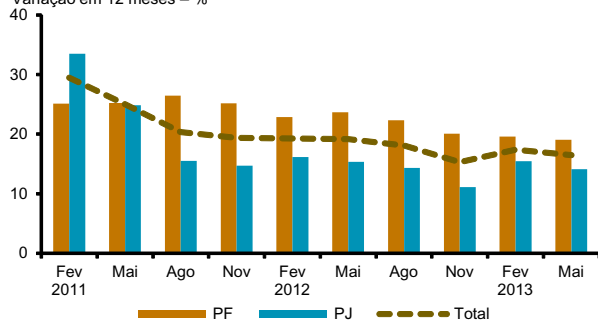
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 4.9 – Evolução do saldo das operações de crédito – Minas Gerais^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

A produção industrial em Minas Gerais recuou 1,3% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando havia retraído 4%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A indústria extrativa decresceu 6,7%, influenciada pelo recuo na exploração de minério de ferro, e a de transformação, 1,1%, ressaltando-se os desempenhos negativos das atividades outros produtos químicos, 26,3%, e minerais não metálicos 4,5%.

A produção da indústria mineira acumulada em doze meses cresceu 1,7% em maio, em relação a igual período de 2012, mantendo o mesmo ritmo de crescimento observado até fevereiro. A indústria extrativa recuou 2,1% e a de transformação expandiu 2,4%, impulsionada pelos aumentos nas atividades veículos automotores, 14%, e outros produtos químicos, 5,3%. Em sentido inverso, as indústrias de metalurgia básica, minerais não metálicos e de alimentos recuaram no período 4,2%, 2,6% e 1%, respectivamente.

O faturamento real da indústria, as horas trabalhadas e o emprego, divulgados pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), aumentaram, na ordem, 1,2%, 1,3% e 1,3% no trimestre finalizado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, dados dessazonalizados. O Nuci registrou média de 85,4%, mantendo-se praticamente estável em relação ao nível do trimestre encerrado em fevereiro, 85,8%.

O Icei/MG, divulgado pela Fiemg, atingiu 52,6 pontos em junho, ante 53,7 pontos em março e 55,6 pontos em junho do ano anterior. A trajetória no trimestre refletiu o recuo de 1,9 ponto no Índice de Expectativas para os próximos seis meses e o aumento de 0,7 ponto no Índice de Condições Atuais.

As operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas em Minas Gerais totalizaram R\$221,9 bilhões em maio, aumentando 4,0% no trimestre e 16,5% em doze meses. Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas atingiram R\$108,7 bilhões, com acréscimos de 4,9% e 19,1% nas mesmas bases de comparação, evidenciando o dinamismo das modalidades financiamentos imobiliários e crédito consignado. O estoque de crédito no segmento de pessoas jurídicas somou R\$113,1 bilhões, aumentos

Tabela 4.14 – Necessidades de financiamento do Estado de Minas Gerais e seus principais municípios^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Estado de Minas Gerais	-1 968	-789	1 352	2 150
Governo estadual	-1 531	-281	1 297	2 082
Capital	-324	-378	33	35
Demais municípios	-112	-130	22	33

1/ Inclui informações do Estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 4.15 – Dívida líquida e necessidades de financiamento do Estado de Minas Gerais e seus principais municípios^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		2012	Nominal		Outros ^{4/}	
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Mar	
Est. Minas Gerais	72 732	-789	2 150	1 361	-57	74 035
Governo estadual	70 914	-281	2 082	1 801	-45	72 671
Capital	1 572	-378	35	-343	-12	1 218
Demais municípios	245	-130	33	-97	-1	147

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 4.16 – Produção agrícola – Minas Gerais
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação % 2013/2012
		2012	2013	
Grãos	26,4	12 000	12 005	0,0
Feijão	4,0	634	550	-13,2
Milho	11,9	7 625	7 433	-2,5
Soja	8,6	3 073	3 370	9,6
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	18,2	70 521	71 918	2,0
Café	40,0	1 597	1 505	-5,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2013.

respectivos de 3,1% e 14,1% nos períodos de comparação considerados, com ênfase nas contratações da administração pública, da construção e da siderurgia. A inadimplência das operações de crédito atingiu 3,2% da carteira em maio, registrando estabilidade no trimestre e em doze meses.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios de Minas Gerais atingiu R\$789 milhões nos primeiros três meses de 2013, representando recuo de 59,9% em relação a igual período de 2012. Ocorreram redução no *superavit* do governo estadual, de R\$1,5 bilhão para R\$281 milhões, e aumentos respectivos de 16,6% e 15,9% nos resultados da capital e dos demais municípios.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$2,1 bilhões no trimestre (aumento de 59% em relação a igual período de 2012), contribuindo para que o resultado nominal registrasse *deficit* de R\$1,4 bilhão.

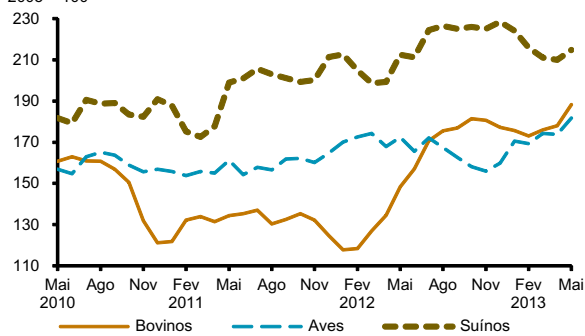
A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios mineiros somou R\$74,0 bilhões em março, elevando-se 1,8% em relação a dezembro de 2012.

A safra de grãos do estado deverá atingir 12 milhões de toneladas em 2013, mantendo-se estável em relação à safra anterior, de acordo com o LSPA de junho, do IBGE. Essa estimativa incorpora elevação de 9,6% para a colheita da soja, impulsionada pelo aumento na área plantada, e reduções de 2,5% na produção de milho, principal cultura do estado, e de 13,2% na safra de feijão. Em relação às demais culturas, as produções de cana-de-açúcar e de café deverão variar 2% e -5,8%, respectivamente, no ano.

Os abates de bovinos em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF (75% do total no estado) cresceram 34,6% nos cinco primeiros meses do ano, em relação a igual intervalo de 2012. Os abates de aves e suínos aumentaram, na ordem, 4,1% e 5,6%.

O *superavit* da balança comercial de Minas Gerais totalizou US\$10,2 bilhões no primeiro semestre de 2013, recuando 4,4% ante o mesmo intervalo de 2012, de acordo com o MDIC. As exportações somaram US\$16,2 bilhões e as importações, US\$6 bilhões, com variações respectivas de -0,3% e 7,3%.

O comportamento das exportações, reflexo de redução de 2,4% nos preços e aumento de 2,1% no *quantum*, foi impactado, em especial, pela redução de 11,9% nos

Gráfico 4.10 – Abates de animais – Minas GeraisMédia móvel trimestral
2005 = 100

Fonte: Mapa

Tabela 4.17 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	16 211	16 157	-0,3	-2,4
Básicos	9 933	10 269	3,4	-2,6
Industrializados	6 278	5 889	-6,2	-2,2
Semimanufaturados	3 495	3 079	-11,9	-3,8
Manufaturados ^{1/}	2 783	2 810	1,0	-1,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.18 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	5 596	6 006	7,3	6,7
Bens de capital	1 730	1 883	8,8	6,6
Matérias-primas	2 494	2 542	1,9	6,8
Bens de consumo	1 099	1 198	9,1	2,6
Duráveis	916	947	3,3	-4,5
Não duráveis	182	251	37,8	11,9
Combustíveis e lubrificantes	273	382	40,0	10,6

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 4.19 – Evolução do emprego formal – Minas Gerais

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil)				
	2012			2013	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	84,2	54,9	-10,7	-39,6	69,0
Indústria de transformação	7,7	11,0	7,3	-10,2	12,7
Comércio	6,5	5,6	24,1	-8,7	2,6
Serviços	25,6	12,5	8,0	-3,4	19,3
Construção civil	16,9	8,9	-6,3	-7,2	8,7
Agropecuária	26,5	15,8	-43,8	-9,9	24,7
Indústria extrativa mineral	0,6	0,9	0,3	0,1	-0,1
Outros ^{1/}	0,4	0,2	-0,4	-0,3	1,1

Fonte: MTE

1/ Inclui serviços industriais de utilidade pública, administração pública e outros.

embarques de produtos semimanufaturados, particularmente de ferro e aço. As vendas de produtos básicos cresceram 3,4%, com elevação nas relativas a minério de ferro e soja, e retração nas de café em grão, e as exportações de manufaturados elevaram-se 1,0%, destacando-se os embarques de automóveis e de tubos de ferro ou aço. As vendas para a China, Holanda, EUA, Japão, Argentina e Reino Unido representaram 62% das exportações do estado no período.

O crescimento das importações, resultante de variações de 11,0% no *quantum* e de -3,3% nos preços, refletiu aumentos em todas as categorias de uso, com destaque para combustíveis e lubrificantes, 40%, e bens de consumo, 9,1%. Os principais mercados de origem das importações do estado foram Argentina, EUA, China, Itália, Alemanha e México, com participação conjunta de 69% nas compras do estado no período.

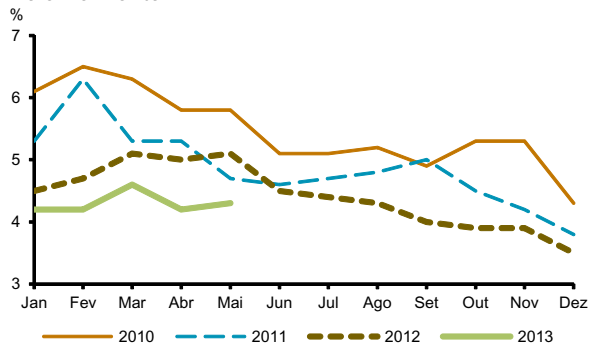
A economia mineira criou, de acordo com o Caged/MTE, 69 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio (84,2 mil no mesmo trimestre do ano anterior), dos quais 24,7 mil na agropecuária, 19,3 mil em serviços, 12,7 mil na indústria de transformação e 8,7 mil na construção civil. Ressalte-se que apenas a indústria de transformação gerou maior número de vagas no período comparativo.

A taxa de desemprego na RMBH atingiu 4,4% no trimestre encerrado em maio, 0,7 p.p. inferior à média registrada nesse período do ano anterior. A massa de rendimentos real retraiu 1,8% no trimestre, refletindo estabilidade do rendimento médio real e redução de 1,8% no número de pessoas ocupadas remuneradas. Segundo dados dessazonalizados, a taxa de desemprego registrou estabilidade frente ao trimestre finalizado em fevereiro.

O IPCA da RMBH variou 1,32% no trimestre encerrado em junho, ante 2,22% no primeiro trimestre do ano. A variação dos preços livres recuou de 3,13% para 1,30% e a dos monitorados aumentou de -0,76% para 1,37%.

A evolução dos preços livres decorreu de desacelerações nos preços dos bens comercializáveis, de 2,00% para 0,59%, e dos não comercializáveis, de 4,15% para 1,93%. No primeiro grupo, destacaram-se as retrações de preços nos itens óleo de soja, 13,28%; carnes, 4,91%; e automóvel novo, 1,16%. No grupo de bens não comercializáveis, as principais reduções ocorreram nos itens laranja pera, 20,43%; tomate, 19,57%; e passagem aérea, 8,81%.

Gráfico 4.11 – Taxa de desemprego aberto – Belo Horizonte



Fonte: IBGE

Tabela 4.20 – IPCA – Belo Horizonte

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2012		2013	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	1,42	1,56	2,22	1,32
Livres	77,0	1,75	1,94	3,13	1,30
Comercializáveis	36,1	1,45	2,48	2,00	0,59
Não comercializáveis	40,9	2,02	1,46	4,15	1,93
Monitorados	23,0	0,35	0,35	-0,76	1,37
Principais itens					
Alimentos e bebidas	22,1	3,33	3,06	5,01	1,02
Habitação	15,1	1,66	0,89	-1,55	2,99
Artigos de residência	5,1	0,69	-0,39	1,63	0,43
Vestuário	7,0	3,01	4,46	0,21	2,18
Transportes	19,2	-1,10	1,23	1,96	-0,20
Saúde	10,8	1,17	1,29	1,35	2,57
Despesas pessoais	11,7	2,14	0,51	3,72	1,82
Educação	4,5	0,89	0,25	7,03	0,46
Comunicação	4,5	0,50	0,80	0,32	0,01

Fonte: IBGE

^{1/} Referentes a junho de 2013.

O aumento de preços nos monitorados foi impulsionado pelas elevações nos itens taxa de água e esgoto, 4,64%; produtos farmacêuticos, 4,12%; e energia elétrica residencial, 3,79%. O índice de difusão atingiu 56,1% no trimestre encerrado em junho, ante 64,4%, no primeiro trimestre do ano.

Considerados períodos de doze meses, a inflação atingiu 6,66% em junho (6,62% em março). A variação dos preços livres passou de 8,25% para 8,36%, e a dos monitorados, de 1,47% para 1,31%, nas mesmas bases de comparação. No âmbito dos preços livres, os preços dos bens comercializáveis variaram 6,67% em junho (7,22% em março), com destaque para os aumentos nos itens pão francês, 16,08%; calçados e acessórios, 11,69%; e roupa feminina, 9,84%. Os preços dos bens não comercializáveis variaram 9,88% em junho (9,19% em março), com ênfase nos aumentos nos itens aluguel residencial, 12,00%; empregado doméstico, 11,71%; e refeição fora do domicílio, 10,55%. Dentre os itens monitorados sobressaíram-se as elevações nos itens plano de saúde, 8,05%; ônibus urbano, 5,66%; e produtos farmacêuticos, 4,74%.

As restrições do ambiente externo sobre as exportações mineiras e os impactos da desaceleração na geração de empregos e do menor ritmo de elevação do poder aquisitivo dos trabalhadores sobre a demanda interna delineiam perspectivas de crescimento moderado para a economia do estado nos próximos meses.

Gráfico 4.12 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio de Janeiro

Dados dessazonalizados

2002 = 100

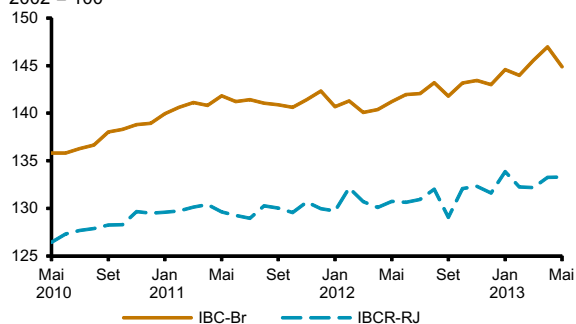


Tabela 4.21 – Índice de vendas no varejo – Rio de Janeiro
 Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012	2013		
	Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	4,1	1,3	1,4	4,8
Combustíveis e lubrificantes	15,8	-0,5	0,5	15,6
Hiper e supermercados	1,1	-0,2	-0,6	1,9
Tecidos, vestuário e calçados	3,4	-3,7	4,7	3,4
Móveis e eletrodomésticos	6,5	-0,7	4,1	-0,4
Comércio ampliado	4,1	1,8	2,9	6,5
Veículos e motos, partes e peças	2,2	6,3	3,2	8,9
Material de construção	9,9	-0,3	3,0	11,5

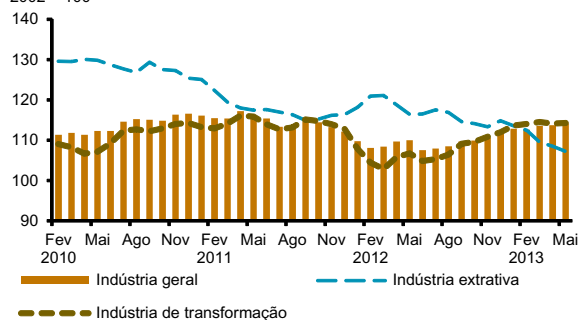
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.13 – Produção industrial – Rio de Janeiro

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.22 – Produção industrial – Rio de Janeiro

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	Pesos ^{1/} 2013	2013		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	1,8	1,3	0,1
Indústria extrativa	20,1	-0,8	-4,7	-4,3
Indústria de transformação	79,9	2,9	0,2	1,1
Refino de petróleo e álcool	14,3	-4,1	3,8	6,9
Metalurgia básica	12,3	-12,9	4,2	-12,2
Veículos automotores	7,2	10,5	0,0	-14,1
Outros produtos químicos	8,8	2,3	2,9	7,1

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Rio de Janeiro

A expansão da atividade econômica no estado do Rio de Janeiro mostrou moderação no trimestre encerrado em maio, em contexto de crescimento das vendas varejistas e da produção da indústria de transformação, e de desempenhos desfavoráveis da indústria extrativa e do comércio externo. Nesse cenário, o IBCR-RJ cresceu 0,3% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando havia aumentado 1,1%, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador aumentou 1,3% em maio (1,2% em fevereiro), em relação a igual intervalo de 2012.

As vendas do comércio varejista cresceram 1,4% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando aumentaram 1,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se, no período, os aumentos nas vendas de móveis e eletrodomésticos, 4,1%; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 5,3%; e tecidos, vestuário e calçados, 4,7%. Incluídos os aumentos nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 3,2%, e de material de construção, 3%, o comércio ampliado cresceu 2,9% no trimestre.

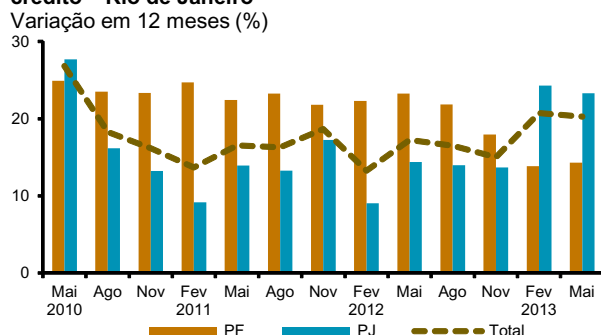
Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio varejista e do comércio ampliado do estado cresceram, na ordem, 4,8% e 6,5% em maio (4,3% e 5,1%, respectivamente, em fevereiro), em relação a igual período de 2012.

As vendas de automóveis e veículos comerciais leves totalizaram 64,3 mil unidades no trimestre encerrado em maio, recuando 3,8% em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, de acordo com a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, as vendas de automóveis e veículos comerciais leves cresceram 12,5% em maio (10,8% em fevereiro).

A produção industrial fluminense aumentou 1,3% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando crescera 1,8%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A indústria extrativa, refletindo o impacto de paradas programadas de plataformas petrolíferas nas bacias de Campos e de Santos, recuou 4,7%, e a indústria de transformação cresceu 0,2% no trimestre, refletindo elevações nas atividades metalúrgica, 4,2%, e de edição, impressão e reprodução de gravações, 8,9%.

Considerados períodos de doze meses, a produção industrial do estado aumentou 0,1% em maio (recoo de 2,1% em fevereiro), primeiro resultado positivo desde dezembro de 2011, nessa base de comparação. A indústria de transformação cresceu 1,1% e a extrativa recuou 4,3%.

Gráfico 4.14 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio de Janeiro^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.23 – Necessidades de financiamento – Rio de Janeiro^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Estado do Rio de Janeiro	-1 611	-1 884	1 106	1 870
Governo estadual	-1 759	-1 653	1 018	1 646
Capital	368	-839	78	211
Demais municípios	-220	609	10	13

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 4.24 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Rio de Janeiro^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	2013
		2012	Outros ^{4/}			
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Mar	
	Estado do Rio de Janeiro	75 567	-1 884	1 870	-14	-330
Governo estadual	69 338	-1 653	1 646	-7	-288	69 042
Capital	6 599	-839	211	-629	-39	5 931
Demais municípios	-370	609	13	622	-3	250

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no estado totalizou R\$298,7 bilhões em maio, expandindo 4,7% no trimestre e 20,3% em doze meses. O total contratado no segmento de pessoas físicas somou R\$96,3 bilhões, com elevações respectivas de 4,1% e 14,3%, destacando-se o dinamismo das modalidades dos financiamentos imobiliários e crédito consignado. O estoque de crédito atingiu R\$202,4 bilhões no segmento de pessoas jurídicas, elevando-se 4,9% no trimestre e 23,3% em doze meses, com ênfase nas modalidades financiamentos à exportação e outros financiamentos.

A inadimplência relativa a essas operações de crédito atingiu 2,48% em maio, ante 2,53% em fevereiro, situando-se em 5,62% no segmento de pessoas físicas e em 0,99% no de pessoas jurídicas, contra 5,69% e 1,01%, respectivamente, em fevereiro.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio de Janeiro atingiu R\$1,9 bilhão nos três primeiros meses de 2013, comparativamente a R\$1,6 bilhão em igual período de 2012, ressaltando-se a reversão, de *deficit* para *superavit*, no resultado na capital.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$1,9 bilhão no trimestre, com aumento de 69% sobre o primeiro trimestre de 2012. O *superavit* nominal totalizou R\$14 milhões, ante R\$505 milhões nos três primeiros meses de 2012.

A dívida líquida dos governos do estado, da capital e dos principais municípios situou-se em R\$75,2 bilhões em março de 2013, recuo de 0,5% em relação a dezembro de 2012, destacando-se a retração de 10,1% na dívida da capital.

A produção de cana-de-açúcar deverá recuar 12,7% em 2013, de acordo com o LSPA divulgado pelo IBGE em junho, reflexo de decréscimos de 10,4% na área colhida e de 2,6% na produtividade. Dentre as demais culturas, estão projetadas reduções para as produções de mandioca, 26,8%; tomate, 8%; e abacaxi 2,2%.

Tabela 4.25 – Produção agrícola – Rio de Janeiro
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção		Variação %
		2012	2013 ^{2/}	
Grãos				
Café	7,8	15,8	16,9	7,0
Milho	0,9	15,0	13,3	-11,3
Outras lavouras				
Tomate	28,2	195,7	180,1	-8,0
Cana-de-açúcar	18,7	5 692,9	4 968,0	-12,7
Mandioca	10,6	324,4	237,6	-26,8
Abacaxi	8,9	133,1	130,2	-2,2

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2013.

Tabela 4.26 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio de Janeiro			Brasil
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	14 521	9 519	-34,4	-2,4
Básicos	9 651	4 934	-48,9	-2,6
Industrializados	4 870	4 585	-5,9	-2,2
Semimanufaturados	1 166	904	-22,5	-3,8
Manufaturados ^{1/}	3 704	3 681	-0,6	-1,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.27 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio de Janeiro			Brasil
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	9 680	11 313	16,9	6,7
Bens de capital	1 837	2 184	18,9	6,6
Matérias-primas	3 028	3 393	12,1	6,8
Bens de consumo	1 452	1 686	16,1	2,6
Duráveis	722	821	13,7	-4,5
Não duráveis	730	865	18,5	11,9
Combustíveis e lubrificantes	3 363	4 050	20,4	10,6

Fonte: MDIC/Secex

A safra de grãos do estado deverá decrescer 17,1% no ano, reflexo de recuos de 14,6% na área colhida e de 3% na produtividade.

A balança comercial do estado acumulou *deficit* de US\$1,8 bilhão no primeiro semestre de 2013, contrastando com o *superavit* de US\$4,8 bilhões em igual período de 2012, de acordo com o MDIC. As exportações recuaram 34,4% no período, totalizando US\$9,5 bilhões, e as importações aumentaram 16,9%, para US\$11,3 bilhões.

A evolução das exportações, decorrente de reduções de 10,7% nos preços e de 26,8% no *quantum*, evidenciou, em especial, a retração de 48,9% nos embarques de produtos básicos. Os principais destinos das vendas externas do estado foram EUA, China e Holanda, que adquiriram, em conjunto, 52,7% dos embarques realizados no semestre.

O crescimento das importações decorreu de redução de 4,5% nos preços e aumento de 22,8% no *quantum*, destacando-se as elevações nas aquisições de combustíveis e lubrificantes, 20,4%, e de bens de capital, 18,9%. As importações provenientes dos EUA, Arábia Saudita e China representaram, em conjunto, 40,1% das compras do estado no semestre.

A economia fluminense criou 34,9 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em maio (42,6 mil postos em igual período de 2012), de acordo com o Caged/MTE, dos quais 18,1 mil no setor de serviços e 7,4 mil na indústria de transformação. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal do estado aumentou 0,6% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando crescera 0,1%, na mesma base de comparação.

A taxa média de desemprego na RMRJ atingiu, de acordo com a PME do IBGE, 4,9% no trimestre encerrado em maio (5,6% em igual período de 2012), com crescimentos de 0,9% na população ocupada e de 0,2% na PEA. O rendimento médio habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas aumentou 2% e a massa de rendimentos, 3,4%, no período. De acordo com dados dessazonalizados, a taxa de desemprego aumentou 0,1 p.p. em relação ao trimestre finalizado em fevereiro.

O IPCA da RMRJ variou 1,88% no segundo trimestre de 2013 (1,25% no trimestre anterior). Ocorreram, no período, desaceleração dos preços livres, de 2,22% para 1,70%, e reversão, de -1,22% para 2,36%, na variação

Tabela 4.28 – Evolução do emprego formal –**Rio de Janeiro**

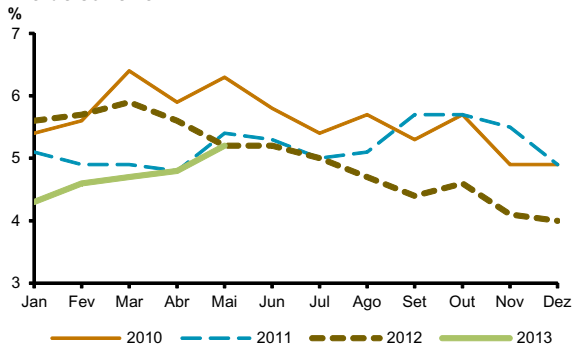
Novos postos

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012			2013	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	42,6	30,9	36,0	-35,3	34,9
Indústria de transformação	4,9	1,8	5,7	-2,8	7,4
Comércio	3,0	4,6	21,6	-13,8	1,7
Serviços	18,6	15,5	14,5	-13,0	18,1
Construção civil	12,9	5,9	-2,5	0,1	5,8
Agropecuária	2,2	1,5	-2,2	-2,0	1,5
Serviços ind. utilidade pública	0,9	1,4	0,1	0,0	-0,6
Outros ^{2/}	0,2	0,2	-1,2	-3,8	1,1

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 4.15 – Taxa de desemprego aberto – Rio de Janeiro

Fonte: IBGE

Tabela 4.29 – IPCA – Rio de Janeiro

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2012		2013	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	1,74	2,27	1,25	1,88
Livres	72,4	2,03	2,56	2,22	1,70
Comercializáveis	27,8	1,71	3,05	1,64	1,20
Não comercializáveis	44,6	2,23	2,26	2,59	2,02
Monitorados	27,6	1,04	1,52	-1,22	2,36
Principais itens					
Alimentação	23,5	3,36	2,49	4,42	2,12
Habitação	16,3	1,76	3,06	-1,98	2,30
Artigos de residência	3,7	0,84	-0,17	2,05	0,26
Vestuário	5,1	2,33	2,82	-0,56	2,50
Transportes	17,9	0,33	1,31	0,30	1,65
Saúde	12,0	1,27	1,68	1,99	3,06
Despesas pessoais	11,1	2,90	5,49	-0,46	1,94
Educação	4,9	0,29	0,43	5,68	0,43
Comunicação	5,5	0,25	-0,08	0,35	-0,36

Fonte: IBGE

1/ Referente a junho de 2013.

dos monitorados, esta condicionada, em especial, pelos aumentos nos itens tarifas de energia, 5,76%, e ônibus urbano, 5,09%.

No âmbito dos preços livres, os preços dos bens comercializáveis desaceleraram de 1,64% para 1,20% e os dos bens não comercializáveis, de 2,59% para 2,02%, ressaltando-se a redução, de 25,94% para 2,22%, na variação dos preços dos alimentos *in natura*. O índice de difusão médio atingiu 57,1% (59,6% no primeiro trimestre do ano).

Considerados intervalos de doze meses, a inflação na RMRJ atingiu 7,34% em junho (6,53% em março), resultado de acelerações nos preços monitorados, de 2,33% para 3,73%, e dos livres, de 8,21% para 8,78%. Destacaram-se, no período, os aumentos de preços nos grupos alimentação e bebidas, 12,96%, e despesas pessoais, 10,15%.

A atividade econômica do Rio de Janeiro manteve ritmo de expansão moderada no trimestre encerrado em maio. O desempenho das vendas varejistas e da indústria de transformação foi neutralizado, em parte, pelos resultados desfavoráveis da indústria extrativa e do comércio externo. A atividade no estado deverá ser favorecida, nos próximos meses, pela sustentação do crédito e da renda, e pelos impactos de investimentos, em curso e planejados.

São Paulo

Tabela 4.30 – Comércio varejista – São Paulo

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012	2013		
		Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}
Comércio varejista	9,6	-0,1	-0,5	6,7
Combustíveis e lubrificantes	2,0	-4,3	7,8	7,4
Hiper e supermercados	14,2	0,5	-0,6	9,3
Tecidos, vestuário e calçados	-0,5	-0,2	4,3	1,8
Móveis e eletrodomésticos	10,0	3,3	-3,8	8,0
Comércio ampliado	9,7	2,3	0,1	7,9
Automóveis e motocicletas	10,4	7,2	0,7	11,2
Material de construção	7,1	9,6	-2,7	2,8

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.16 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e São Paulo

Dados dessazonalizados

2002 = 100

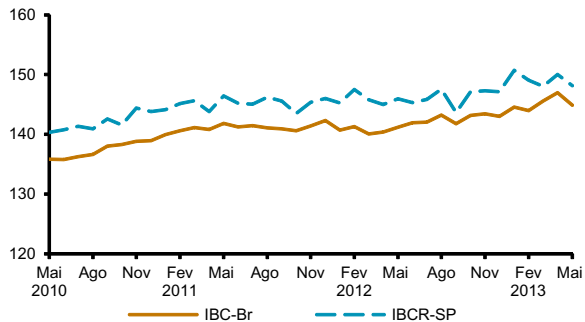
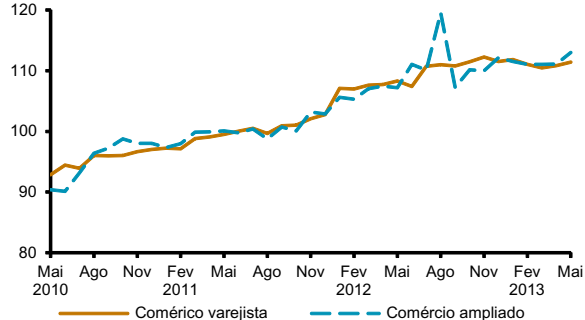


Gráfico 4.17 – Comércio varejista – São Paulo

Dados dessazonalizados

2011 = 100

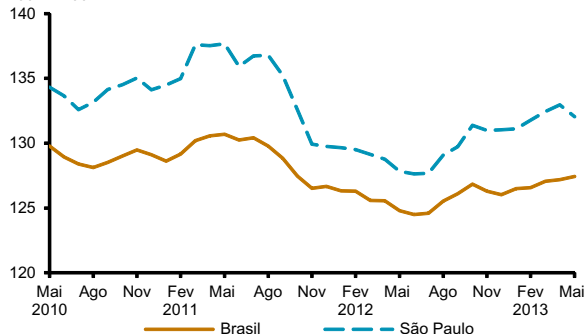


Fonte: IBGE

Gráfico 4.18 – Produção industrial – São Paulo

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2002 = 100



Fonte: IBGE

A atividade econômica em São Paulo moderou no trimestre encerrado em maio, repercutindo o arrefecimento do comércio ampliado e da produção industrial. Nesse cenário, o IBCR-SP recuou 0,2% em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando aumentara 2% na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador variou 1,3% em maio (1,0% em fevereiro).

As vendas do comércio varejista recuaram 0,5% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando haviam diminuído 0,1%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Destacaram-se as retrações nas vendas de livros, jornais, revistas e papelaria, 7,2%, e de móveis e eletrodomésticos, 3,8%. O comércio ampliado cresceu 0,1% e 2,3%, respectivamente, nos trimestres mencionados, com variações de 0,7% nas vendas de veículos, motos, partes e peças e de -2,7% nas de material de construção.

Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas do estado aumentaram 6,7% em maio, em relação a igual período de 2012, destacando-se as elevações nos segmentos hipermercados e supermercados, 9,3%, e móveis e eletrodomésticos, 8%. O comércio ampliado, refletindo aumentos respectivos de 11,2% e 2,8% nas vendas de veículos, motos, partes e peças, e de material de construção, cresceu 7,9%.

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), divulgado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP), recuou 8,2% no trimestre encerrado em junho, em relação ao finalizado em março, resultado de retrações de 6,7% no componente associado às condições econômicas atuais e de 9,1% naquele que avalia as expectativas. O ICC decresceu 8,9% em relação a igual trimestre de 2012, refletindo recuos respectivos de 7,0% e 10,2% nos componentes mencionados.

A produção da indústria paulista aumentou 0,2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando crescera 0,6%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Houve aumentos, no período, em doze dos vinte setores considerados na pesquisa, ressaltando-se os registrados nas indústrias de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações, 11,3%, e de máquinas e equipamentos, 5,8%.

Tabela 4.31 – Produção industrial – São Paulo

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	Pesos ^{1/} 2013	2013		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	0,6	0,2	-0,4
Alimentos	11,6	3,8	-4,0	-0,9
Veículos automotores	10,1	1,0	3,4	-2,5
Refino de petróleo e álcool	9,0	0,2	1,9	7,0
Outros produtos químicos	8,4	-0,9	3,1	0,2
Máquinas e equipamentos	7,5	2,6	5,8	-7,5
Farmacêutica	5,7	-3,7	-7,2	6,1

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

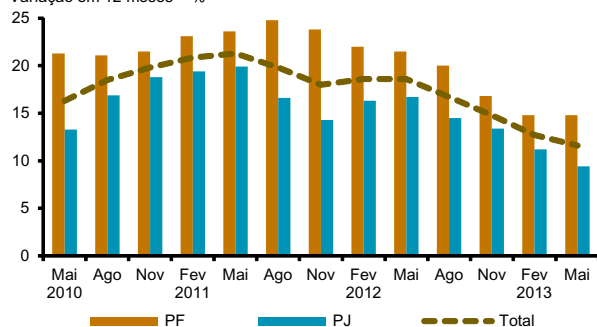
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

A análise em doze meses indica que a produção da indústria do estado recuou 0,4% em maio (-2,6% em fevereiro), em relação ao período correspondente de 2012, destacando-se as reduções respectivas de 11,2% e 7,5% nos segmentos de edição, impressão e reprodução de gravações, e de máquinas e equipamentos, e as expansões respectivas de 18,6% e 7,0% nas indústrias de outros equipamentos de transporte e de refino de petróleo e álcool.

De acordo com estatísticas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), dessazonalizadas, as vendas reais do setor cresceram 1,9% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando haviam aumentado 2,7%, nesse tipo de análise, enquanto as horas trabalhadas na produção variaram, respectivamente, -1,8% e 0,5%. O Nuci atingiu 81,7% em maio, ante 82,3% em fevereiro.

Gráfico 4.19 – Evolução do saldo das operações de crédito – São Paulo^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas no estado de São Paulo atingiu R\$744,7 bilhões em maio, elevando-se 3,2% no trimestre e 11,6% em doze meses. O estoque relativo ao segmento de pessoas físicas totalizou R\$312,5 bilhões, com aumentos, na ordem, de 4,1% e 14,8%, destacando-se o dinamismo das modalidades financiamento imobiliário e crédito consignado. A carteira de pessoas jurídicas somou R\$432,2 bilhões, elevando-se 2,6% no trimestre e 9,4% em doze meses, com destaque para o desempenho das operações de arrendamento mercantil de veículos, de financiamento de projetos e de capital de giro.

A inadimplência das operações de crédito em São Paulo situou-se em 3,3% em maio, mesmo nível de fevereiro. As taxas atingiram 4,6% no segmento de pessoas físicas e 2,4% no de pessoas jurídicas (4,7% e 2,4%, respectivamente, em fevereiro).

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios de São Paulo atingiu R\$7,7 bilhões no primeiro trimestre de 2013, recuando 25,1% em relação a igual período de 2012. O *superavit* do governo do estado decresceu 53,2%, enquanto os relativos à capital e aos demais municípios elevaram-se 9,2% e 147,6%, respectivamente.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$7,2 bilhões, no primeiro trimestre do ano (aumento de 47,2% em relação a igual período de 2012), resultado de aumentos respectivos de 39,3%, 70,4% e 31,9% no estado, na capital e nos principais municípios. Como

Tabela 4.32 – Necessidades de financiamento – São Paulo^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Estado de S. Paulo	-10 268	-7 689	4 913	7 230
Governo estadual	-7 027	-3 287	3 528	4 916
Capital	-2 616	-2 855	1 267	2 158
Demais municípios	-625	-1 547	118	156

1/ Inclui informações do Estados e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Tabela 4.33 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – São Paulo^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida 2012	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/} 2013	
		Nominal	Outros ^{4/}			
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Mar	
Est. São Paulo	248 094	-7 689	7 230	-459	-925	246 710
Governo estadual	181 050	-3 287	4 916	1 629	-492	182 188
Capital	66 867	-2 855	2 158	-697	-352	65 817
Demais municípios	176	-1 547	156	-1 391	-80	-1 295

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 4.34 – Produção agrícola – São Paulo

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas			Var. %
		Produção ^{2/}			
		2012	2013	2013/2012	
Produção de grãos		7 110	7 487	5,3	
Arroz (em casca)	0,2	82	93	13,4	
Feijão	1,0	236	246	4,3	
Milho	3,9	4 755	4 681	-1,6	
Soja	2,6	1 472	1 901	29,2	
Outras lavouras selecionadas					
Café	3,2	313	257	-18,0	
Cana-de-açúcar	60,7	357 746	411 301	15,0	
Laranja	14,1	14 483	13 523	-6,6	

Fonte: IBGE

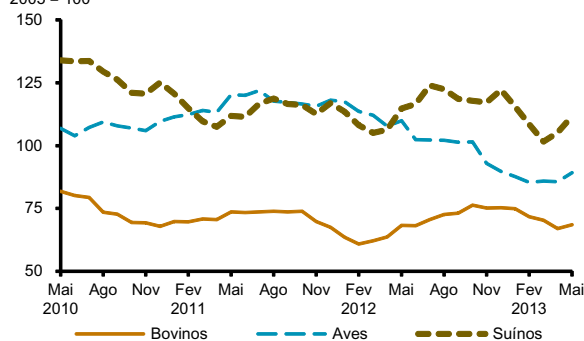
1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2013.

Gráfico 4.20 – Abates de animais – São Paulo

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

consequência, foi apurado *superavit* nominal de R\$459 milhões no primeiro trimestre do ano (R\$5,4 bilhões em igual período de 2012).

A dívida líquida do estado, da capital e dos demais principais municípios totalizou R\$246,7 bilhões (62,4% da dívida da região Sudeste) em março, reduzindo-se 0,6% em relação a dezembro de 2012.

A safra de grãos do estado deverá atingir 7,5 milhões de toneladas em 2013, segundo o LSPA de junho, do IBGE. A projeção de expansão anual de 5,3% reflete as estimativas de aumentos para as culturas de soja, 29,2%, resultado de aumentos de 14,7% da área plantada e 12,7% do rendimento médio; arroz, 13,4%; e feijão, 4,3%, e a previsão de redução de 1,6% para a safra de milho. Em relação às demais lavouras, estão previstas elevação de 15,0% para a produção de cana-de-açúcar, resultado de aumentos na área plantada e na produtividade, e reduções para as colheitas de café, 18,0%, em ciclo bienal de baixa produtividade, e de laranja, 6,6%, reflexo do recuo de 13,3% na área colhida.

Os abates de bovinos, aves e suínos, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF variaram 8,5%, -19,6% e -1,4%, respectivamente, nos cinco primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2012, de acordo com o Mapa. A expansão dos abates de bovinos repercutiu a recuperação da demanda externa, enquanto a acentuada redução dos abates de aves refletiu o menor consumo externo e a redução dos preços no mercado interno.

O *deficit* da balança comercial de São Paulo atingiu US\$16,7 bilhões no primeiro semestre do ano, 28,3% superior ao de igual período de 2012. As exportações recuaram 1,8% e as importações aumentaram 7,9%, totalizando, na ordem, US\$26,7 bilhões e US\$43,3 bilhões.

O comportamento das exportações, decorrente de variações de -5,5% nos preços e de 3,9% no *quantum*, refletiu, em especial, a redução de 6,4% das vendas de produtos manufaturados, com destaque para a retração de 32,2% nas relativas a aviões. Os embarques de produtos semimanufaturados aumentaram 29,6%, impulsionados pela expansão de 78,2% nas vendas de açúcar de cana em bruto. Argentina, EUA, China, Holanda e México adquiriram, em conjunto, 41,2% das exportações do estado no semestre.

O crescimento das importações, evidenciando variações de -1,3% nos preços e de 9,3% no *quantum*, foi estimulado, sobretudo, pelos aumentos respectivos de 18,2%

Tabela 4.35 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	São Paulo		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	27 160	26 662	-1,8	-2,4
Básicos	2 476	2 626	6,1	-2,6
Industrializados	24 685	24 036	-2,6	-2,2
Semimanufaturados	2 600	3 368	29,6	-3,8
Manufaturados ^{1/}	22 085	20 668	-6,4	-1,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.36 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	São Paulo		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	40 165	43 345	7,9	6,7
Bens de capital	10 648	10 531	-1,1	6,6
Matérias-primas	18 625	20 497	10,1	6,8
Bens de consumo	5 934	6 457	8,8	2,6
Duráveis	2 189	2 440	11,5	-4,5
Não duráveis	3 745	4 017	7,3	11,9
Combustíveis e lubrificantes	4 957	5 859	18,2	10,6

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 4.37 – Evolução do emprego formal – São Paulo

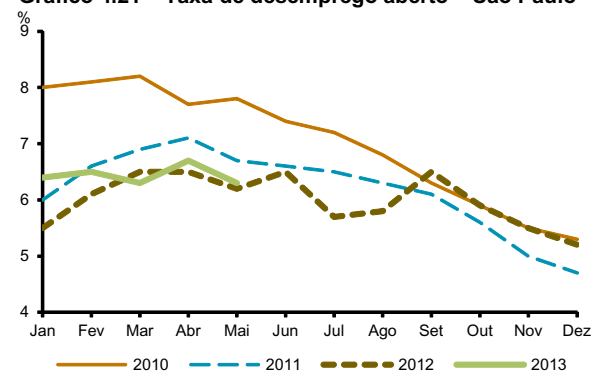
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	185,2	103,5	54,6	-120,6	149,0
Indústria de transformação	35,8	-1,4	-3,8	-34,8	39,5
Comércio	13,7	30,6	47,3	-16,6	0,4
Serviços	79,1	33,2	47,6	-6,1	50,4
Construção civil	20,5	2,9	-14,6	-2,4	16,4
Agropecuária	25,2	32,3	-20,8	-56,3	33,9
Serviços ind. de utilidade pública	0,9	1,7	1,3	2,4	1,0
Outros ^{2/}	10,0	4,2	-2,5	-6,8	7,4

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 4.21 – Taxa de desemprego aberto – São Paulo

Fonte: IBGE

e 10,1% das compras de combustíveis e lubrificantes e de matérias-primas. As aquisições provenientes dos EUA, China, Alemanha, Nigéria e Coreia do Sul representaram, em conjunto, 50,3% do total adquirido pelo estado no semestre.

A economia de São Paulo gerou, de acordo com o Caged/MTE, 149 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em maio (185,2 mil em igual período de 2012), dos quais 50,4 mil no setor de serviços, 39,5 mil na indústria de transformação e 33,9 mil na agropecuária. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal cresceu 0,2% no trimestre terminado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando havia aumentado 0,5%, no mesmo tipo de análise.

A taxa de desemprego da RMSP, divulgada pela PME do IBGE, atingiu 6,4% no trimestre encerrado em maio, mesmo percentual em igual período de 2012, refletindo elevações de 0,6% no pessoal ocupado e na PEA. O rendimento real médio habitual e a massa salarial real aumentaram 1,9% e 2,5%, respectivamente, no período. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 5,9% no trimestre finalizado em maio, ante 6,4% naquele encerrado em fevereiro.

O IPCA da RMSP variou 1,04% no segundo trimestre de 2013, contra 2,14% no trimestre anterior, refletindo desaceleração dos preços livres, de 3,14% para 0,96%, e reversão na variação dos preços monitorados, de -0,94% para 1,31%.

A evolução dos preços livres decorreu de desacelerações nos preços dos produtos comercializáveis, de 2,39% para 0,08%, condicionada por reduções de preços nos itens etanol, carne de frango e automóveis novos; e dos não comercializáveis, de 3,77% para 1,68%, devido, sobretudo, ao esgotamento do impacto do reajuste das mensalidades escolares, de desaceleração dos preços de tubérculos, alimentação fora do domicílio e serviços pessoais, e de redução dos preços de hortaliças e verduras.

A variação dos preços monitorados foi influenciada, principalmente, pelas elevações respectivas de 6,77%, 4,74% e 4,67% nos itens ônibus intermunicipais, produtos farmacêuticos e ônibus urbanos. O índice de difusão médio atingiu 53,5% (61,4% no primeiro trimestre do ano).

Considerados intervalos de doze meses, a inflação na RMSP atingiu 6,14% em junho (5,97% em março), reflexo

Tabela 4.38 – IPCA – São Paulo

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2012	2013		
		Ano	I Tri	II Tri	12 meses
IPCA	100,0	4,72	2,14	1,04	6,14
Livres	76,4	5,56	3,14	0,96	7,66
Comercializáveis	34,1	3,23	2,39	0,08	6,13
Não comercializáveis	42,3	7,57	3,77	1,68	8,91
Monitorados	23,6	2,19	-0,94	1,31	1,60
Principais itens					
Alimentação	23,2	8,67	4,18	1,30	11,33
Habitação	13,8	5,31	-1,57	1,48	2,76
Artigos de residência	4,0	0,79	1,95	1,32	5,72
Vestuário	5,9	5,47	0,18	1,76	4,68
Transportes	20,8	-1,24	1,61	-0,17	2,62
Saúde	11,7	6,33	1,93	2,41	7,08
Despesas pessoais	11,0	8,49	4,24	1,23	8,96
Educação	5,0	7,70	6,73	0,22	7,89
Comunicação	4,6	0,60	-0,09	-0,10	0,34

Fonte: IBGE

1/ Referente a junho de 2013.

de desaceleração dos preços livres, de 7,69% para 7,66%, e aceleração dos monitorados, de 0,79% para 1,60%.

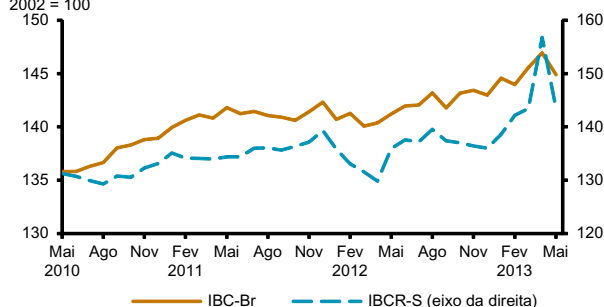
A atividade econômica de São Paulo moderou na margem, em cenário de recuo da confiança do consumidor e acomodação do mercado de trabalho e da renda disponível. Esse ambiente exerceu repercussões desfavoráveis sobre o comércio varejista e a atividade industrial. Vale ressaltar que a retomada dos investimentos tende a favorecer a evolução da atividade no médio prazo.

Região Sul

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul

Dados dessazonalizados

2002 = 100

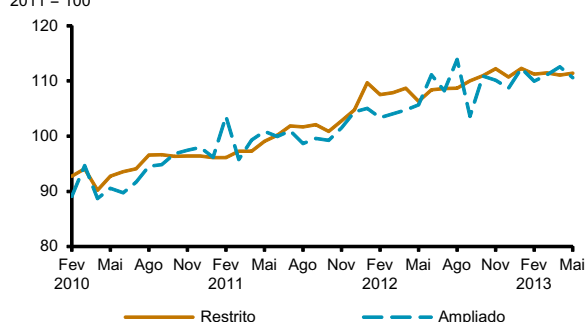


Os principais indicadores de atividade apontaram maior dinamismo da economia da região no segundo trimestre, na comparação com o anterior. Esse desempenho é explicado, em grande parte, pela recuperação do setor agrícola e seus reflexos sobre a indústria, não obstante moderação observada no comércio. O IBCR-S cresceu 6,5% no trimestre finalizado em maio, comparativamente ao trimestre encerrado em fevereiro, quando registrara expansão de 1,4% na mesma base de comparação, considerando a série com ajuste sazonal. No acumulado em doze meses, aumentou 3,9% em maio, ante 0,6% em fevereiro.

Gráfico 5.2 – Comércio varejista – Sul

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

As vendas do comércio varejista recuaram 0,1% no trimestre encerrado em maio, em relação ao trimestre até fevereiro, quando haviam aumentado 0,3%, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. A redução de 2,7% nas vendas de hiper e supermercados, após alta de 2,3% no trimestre anterior, contribuiu destacadamente para o desempenho varejista. As vendas do comércio ampliado aumentaram 1% no trimestre encerrado em maio (1,9% no finalizado em fevereiro). Especificamente sobre o comércio automotivo, houve alta de 1,8% (7,7% em fevereiro).

Tabela 5.1 – Comércio varejista – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2012 Ano	2013		12 meses
		Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	
Comércio varejista	8,9	0,3	-0,1	5,4
Combustíveis e lubrificantes	3,6	-1,5	2,6	5,4
Hiper e supermercados	10,6	2,3	-2,7	5,4
Tecidos, vestuário e calçados	4,1	2,5	3,8	5,2
Móveis e eletrodomésticos	9,7	-0,1	1,8	4,0
Comércio varejista ampliado	7,5	1,9	1,0	7,6
Automóveis e motocicletas	5,4	7,7	1,8	10,9
Material de construção	9,1	1,8	5,7	9,9

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

No acumulado em doze meses, observa-se moderação nas vendas do varejo, cuja expansão passou de 7,2% até fevereiro para 5,4% até maio, comparativamente a iguais períodos do ano anterior. Esse comportamento mostrou-se generalizado entre os segmentos, e, no caso das vendas de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, houve recuo. O comércio ampliado, incorporadas as elevações nas vendas do comércio automotivo, 10,9%, e de material de construção, 9,9%, cresceu 7,6% em maio (7,3% em fevereiro).

O Índice Nacional de Confiança (INC) para a região Sul, divulgado pela ACSP, atingiu 139 pontos em junho, sinalizando percepção menos favorável tanto em comparação ao resultado de março, 195 pontos, quanto ao de junho de 2012, 180 pontos. A mudança fez com que o indicador

Gráfico 5.3 – Confiança do empresariado – Sul

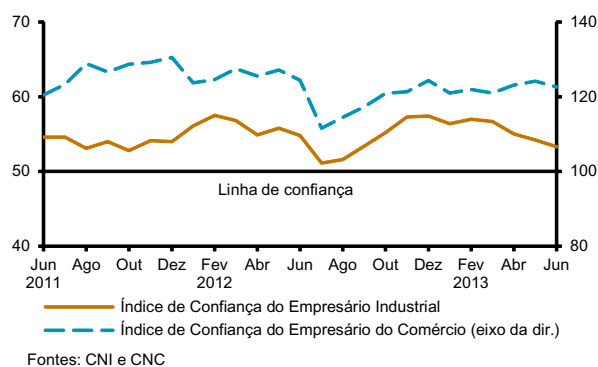


Tabela 5.2 – Produção industrial – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2013			
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses	
Indústria geral	100,0	1,1	5,6	-4,2	
Alimentos	19,3	1,7	-2,0	-2,6	
Máquinas e equipamentos	14,0	4,6	1,3	4,8	
Veículos automotores	11,0	-7,7	22,2	-8,7	
Refino de petróleo e álcool	9,4	15,6	13,0	4,5	
Celulose, papel e produtos de papel	6,9	-2,4	0,6	-1,5	
Edição, imp. e reproduç. de gravações	5,8	3,2	35,2	-34,9	
Outros produtos químicos	5,1	-0,9	6,2	-6,8	

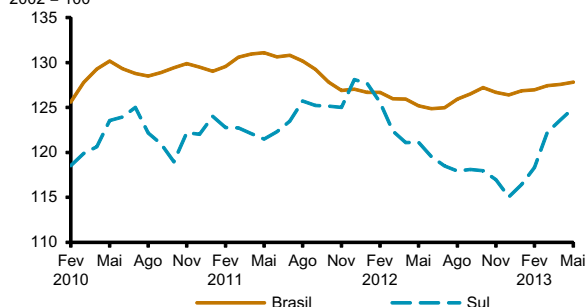
Fonte: IBGE

1/ Ponderação das atividades na indústria conforme a PIM-PF/IBGE de maio.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.4 – Produção industrial

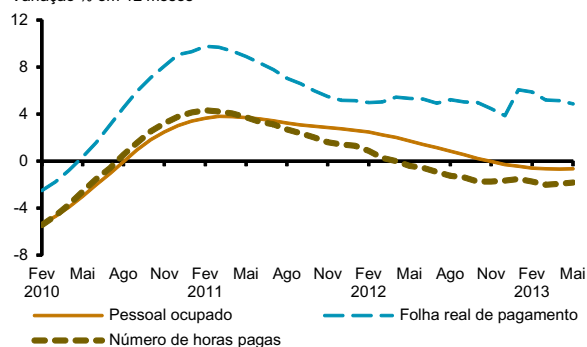
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 5.5 – Mercado de trabalho da indústria – Sul

Variação % em 12 meses



Fonte: IBGE

regional, que vinha se mantendo significativamente acima do nacional desde agosto de 2012, se deslocasse para valores próximos à média do país, 138 pontos. Ressalte-se que a pesquisa ocorreu entre os dias 15 e 30 do próprio mês e, provavelmente, não refletiu plenamente os efeitos de manifestações observadas em todo o país ao longo de junho.

O Icec para a região Sul, elaborado pela CNC, atingiu 122,6 pontos em junho (121 pontos em março) e se posicionou abaixo da média nacional de 124,5 pontos. Assinale-se que a percepção dos empresários da região sobre condições atuais da economia brasileira e do comércio apresentou-se mais negativa, bem como indica o nível dos estoques pouco acima do adequado, 94,8 pontos. O levantamento da CNC ocorreu nos últimos dez dias de maio, não refletindo, portanto, potenciais efeitos das recentes manifestações que se verificaram a partir da segunda quinzena de junho.

A produção industrial da região Sul aumentou 5,6% no trimestre março/maio, comparativamente ao finalizado em fevereiro, quando crescera 1,1%, conforme dados da PIM-PF Regional do IBGE, agregados e dessazonalizados. Considerando as dezenove atividades da pesquisa, houve elevação da produção em onze, principalmente em edição, impressão e reprodução de gravações, 35,2%, veículos automotores, 22,2%, e refino de petróleo, 13%.

Em doze meses até maio, a atividade industrial recuou 4,2% em termos agregados, bem como em catorze das dezenove atividades, especialmente edição, impressão e reprodução de gravações, 34,9%, e veículos automotores, 8,7%.

Na indústria regional, conforme a Pesquisa Industrial Mensal – Emprego e Salário (Pimes) do IBGE, aumentaram em 0,4% e 0,1% o pessoal ocupado e o número de horas pagas, respectivamente, e diminuiu em 0,7% a folha real de pagamentos no trimestre finalizado em maio, ante o encerrado em fevereiro, na série dessazonalizada. Em doze meses até maio, o crescimento da folha real de pagamentos alcançou 4,9% (5,9% até fevereiro), com recuos de 0,6% e de 1,8% no pessoal ocupado e nas horas trabalhadas, na ordem (0,6% e 1,7% até fevereiro).

A produtividade da indústria da região Sul – razão entre a produção física e o número de horas pagas, ambos divulgados pelo IBGE – aumentou 6,3% no trimestre encerrado em maio, comparativamente ao finalizado em

fevereiro, quando recuara 0,4%, na análise dos dados dessazonalizados. Em doze meses até maio o indicador declinou 2,7% em relação a igual período de 2012.

O Icei³ da região Sul, divulgado pela CNI, atingiu 53,3 pontos em junho (56,7 pontos em março), com piora na percepção dos empresários em relação ao desempenho esperado da economia brasileira (queda de 5,5 pontos) e da própria empresa (queda de 3,8 pontos). A pesquisa foi realizada nas duas primeiras semanas do mês posterior ao de referência, refletindo parcialmente o impacto das manifestações populares no período.

O índice de estoques de produtos finais na indústria atingiu 51,4 pontos em maio, segundo a Sondagem Industrial da CNI, patamar pouco acima do planejado. O indicador superou em 0,2 ponto o de abril, mas se situou 3,5 pontos abaixo do relativo a maio de 2012.

A utilização da capacidade instalada da indústria da região⁴ cresceu 2,3 p.p., para 82,7%, no trimestre finalizado em maio, comparativamente ao trimestre findo em fevereiro, considerando séries dessazonalizadas.

As vendas de cimento na região Sul, indicador antecedente do desempenho do setor de construção, aumentaram 8,1% no segundo trimestre deste ano, ante o primeiro, quando haviam recuado 2,7%, segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC), dessazonalizados. Por sua vez, a variação de 1,4% acumulada nos últimos doze meses evidencia moderação do crescimento do setor a partir de agosto de 2012, quando a expansão atingira 10,3% nessa base de comparação.

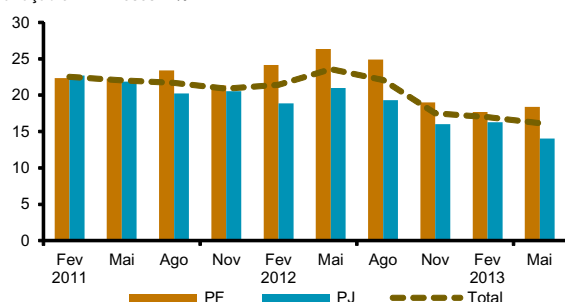
O saldo das operações de crédito superiores a R\$1mil contratadas na região atingiu R\$440,3 bilhões em maio, crescendo 4,2% no trimestre e 16,2% em doze meses. A carteira de pessoas físicas alcançou R\$218,6 bilhões, elevando-se 4,8% e 18,4%, respectivamente, nessas bases de comparação, destacando-se, no trimestre, a evolução de financiamentos imobiliários – Sistema Financeiro da Habitação (SFH), financiamentos rurais e agroindustriais – empréstimos para o setor agroindustrial, e créditos com consignação em folha de pagamento. O saldo das operações contratadas no segmento de pessoas jurídicas em maio situou-se em R\$221,7 bilhões, aumentando 3,5% no trimestre

3/ Situando-se acima de 50 pontos, o indicador encontra-se na área de confiança.

4/ Calculado a partir de ponderação dos indicadores de cada estado, divulgados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) e Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), pela participação das indústrias dos estados respectivos na produção da região, considerada a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE.

Gráfico 5.6 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

Tabela 5.3 – Necessidades de financiamento – Sul^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar
Total	-4 175	-3 264	1 345	2 021
Governos estaduais	-2 853	-3 227	1 286	1 940
Capitais	-940	-136	10	21
Demais municípios	-383	98	48	60

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Tabela 5.4 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2012	Outros ^{4/}			
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Mar	
Total	75 500	-3 264	2 021	-1 243	-376	73 880
Governos estaduais	74 096	-3 227	1 940	-1 286	-357	72 453
Capitais	588	-136	21	-115	-11	463
Demais municípios	815	98	60	158	-9	964

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 5.5 – Dívida líquida – Sul^{1/}

Composição

Região Sul	R\$ milhões		
	2011	2012	2013
	Dez	Dez	Mar
Dívida bancária	3 757	5 092	5 179
Renegociação ^{2/}	60 129	62 030	62 599
Dívida externa	4 432	6 446	6 269
Outras dívidas junto à União	3 324	3 531	3 574
Dívida reestruturada	271	274	270
Disponibilidades líquidas	-2 889	-1 874	-4 011
Total (A)	69 024	75 500	73 880
Brasil^{3/} (B)	491 433	541 717	533 065
(A/B) (%)	14,0	13,9	13,9

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

e 14% em doze meses, destacando-se as operações liberadas para armazenamento e atividades auxiliares de transportes, transporte rodoviário de carga e outras indústrias.

A taxa de inadimplência das operações de crédito atingiu 2,8% em maio, ante 2,9% em fevereiro, refletindo essencialmente redução de 0,2 p.p. na taxa do segmento de pessoas físicas.

Nos primeiros cinco meses de 2013, os desembolsos do BNDES para a região Sul totalizaram R\$19,1 bilhões, implicando crescimento de 120,2% em comparação a igual período de 2012.

No âmbito fiscal, os governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sul apresentaram *superavit* primário de R\$3,3 bilhões no primeiro trimestre de 2013, valor 21,8% menor do que o assinalado em igual período de 2012. Esse desempenho refletiu *deficit* do Rio Grande do Sul, não compensado pela ampliação dos *superavits* de Santa Catarina e Paraná

As despesas com juros nominais relativas às dívidas dos governos mencionados aumentaram 50,3% no primeiro trimestre de 2013 sobre igual período do ano anterior, para R\$2,0 bilhões. O *superavit* nominal atingiu R\$1,2 bilhão, 56,1% menor do que no primeiro trimestre de 2012.

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios da região registrou, em março, recuo de 2,1%, comparativamente a dezembro, totalizando R\$73,9 bilhões. O Sul manteve participação de 13,9% no total das dívidas regionais.

A safra de grãos da região deverá atingir 73,4 milhões de toneladas em 2013 (40% da produção nacional), de acordo com o LSPA de junho do IBGE – aumento anual de 33%. O desempenho esperado da safra reflete, sobretudo, as estimativas de crescimento para a produção de soja, 68,7%; trigo, 29,8%, e milho, 18,5%, que haviam sido prejudicadas em 2012 por condições climáticas adversas. Dentre as demais culturas, ressaltam-se as previsões de aumento para a produção de fumo, 5,9%, e cana-de-açúcar, 5,4%. As cotações médias do trigo, arroz, feijão, soja e milho variaram respectivamente 45,2%, 24,5%, 23,3%, 12,9% e 2,3% no primeiro semestre deste ano, comparativamente a igual período de 2012, de acordo com estatísticas da Emater/RS, do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina (Cepa/SC) e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab/PR).

Tabela 5.6 – Produção agrícola – Sul

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação % 2013/2012
		2012	2013	
Grãos	70,1	55 230	73 431	33,0
Soja	38,5	17 949	30 277	68,7
Milho	16,3	22 541	26 720	18,5
Arroz (em casca)	7,7	8 967	9 283	3,5
Trigo	4,3	4 104	5 327	29,8
Feijão	2,5	902	939	4,2
Outras lavouras				
Fumo	9,2	791	838	5,9
Cana-de-açúcar	4,5	48 923	51 549	5,4
Mandioca	3,8	5 590	5 378	-3,8
Maçã	1,6	1 332	1 223	-8,2
Uva	1,6	990	954	-3,6

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2013.

Tabela 5.7 – Preços médios pagos ao produtor - Sul

Produtos	Variação % no período		
	2013		
	Mês ^{1/} (Jun)	Trimestre ^{2/} (Abr-Jun)	Acumulado no ano ^{3/}
Soja	11,5	-3,3	12,9
Arroz (em casca)	2,3	-3,2	24,5
Feijão	-16,4	9,9	23,3
Milho	2,9	-18,4	2,3
Trigo	1,0	-1,3	45,2

Fontes: Emater/RS, Cepa/SC e SEAB/PR

1/ Em relação ao mês anterior.

2/ Em relação ao trimestre anterior.

3/ Até junho.

Tabela 5.8 – Indicadores da pecuária – Sul

Discriminação	Variação % no ano		
	Abates (nº de animais)	Exportações (kg)	Preços (R\$)
Bovinos	13,5	31,3	4,7
Suínos	0,8	-13,1	24,8
Aves	0,0	-8,4	28,6

Fonte: Mapa, Emater/RS, Iepe, Seab/PR, Cepa/SC e MDIC

A estimativa de junho para o Valor Bruto da Produção (VBP) dos principais produtos agrícolas, divulgada pelo Mapa, atingiu R\$75,3 bilhões em 2013, observando-se acréscimo real de 26%, relativamente a 2012, dados corrigidos pelo IGP-DI.

Os abates de bovinos e suínos em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF variaram, respectivamente, 13,5% e 0,8%, enquanto a produção de aves permaneceu estável nos primeiros cinco meses de 2013, comparativamente a igual período de 2012, de acordo com estatísticas do Mapa. As cotações médias desses produtos no período, ante igual referência de 2012, variaram, respectivamente, 4,7%, 24,8% e 28,6%, conforme a Emater/RS, o Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Iepe/UFRGS), a Cepa/SC e a Seab/PR. De acordo com o MDIC, as exportações de bovinos cresceram 31,3% nos primeiros cinco meses do ano, com destaque para as destinadas a Hong Kong, ao Chile e ao Paraguai. As vendas externas de suínos e de aves, por outro lado, recuaram, respectivamente, 13,1% e 8,4% na mesma base de comparação. Impactou negativamente as exportações de suínos o embargo imposto pela Ucrânia, importante comprador do produto brasileiro⁵. Em relação às vendas externas de carne de frango, houve retração da demanda de Hong Kong, China e Holanda.

A balança comercial da região Sul registrou *deficit* de US\$22,7 milhões no primeiro semestre, ante US\$1,7 bilhão no mesmo período de 2012, de acordo com o MDIC. As exportações, com variações de 7,4% no *quantum* e de 2,5% nos preços, aumentaram 10%, para US\$24,1 bilhões, e as importações, com variações de 3,3% na quantidade e de -1% nos preços, 2,3%, totalizando US\$24,1 bilhões.

Os embarques de produtos básicos, 47,9% das exportações, aumentaram 9,1%, com destaque para soja, carne de frango e milho; e os de produtos manufaturados, 45,5% do total exportado, 14,2%, impulsionados pelo registro da venda de uma plataforma de perfuração/exploração⁶. As vendas de semimanufaturados, 6,6% do total, recuaram 7,6%, destacando-se as retrações em óleo de soja em bruto e borracha. Argentina, China, Panamá e EUA adquiriram, em conjunto, 40,9% das vendas externas da região no período.

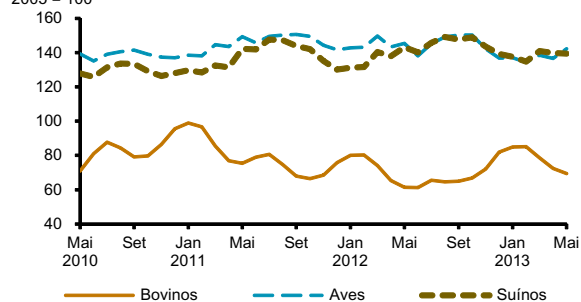
5/ O embargo vigorou entre 20 de março e 19 de junho.

6/ Conforme o MDIC, em junho, foi exportada uma plataforma de exploração de petróleo e gás, no valor de US\$1,627 bilhão, operação realizada ao amparo do regime do Repetro (Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás natural), instituído pelo Decreto nº 3.161, de 2 de setembro de 1999, com alterações posteriores, e disciplinado pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 844, de 9 de maio de 2008.

Gráfico 5.7 – Abates de animais – Sul

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 5.9 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	21 924	24 126	10,0	-2,4
Básicos	10 580	11 547	9,1	-2,6
Industrializados	11 344	12 579	10,9	-2,2
Semimanufaturados	1 732	1 601	-7,6	-3,8
Manufaturados ^{1/}	9 612	10 978	14,2	-1,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.10 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	23 609	24 148	2,3	6,7
Bens de capital	4 233	4 994	18,0	6,6
Matérias-primas	12 135	12 244	0,9	6,8
Bens de consumo	4 207	4 297	2,1	2,6
Duráveis	2 448	2 279	-6,9	-4,5
Não duráveis	1 759	2 018	14,7	11,9
Combustíveis e lubrificantes	3 034	2 613	-13,9	10,6

Fonte: MDIC/Secex

As aquisições de matérias-primas e de produtos intermediários, 50,7% das compras externas da região, elevaram-se 0,9% no semestre, com destaque para aumentos nos segmentos de partes e peças para veículos e adubos e fertilizantes, e recuo no de naftas. As importações de bens de capital e bens de consumo, 20,7% e 17,8% do total, na ordem, expandiram-se 18% e 2,1%, com destaque para o aumento no segmento de veículos de carga e a redução no de automóveis de passageiros. As compras de combustíveis, 10,8% do total importado, diminuíram 13,9%. Os produtos provenientes da China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 39,3% das importações do Sul no período.

De acordo com o Caged/MTE, foram criados 102,8 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio, resultado que superou os 94,4 mil observados no mesmo período de 2012. Os 45,5 mil postos gerados pela indústria de transformação foram a principal contribuição, sendo 8,4 mil na indústria da borracha, fumo e couro e 7 mil em alimentos e bebidas. O setor de serviços gerou 34,8 mil postos, 7,7 mil dos quais em transporte e comunicações, 7,6 mil em administração de imóveis e 7 mil em alojamento e alimentação. O nível de emprego formal da região avançou 1% no trimestre finalizado em maio, ante o encerrado em fevereiro, quando crescera 0,7%, na mesma base de comparação, considerados dados dessazonalizados.

A taxa de desemprego da região Sul⁷ atingiu 3,9% em maio, ante 4,2% em fevereiro e 4,6% em maio de 2012, com avanços de 1,7% na população ocupada e de 1% na PEA. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 3,5% em maio, ante 3,9% em fevereiro.

O IPCA na região Sul⁸ variou 0,95% no trimestre encerrado em junho e manteve a tendência de desaceleração observada no primeiro trimestre, quando cresceu 1,60%. Essa trajetória reflete a menor variação de preços livres, de 2,50% para 1,20%, haja vista que a dos preços monitorados passou de -1,39% para 0,10% (com destaque para o aumento de preços de produtos farmacêuticos, 5,41%).

Especificamente sobre preços livres, no segmento de bens comercializáveis, a inflação se deslocou de 2,25% para 1,21%, e no de não comercializáveis, de 2,75% para 1,19%. No primeiro segmento, sobressaíram-se as retrações nos preços de carnes, 3,16%, e etanol, 6,80%; e no segundo,

7/ Calculada com base na taxa de desocupação das regiões metropolitanas de Porto Alegre, conforme a PME do IBGE, e de Curitiba, de acordo com a PME do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparades), realizada em convênio com o IBGE.

8/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos destas regiões na composição do IPCA nacional.

Tabela 5.11 – Evolução do emprego formal – Sul

Novos postos de trabalho

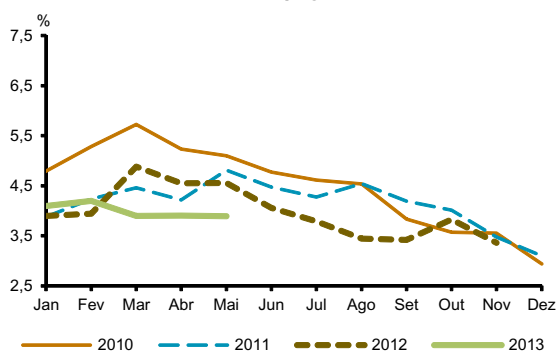
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012			2013	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	94,4	38,9	81,1	-5,6	102,8
Indústria de transformação	34,4	1,4	6,6	0,5	45,5
Comércio	17,8	8,7	43,2	-12,7	16,9
Serviços	36,0	22,5	28,1	11,5	34,8
Construção civil	11,6	4,5	-3,0	-4,0	11,8
Agropecuária	-8,2	-0,4	7,2	0,5	-9,2
Serviços ind. de utilidade pública	0,5	0,6	-0,4	0,2	0,1
Outros ^{2/}	2,3	1,5	-0,6	-1,7	2,9

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 5.8 – Taxa de desocupação – Sul



Fonte: IBGE e Iparides

Tabela 5.12 – IPCA – Sul

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2012		2013	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	1,46	1,93	1,60	0,95
Livres	77,4	1,73	2,12	2,50	1,20
Comercializáveis	38,1	1,32	2,33	2,25	1,21
Não comercializáveis	39,4	2,12	1,91	2,75	1,19
Monitorados	22,6	0,58	1,32	-1,39	0,10
Principais itens					
Alimentação	24,3	3,33	2,66	3,33	1,36
Habitação	14,1	1,29	0,68	-2,86	1,57
Artigos de residência	4,7	1,17	0,58	2,10	2,36
Vestuário	7,4	0,25	3,87	0,36	2,99
Transportes	19,7	0,04	2,15	1,98	-1,46
Saúde	11,3	1,54	0,79	1,51	2,87
Despesas pessoais	10,1	1,74	3,13	2,60	0,66
Educação	3,9	1,32	0,35	6,22	0,15
Comunicação	4,3	0,39	0,55	0,49	-0,02

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2013.

destacou-se a acomodação de preços de alimentação, especialmente tubérculos.

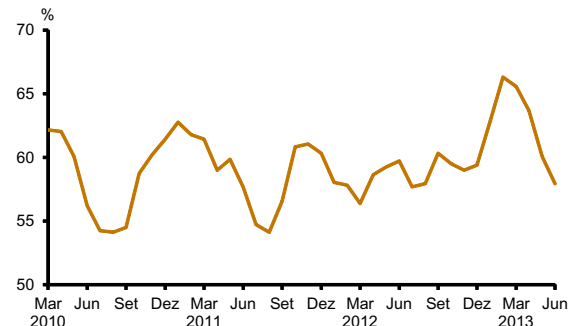
Indicando menor disseminação no reajuste de preços, o índice de difusão atingiu 57,9% no trimestre findo em junho, ante 65,6% em março e 59,7% em junho de 2012. A redução observada no segundo trimestre, em relação ao primeiro, deveu-se, sobretudo, ao recuo nos índices de difusão de alimentação e bebidas.

Nos doze meses encerrados em junho, a inflação da região Sul atingiu 6,07%, ante 6,40% em março, refletindo desaceleração dos preços livres, de 7,96% para 7,76%; e, mais intensamente, nos monitorados, de 1,38% para 0,60%, decorrente, sobretudo, da menor elevação do item gasolina, 2,90% ante 7,62%.

A geração de renda associada à expansão da produção agrícola na região tende a estimular a atividade industrial, com impactos positivos sobre indicadores do mercado de trabalho.

Gráfico 5.9 – IPCA – Índice de difusão – Sul

Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

Paraná

A recuperação da atividade econômica no Paraná prosseguiu no trimestre encerrado em maio, refletindo resultados favoráveis do setor agrícola e a retomada da produção industrial, com impactos positivos sobre o mercado de trabalho e nas vendas do varejo ampliado. O IBCR-PR expandiu 5,2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando registrara aumento de 1,9%, na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses encerrados em maio o indicador variou 2,8%, comparativamente a igual intervalo de 2012.

As vendas do comércio varejista paranaense recuaram 0,2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando cresceram 2,7%, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve aumentos em seis dos oito segmentos analisados, ressaltando-se os relativos a combustíveis e lubrificantes, 7%, e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria, 5,6%, mais que compensados pela reversão no desempenho do segmento de hipermercados e supermercados, cujo peso aproximado é de 50% no índice e teve queda de 3,5%. As vendas de equipamentos para escritório, informática e comunicações recuaram 8,8%. O crescimento do comércio ampliado, que incluiu os aumentos nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 8,1%, e de material de construção, 6,4%, atingiu 5%, no período.

No período de doze meses, as vendas no varejo apresentaram desaceleração pelo sétimo mês consecutivo, registrando-se aumento de 5,7% em relação a igual período do ano anterior. A maior elevação de vendas foi observada em outros artigos de uso pessoal e doméstico, 15%, e a maior redução em equipamentos e materiais de escritório, informática e comunicação, -9,6%. Nas mesmas bases de comparação, o comércio ampliado cresceu 8,4%, determinado principalmente pelas expansões de 14,5% em veículos, motos, partes e peças e de 2,2% em material de construção.

As vendas de veículos novos aumentaram 6,3% no trimestre encerrado em maio, em relação a igual período de 2012, de acordo com estatísticas da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores do Estado do Paraná (Fenabreve-PR) e do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná (Sincodiv PR). Comparativamente ao trimestre terminado em fevereiro deste ano, observou-se expansão das vendas de 4,9%.

Gráfico 5.10 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná

Dados dessazonalizados
2002 = 100

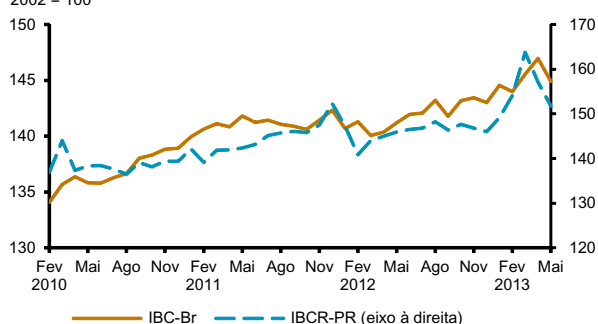
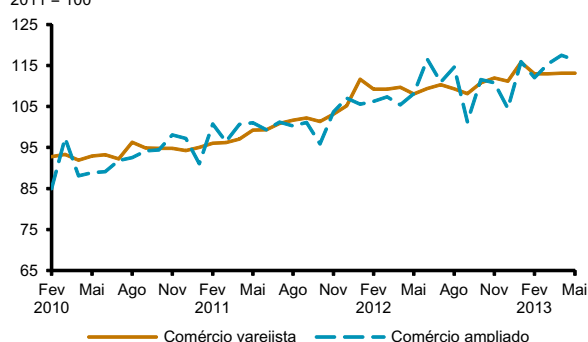


Gráfico 5.11 – Comércio varejista – Paraná

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.13 – Índice de vendas no varejo – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012	2013		
		Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	10,0	2,7	-0,2	5,7
Combustíveis e lubrificantes	8,0	-6,0	7,0	10,4
Hiper e supermercados	10,2	4,6	-3,5	5,7
Tecidos, vestuário e calçados	6,2	0,7	0,5	4,1
Móveis e eletrodomésticos	7,3	0,1	4,0	-1,9
Comércio ampliado	8,5	2,8	5,0	8,4
Automóveis e motocicletas	8,6	4,9	8,1	14,5
Material de construção	2,9	3,3	6,4	2,2

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A produção da indústria paranaense aumentou 7,9% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando crescera 1,4%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Oito das catorze atividades pesquisadas registraram resultados positivos, com destaque para edição e impressão, 50,1%, veículos automotores, 36,1%, e máquinas e equipamentos, 7,4%. Assinale-se a reversão observada no segmento de alimentos, de 2,1% para -4,2%, e a queda, pelo segundo trimestre consecutivo, em celulose e papel, 3,6%.

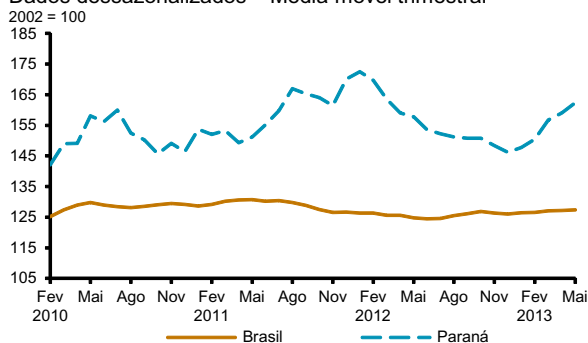
A análise em doze meses mostra continuidade de queda na produção no estado, 7,1% em maio ante 6% em fevereiro, destacando-se as diminuições na produção dos segmentos de edição e impressão, e de veículos automotores, 41,6% e 9,7%, na ordem, atividades com representatividade expressiva na estrutura industrial paranaense. Dados da Pimes, do IBGE, revelaram crescimentos do pessoal ocupado na indústria, do número de horas pagas e da folha de pagamento real de 1,2%, 0,4% e 6%, na ordem, na mesma base de análise, com destaque para os segmentos fumo, têxtil, e máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicação.

As vendas reais da indústria paranaense cresceram 4% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando haviam recuado 2%, de acordo com as estatísticas dessazonalizadas da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). Entre os segmentos com maior representatividade na composição do indicador, destacaram-se as elevações nas vendas de fabricação e montagem de veículos automotores, 31%, produtos químicos, 8,2%, máquinas e equipamentos, 6,2%, e produtos alimentícios e bebidas, 4,3%. As horas trabalhadas na produção e o total de pessoas empregadas na indústria expandiram 2% e 0,9%, na ordem, enquanto o Nuci médio do trimestre alcançou 79,8% em maio, 2,1 p.p. acima do assinalado em fevereiro. Considerados períodos de doze meses, as vendas reais expandiram 0,7% em maio, relativamente a igual período do ano anterior, destacando-se os aumentos nos segmentos máquinas e equipamentos, 14%, produtos de madeira, 7,4%, produtos químicos, 5,7%, e fabricação e montagem de veículos automotores, 3,9%.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil, realizadas no Paraná, totalizou R\$165 bilhões em maio, elevando-se 4,8% no trimestre e 19% em doze meses. Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas somaram R\$81,6 bilhões, aumentando 5,2% e 19,8%, respectivamente, com ênfase nas modalidades financiamento

Gráfico 5.12 – Produção industrial – Paraná

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

Tabela 5.14 – Produção industrial – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2013		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	1,4	7,9	-7,1
Veículos automotores	20,1	-17,8	36,1	-9,7
Alimentos	16,9	2,1	-4,2	1,5
Edição e impressão	15,7	9,3	50,1	-41,6
Máquinas e equipamentos	9,3	8,8	7,4	3,3
Refino de petróleo e álcool	8,5	4,8	1,9	1,1
Celulose e papel	7,2	-6,8	-3,6	-3,6

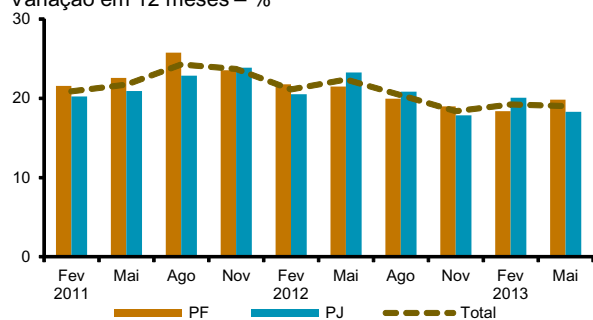
Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.13 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná^{1/}

Varição em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

imobiliário e financiamentos rurais e agroindustriais. A carteira relativa a pessoas jurídicas atingiu R\$83,4 bilhões, registrando variações respectivas de 4,4% e 18,3% nos períodos mencionados, ressaltando-se as atividades armazenamento e atividades auxiliares de transportes e fabricação de veículos automotores, que tiveram maior aumento relativo no trimestre.

A taxa de inadimplência relativa a essas operações de crédito atingiu 2,84% em maio, diminuindo 0,11 p.p. no trimestre e 0,53 p.p. em doze meses. A evolução trimestral decorreu de reduções de 0,19 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,04 p.p. no relativo a pessoas jurídicas, cujas taxas situaram-se, na ordem, em 3,39% e 2,31%.

O Icec-PR, calculado pela Fiep, atingiu 53,4 pontos em junho, 2,2 pontos inferior ao registrado em março de 2013. Embora ainda permanecendo em patamar favorável e levemente superior ao observado no mesmo mês de 2012, 53,3 pontos, o resultado na margem ratifica o movimento declinante na confiança dos empresários da construção civil, delineado desde o final do ano passado.

Conforme o Sindicato da Indústria de Construção Civil no Estado do Paraná (Sinduscon-PR), o Índice de Velocidade das Vendas de Imóveis em Curitiba⁹ (IVV-Curitiba) alcançou a taxa média de 9,82% no primeiro quadrimestre deste ano, mantendo-se estável em relação à taxa média de 2012, 9,87%. O índice Fipe Zap de preços de imóveis para a capital do estado aumentou 14,3% em junho em relação à dezembro, o percentual mais alto das cidades relacionadas na pesquisa.

No âmbito fiscal, os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Paraná apresentaram *superavit* primário de R\$1,1 bilhão no primeiro trimestre do ano, resultado 9,4% superior ao registrado em igual período de 2012. Nessa mesma base de comparação, o *superavit* do governo do estado expandiu 23,9% e o da capital 7,6%, enquanto o resultado dos demais municípios reverteu em *deficit* de R\$62 milhões, ante *superavit* de R\$54 milhões verificado anteriormente.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$412 milhões, aumentando 34,2% em relação a 2012, e o resultado nominal foi superavitário em R\$714 milhões, redução de 1,2%.

Tabela 5.15 – Necessidades de financiamento – Paraná^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012 Jan-mar	2013 Jan-mar	2012 Jan-mar	2013 Jan-mar
Estado do Paraná	-1 030	-1 126	307	412
Governo estadual	-855	-1 059	276	365
Capital	-121	-130	3	6
Demais municípios	-54	62	29	41

1/ Inclui informações do Estados e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

9/ Percentuais de imóveis vendidos no mês em relação ao estoque em oferta, conforme Sinduscon-PR, *apud* Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

Tabela 5.16 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Paraná^{1/}

UF	R\$ milhões					Dívida ^{2/} 2013 Mar
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Outros ^{4/}	
	2012	Nominal	Total ^{3/}			
	Dez	Primário	Juros			
Estado do Paraná	14 852	-1 126	412	-714	-113	14 025
Governo estadual	14 317	-1 059	365	-694	-104	13 519
Capital	187	-130	6	-124	-7	55
Demais municípios	348	62	41	103	-1	450

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 5.17 – Produção agrícola – Paraná

Itens selecionados

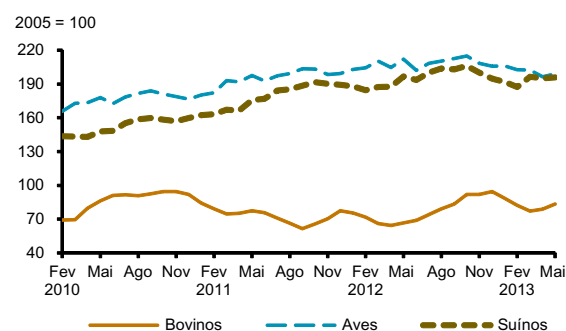
Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas			Variação % 2013/2012
		Produção ^{2/}			
		2012	2013		
Grãos	76,2	30 896	38 062	23,2	
Feijão	4,0	700	708	1,1	
Milho	19,3	16 516	18 061	9,4	
Soja	44,4	10 924	15 921	45,7	
Trigo	4,3	2 099	2 682	27,8	
Outras lavouras					
Cana-de-açúcar	8,9	47 941	50 404	5,1	
Fumo	3,5	157	161	2,6	
Mandioca	4,0	3 869	3 693	-4,5	

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2013.

Gráfico 5.14 – Abates de animais – Paraná
Média móvel trimestral



Fonte: Mapa

A dívida líquida total atingiu R\$14 bilhões em março de 2013, diminuindo 5,6% em relação a dezembro de 2012.

O crescimento anual da safra de grãos do Paraná, de acordo com o LSPA de junho do IBGE, é estimado em 23,2%, totalizando 38,1 milhões de toneladas, equivalente a 20,4% da produção do país. Assinale-se o crescimento estimado de 45,7% na produção de soja, resultando em safra recorde de 15,9 milhões de toneladas, refletindo a ampliação na área cultivada, 6,7%, e no rendimento médio, 36,5%. A safra de milho deverá crescer 9,4%, totalizando 18,1 milhões de toneladas, refletindo, principalmente, a expansão de 6,4% na área cultivada na safra de inverno.

O VBP agrícola do estado¹⁰ deverá expandir 24,7% em 2013, evolução associada, em especial, à recuperação da produção e do preço da soja. Adicionalmente, ressalte-se a contribuição do milho, cuja safra anual deverá registrar nova expansão em 2013 e cujos preços têm-se mantido em patamar relativamente elevado.

Os abates de aves, suínos e bovinos, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, registraram variações respectivas de -3,0%, 2,7% e 21,4% no período de janeiro a maio de 2013, em relação a igual período do ano anterior, representando, na ordem, 30,2%, 20,1% e 4,0% dos abates realizados no país. Os preços médios recebidos pelos produtores no estado, de acordo com a Seab, registraram aumentos anuais de 29,0%, 33,2% e 3,3%, respectivamente, na mesma base de comparação.

O *deficit* da balança comercial do estado no primeiro semestre de 2013, de US\$837 milhões, refletiu exportações de US\$8,6 bilhões e importações de US\$9,4 bilhões, que representaram recuos respectivos de 3,3% e 1,4%, relativamente a igual período de 2012.

A queda das exportações, resultado de redução de 7,9% no *quantum* e elevação de 5,0% nos preços, comparativamente a igual período de 2012, foi condicionada pela redução de 7,8% nos embarques de produtos manufaturados, com ênfase na queda das vendas de automóveis, 17,9% e óleos combustíveis, 88,7%. As exportações de produtos básicos tiveram aumento de 0,9%, refletindo a elevação nas exportações do milho, 142,2%, que compensou embarques menores de soja, 9,8% inferiores aos de igual período de 2012. As vendas para China, Argentina,

10/ Estimado a partir do LSPA de junho e da variação dos preços médios recebidos pelos produtores no primeiro semestre de 2013, comparativamente aos preços médios de 2012, divulgados pela Seab/Deral.

Tabela 5.18 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	8 844	8 552	-3,3	-2,4
Básicos	4 350	4 390	0,9	-2,6
Industrializados	4 494	4 162	-7,4	-2,2
Semimanufaturados	923	870	-5,8	-3,8
Manufaturados ^{1/}	3 570	3 292	-7,8	-1,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.19 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	9 519	9 389	-1,4	6,7
Bens de capital	1 855	2 081	12,2	6,6
Matérias-primas	4 309	4 988	15,7	6,8
Bens de consumo	1 704	1 442	-15,4	2,6
Duráveis	1 195	949	-20,6	-4,5
Não duráveis	509	492	-3,2	11,9
Combustíveis e lubrificantes	1 651	878	-46,8	10,6

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.20 – Evolução do emprego formal – Paraná

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012			2013	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	47,5	19,2	22,0	-16,3	46,1
Indústria de transformação	14,0	3,0	2,4	-5,9	15,0
Comércio	8,5	5,6	15,2	-4,5	8,6
Serviços	13,6	8,2	7,0	1,6	13,0
Construção civil	5,1	0,9	-2,0	-2,9	4,9
Agropecuária	5,3	0,7	-0,7	-4,5	4,3
Serviços ind. de utilidade pública	0,4	0,2	0,0	-0,2	0,1
Outros ^{2/}	0,6	0,7	0,0	0,0	0,3

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral e administração pública.

Países Baixos (Holanda), Estados Unidos e Arábia Saudita representaram, em conjunto, 46% das exportações paranaenses.

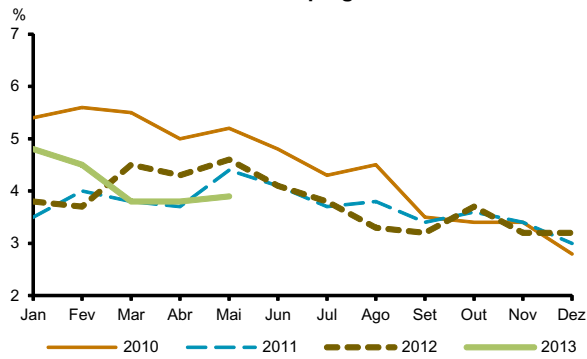
As importações do estado recuaram 1,4% no primeiro semestre de 2013, em relação a igual período do ano anterior, resultado da elevação de 3,5% nos preços e da queda de 4,7% no *quantum*. Destacou-se no período a expansão das aquisições de matérias-primas, 15,7%, especialmente adubos, cloreto de potássio e pneumáticos. As compras externas de bens de capital aumentaram 12,2%, especialmente o item veículos de carga. A redução das importações de bens duráveis, 20,6%, foi impactada por automóveis de passageiros, 28,3%. Petróleo em bruto seguiu como principal produto da pauta de compras externas do Paraná, embora tenham recuado 39,7% ante o mesmo período do ano anterior. As importações provenientes da China, Argentina, Estados Unidos, Alemanha e Nigéria corresponderam a 47,2% das aquisições externas do estado.

Conforme divulgado no Caged/MTE, foram geradas no estado 46,1 mil vagas com carteira assinada no trimestre finalizado em maio, o que representou 1,4 mil postos a menos do que em igual período do ano anterior. Por setores de atividade, o maior número de novos postos de trabalho ocorreu na indústria de transformação, 15 mil, com participação expressiva dos ramos de alimentos e bebidas, 5,8 mil, e indústria química, 3,1 mil. Somando-se às vagas criadas em serviços, 13 mil, comércio, 8,6 mil, e construção civil, 4,9 mil, obtêm-se 89,8% do total no período. Na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), foram gerados 10,6 mil ocupações, com predomínio das vagas criadas nos setores de serviços e comércio, 5,2 mil e 2,3 mil, respectivamente.

A taxa de desemprego na RMC atingiu 3,9% em maio, ante 4,5% em fevereiro e 4,6% em igual período de 2012, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego, elaborada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES) em convênio com o IBGE. A queda da taxa relativamente a fevereiro refletiu aumentos de 2,4% na população ocupada e de 2% na PEA. Os rendimentos médios habituais reais elevaram-se 2,8% no trimestre e 2,9% em doze meses.

O IPCA da RMC registrou variação de 0,92% no segundo trimestre de 2013, ante 1,49% naquele finalizado em março, resultado de desaceleração nos preços livres, de 2,34% para 1,13%, e de reversão nos preços monitorados, de -1,44% para 0,18%, esses evidenciando, principalmente, os

Gráfico 5.15 – Taxa de desemprego aberto – Curitiba



Fonte: Iparde/IBGE

Tabela 5.21 – IPCA – RMC

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2012		2013	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	1,23	2,34	1,49	0,92
Livres	78,2	1,60	2,40	2,34	1,13
Comercializáveis	37,8	1,49	2,73	2,16	0,66
Não comercializáveis	40,5	1,70	2,07	2,51	1,56
Monitorados	21,8	-0,01	2,14	-1,44	0,18
Principais itens					
Alimentação	23,4	3,25	2,74	2,91	1,80
Habitação	15,2	0,60	1,09	-2,12	2,02
Artigos de residência	4,6	1,27	0,35	3,60	2,28
Vestuário	7,7	1,32	4,73	1,87	2,16
Transportes	20,6	-0,60	3,42	1,34	-2,55
Saúde	11,3	1,79	0,77	1,33	3,43
Despesas pessoais	9,8	1,28	3,68	1,96	0,84
Educação	3,3	0,90	0,08	6,54	-0,03
Comunicação	4,2	0,46	0,33	0,46	0,12

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2013.

aumentos nos itens taxa de água e esgoto, 5,79%, e ônibus urbano, 4,82%, responsáveis por 0,18 p.p. da variação do indicador no período.

A trajetória dos preços livres refletiu a variação nos preços dos bens comercializáveis que passou de 2,16% no primeiro trimestre para 0,66% no segundo, impactada, sobretudo, pelas quedas de óleo de soja, frango em pedaços e etanol, 12,6%, 11,53% e 11,30%, na ordem. Os preços dos bens não comercializáveis também registraram desaceleração no período, de 2,51% para 1,56%, com ênfase nas diminuições de 14,69% e 5,21% nos preços de passagem aérea e excursão, respectivamente. O índice de difusão atingiu média de 53,8%, comparativamente a 61,2% nas mesmas bases de análise.

A inflação da RMC acumulada em doze meses totalizou 6,12% em junho, ante 6,44% em março. A variação nos preços livres atingiu 7,67% e a dos monitorados, 0,83%, ante 7,86% e 1,71%, respectivamente.

As perspectivas para a economia paranaense delineiam expansão da atividade econômica, ancorada na recuperação da indústria e nos desdobramentos positivos da evolução da renda agrícola sobre o ritmo do investimento. Adicionalmente, resalte-se a manutenção do dinamismo nos mercados de trabalho e de crédito, em ambiente de recuo na inadimplência, que tende a impactar positivamente as vendas do comércio varejista.

Rio Grande do Sul

Tabela 5.22 – PIB e VAB – Rio Grande do Sul

Discriminação	Var. %	
	I trim. 2013/IV trim. 2012 ^{1/}	Acum. ano
PIB	1,1	2,5
Impostos	1,2	1,2
VAB	0,9	2,7
Agropecuária	-3,8	10,2
Indústria	2,3	-1,6
Transformação	4,2	-1,6
Construção civil	0,6	-0,7
Demais indústrias	-4,5	-3,1
Serviços	0,8	2,3
Comércio	1,3	3,1
Transportes	-1,8	-2,5
Aluguéis	1,2	3,1
Adm. pública	3,6	3,9
Demais Serviços	0,4	1,2

Fonte: FEE

1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.16 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados

2002 = 100

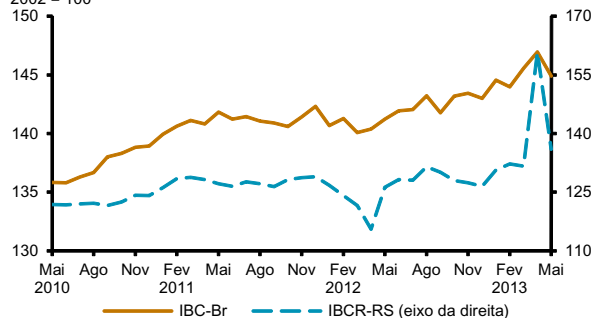
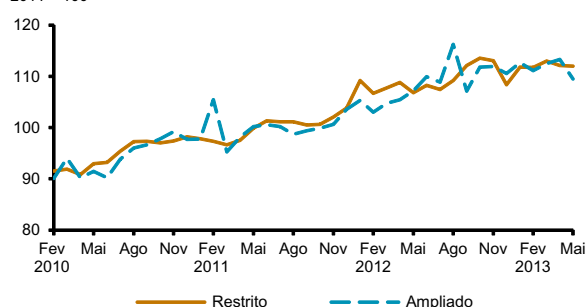


Gráfico 5.17 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

O PIB do Rio Grande do Sul cresceu 1,1% no primeiro trimestre de 2013, após queda de 0,7% no trimestre anterior, retiradas as influências sazonais, segundo a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE). Comparativamente ao primeiro trimestre de 2012, o produto expandiu 2,5%, refletindo elevações respectivas de 10,2% e 2,3% no valor adicionado da agropecuária e de serviços, e queda de 1,6% no produto industrial. Considerando o ocorrido nos três meses finalizados em maio, ante igual período encerrado em fevereiro, destacaram-se os aumentos registrados pelo comércio, indústria, agricultura e emprego formal. O desempenho favorável da economia gaúcha foi captado pelo IBCR-RS, que cresceu 10% no trimestre encerrado em maio em relação ao findo em fevereiro, quando aumentara 1% na mesma base de comparação. No acumulado em doze meses até maio, o indicador registra alta de 6%.

O volume de vendas do comércio varejista aumentou 1,6% no trimestre encerrado em maio, em relação ao findo em fevereiro, quando reduzira 2% no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Dentre as atividades incluídas na pesquisa, destacou-se a de hipermercados e supermercados, cuja variação nas vendas passou de -7,6% no trimestre encerrado em fevereiro, para 0,1% em maio, estimuladas pela menor variação de preços, especialmente de alimentos. Incorporadas as variações de -1,1% nas vendas automotivas e de 4% nas de material de construção, observou-se desaceleração nas vendas do comércio ampliado, cujo aumento passou de 1,1% no trimestre até fevereiro para 0,3% naquele até maio.

Considerado período de doze meses, as vendas do varejo cresceram 6,3% em maio, em relação a igual período do ano anterior, ante 7,8% em fevereiro. Apesar da desaceleração do comércio, apenas o segmento de livros, jornais, revistas e papelaria acumulou queda nas vendas nesta base de comparação. O comércio ampliado, computadas as elevações de 16,4% nas vendas de material de construção e de 10,7% nas de veículos, manteve o ritmo de crescimento, expandindo-se 8,8% em doze meses.

As vendas de automóveis e veículos comerciais leves no Rio Grande do Sul totalizaram 59,4 mil unidades no trimestre encerrado em maio, volume 12,5% acima do registrado em igual trimestre de 2012, segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve). As vendas de motocicletas desaceleraram

relativamente às de 2012, acumulando recuo de 23,8% no ano.

O indicador Intenção de Consumo das Famílias (ICF), elaborado para Porto Alegre pela CNC e divulgado pela Fecomércio-RS, atingiu 134,5 pontos em junho, ante 151,6 pontos em março e 132,9 pontos em junho de 2012. Considerando a pesquisa, por faixa de renda, observou-se deterioração na avaliação dos consumidores com renda familiar até dez salários mínimos e melhora nas perspectivas dos consumidores com renda familiar superior. O levantamento da CNC ocorreu nos últimos dez dias de maio, não refletindo, portanto, os efeitos das recentes manifestações populares que se verificaram a partir da segunda quinzena de junho.

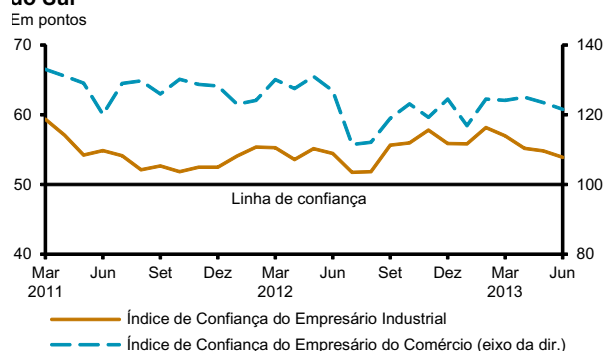
Tabela 5.23 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul
Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2012	2013		12 meses
		Ano	Fev ^{1/}	
Comércio varejista	9,0	-2,0	1,6	6,3
Combustíveis e lubrificantes	-1,2	5,9	-0,8	2,0
Hiper e supermercados	14,1	-7,6	0,1	7,5
Tecidos, vestuário e calçados	2,3	7,4	7,9	7,1
Móveis e eletrodomésticos	9,1	0,4	4,4	7,8
Comércio varejista ampliado	8,8	1,1	0,3	8,8
Automóveis e motocicletas	7,1	10,2	-1,1	10,7
Material de construção	12,9	-0,3	4,0	16,4

Fonte: IBGE

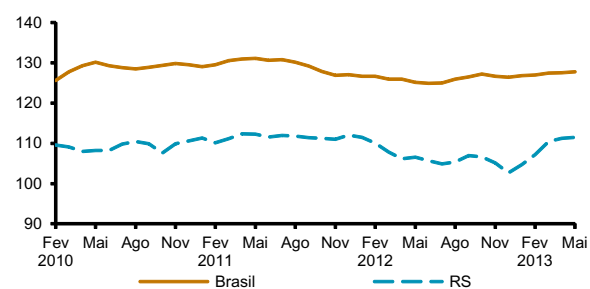
1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.18 – Confiança do empresariado – Rio Grande do Sul



Fontes: Fiergs e Fecomércio

Gráfico 5.19 – Produção industrial – Rio Grande do Sul
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



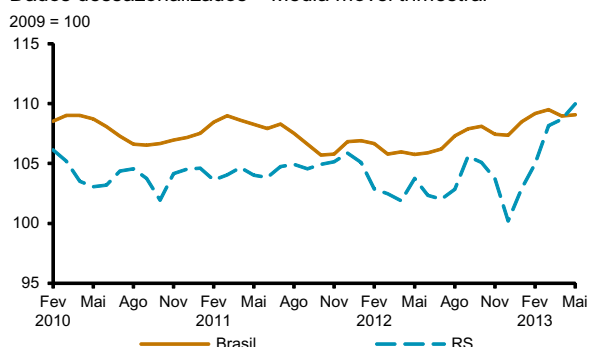
Fonte: IBGE

O Icec, divulgado pela Fecomércio-RS, sinalizou ambiente menos favorável no final do primeiro semestre, atingindo 121,6 pontos ante 124,1 pontos em março e 126,9 pontos em junho de 2012.

A produção da indústria gaúcha cresceu 4% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando a expansão atingira 2%, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. No resultado, sobressaíram os crescimentos da produção de alimentos, 3,8%, de refino de petróleo e álcool, 22%, e de veículos automotores, 4,9%. Das catorze atividades consideradas na pesquisa, doze apresentaram resultado positivo.

A produção em dezoito meses finalizados em maio diminuiu 2,7%, após queda de 4,8% no período encerrado em fevereiro. Nesse tipo de comparação, destaque-se o recuo na produção de alimentos, 6,6%, outros produtos químicos, 8,4%, calçados e artigos de couro, 8,3%, e veículos automotores, 6,7%. A tendência de queda foi parcialmente

Gráfico 5.20 – Produtividade da indústria
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

Tabela 5.24 – Produção industrial – Rio Grande do Sul
Geral e atividades selecionadas

Setores	Pesos ^{1/} 2013	Variação % no período		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	2,0	4,0	-2,7
Alimentos	14,8	0,2	3,8	-6,6
Refino de petróleo e álcool	21,2	24,7	22,0	7,0
Máquinas e equipamentos	13,9	3,8	3,2	5,7
Outros produtos químicos	11,6	-3,6	8,3	-8,4
Veículos automotores	9,7	10,5	4,9	-6,7
Calçados e artigos de couro	7,1	-0,5	4,1	-8,3
Produtos de metal	5,3	1,0	1,9	-4,9
Celulose, papel e prod. de papel	4,7	-1,4	2,5	-8,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade conforme a PIM-PF/IBGE de maio.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 5.25 – Indicadores da produção industrial – Rio Grande do Sul

Discriminação	Variação %		
	2013		12 meses
	Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	
IDI	1,6	1,6	1,1
Compras industriais	7,7	-1,7	4,3
Vendas industriais	1,0	3,5	4,4
Pessoal ocupado	-0,4	1,2	-2,0
Horas trabalhadas	-0,2	3,0	-1,8
Nuci ^{1/}	80,4	83,6	83,1
Exportações	-10,6	14,6	-7,4

Fonte: Fiergs

1/ Percentual médio de utilização.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados pelo BCB.

11/ Corresponde à relação entre as vendas e as ofertas de imóveis novos.

compensada pelos crescimentos assinalados por refino de petróleo e álcool, 7%, e máquinas e equipamentos, 5,7%.

O Índice de Desempenho Industrial (IDI), divulgado pela Fiergs, registrou crescimento de 1,6% no trimestre encerrado em maio, repetindo resultado de fevereiro, na série com ajuste sazonal. O resultado do trimestre finalizado em maio decorreu, principalmente, da evolução positiva das vendas industriais e das horas trabalhadas.

A produtividade da mão de obra da indústria gaúcha, definida como a relação entre a produção física e o número de horas pagas, dados do IBGE, aumentou 4,8% no trimestre encerrado em maio, comparativamente ao finalizado em fevereiro, quando crescera 1,2% nesse tipo de comparação, considerando dados dessazonalizados. Em doze meses até maio, houve elevação de 0,9%, ante recuo de 0,6% até fevereiro.

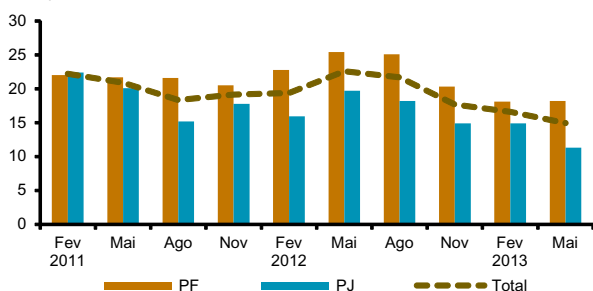
A confiança do empresário gaúcho declinou pelo quarto mês consecutivo, tendo atingido 53,9 pontos em junho, ante 57 pontos em março e 54,4 pontos em junho de 2012, conforme o Ipei, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs). O resultado de junho refletiu queda no trimestre nos dois componentes, sendo de 0,4 ponto na percepção dos empresários das condições atuais e de 1,1 ponto na avaliação das expectativas. O indicador das condições atuais, 48,5 pontos, se encontra na área de pessimismo, decorrente de 42,1 pontos na avaliação da economia brasileira e 52,1 pontos da própria empresa.

A taxa de velocidade das vendas de imóveis novos em Porto Alegre¹¹ situou-se em 7,8% em maio, após alcançar 6,1% em fevereiro. O resultado de maio foi 4,5 pontos inferior ao de igual mês de 2012, de acordo com a Pesquisa do Mercado Imobiliário de Porto Alegre, realizada pelo Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS). As vendas no trimestre finalizado em maio atingiram 1976 unidades, ante 877 no trimestre findo em fevereiro.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas no estado atingiu R\$160,7 bilhões em maio, elevando-se 4,2% no trimestre e 14,9% em doze meses. A carteira no segmento de pessoas físicas somou R\$86,5 bilhões, aumentando 4,8% e 18,2%, respectivamente, nas bases de comparação mencionadas, ressaltando-se a evolução dos financiamentos imobiliários – SFH, e de financiamentos rurais e agroindustriais. O estoque de operações contratadas

Gráfico 5.21 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul^{1/}

Varição em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

Tabela 5.26 – Necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Estado do R. G. do Sul	-1 749	-649	826	1 301
Governo Estadual	-936	-683	810	1 286
Capital	-616	3	4	10
Demais Municípios	-198	30	12	5

1/ Inclui informações dos Estados e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Tabela 5.27 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2012	Nominal	Outros ^{4/}		
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Mar	
Est. R. G. do Sul	50 650	-649	1 301	652	-214	51 088
Governo Estadual	50 203	-683	1 286	603	-206	50 600
Capital	181	3	10	14	-3	192
Demais Municípios	265	30	5	36	-5	296

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

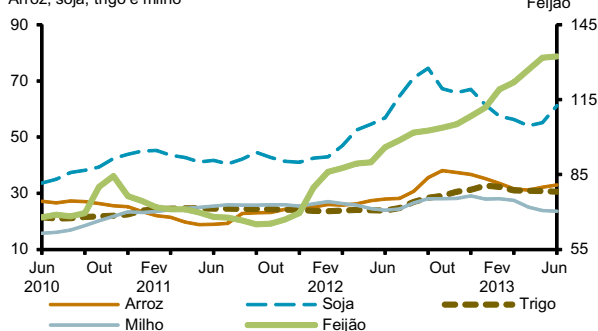
2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Gráfico 5.22 – Preços médios mensais pagos ao produtor – Rio Grande do Sul (R\$/saca)

Arroz, soja, trigo e milho



Fonte: Emater

por pessoas jurídicas somou R\$74,2 bilhões, elevando-se 3,5% no trimestre e 11,3% em doze meses, com destaque para operações com outras indústrias, indústria de alimentos e bebidas, exceto açúcar em bruto e construção.

A inadimplência das operações de crédito no estado declinou para 2,8% em maio, ante 2,9% em fevereiro, devido à redução de 0,1 p.p. na taxa do segmento de pessoas físicas e manutenção na relativa às pessoas jurídicas, que atingiram 3,1% e 2,4%, respectivamente.

Os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio Grande do Sul apresentaram, conjuntamente, *superavit* primário de R\$649 milhões no primeiro trimestre de 2013, valor 62,9% menor do que o registrado em igual período de 2012, decorrente da redução do resultado positivo do estado e da reversão do *superavit* em *deficit* nas demais esferas.

Os juros nominais, apropriados por competência, aumentaram 57,5% no período, totalizando R\$1,3 bilhão. O resultado nominal, que fora superavitário em R\$923 milhões no primeiro trimestre de 2012, atingiu *deficit* de R\$652 milhões entre janeiro e março de 2013.

A dívida líquida totalizou R\$51,1 bilhões em março de 2013, 0,9% acima do estoque em dezembro de 2012.

A previsão para a safra de grãos do estado em 2013 é de 29,2 milhões de toneladas, de acordo com o LSPA de junho, do IBGE, representando 15,9% da produção nacional, ante 19,1 milhões produzidas no ano anterior. O acréscimo de 52,7% na safra traduz, principalmente, os aumentos na produção de soja, 114,8%; milho, 69%; e trigo, 30,1%. Dentre as demais culturas, assinalam-se as estimativas de acréscimos na produção de fumo, 8,5%, e de maçã, 3,4%. Destaque-se que a safra de soja foi favorecida pelas condições climáticas e pela elevação de 10,6% na área plantada.

As cotações médias do feijão, do trigo, do arroz, da soja e do milho registraram aumentos respectivos de 40,7%, 31,6%, 24,1%, 16,6% e 1,4% no primeiro semestre do ano, em comparação a igual período de 2012, de acordo com a Emater/RS. Na margem, essas cotações variaram, na ordem, 10,8%, -4,1%, -4%, -2,7% e -13,1% no trimestre, em relação ao finalizado em março.

De acordo com a estimativa de junho do Mapa, o VBP dos principais produtos agrícolas atingirá R\$30,2

Tabela 5.28 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2012	2013	
Grãos	71,7	19 110	29 172	52,7
Soja	37,8	5 945	12 768	114,8
Arroz (em casca)	16,4	7 692	8 084	5,1
Milho	10,9	3 155	5 333	69,0
Trigo	5,1	1 866	2 428	30,1
Feijão	0,7	86	95	10,5
Outras lavouras				
Fumo	12,1	397	431	8,5
Mandioca	3,8	1 191	1 178	-1,1
Uva	3,0	840	800	-4,8
Maçã	1,7	621	643	3,4

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2013.

Tabela 5.29 – Indicadores da pecuária – Rio Grande do Sul

Maio de 2013

Discriminação	Produção	Variação % no ano	
		Exportações (kg)	Preços (R\$)
Abates ^{1/}			
Bovinos	2,8	-1,8	1,2
Suínos	5,3	-0,4	18,6
Aves ^{2/}	8,4	1,6	22,3
Leite ^{3/}	-5,5	-	6,6 ^{4/}

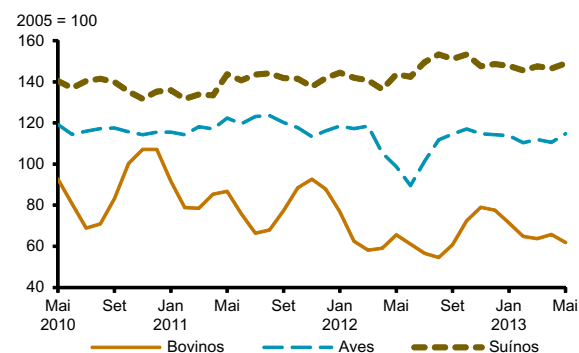
Fonte: Emater/RS, IBGE, Iepe, Mapa e MDIC

1/ Número de animais.

2/ Os preços correspondem aos praticados no varejo.

3/ Litros. Produção até março.

4/ Até maio.

Gráfico 5.23 – Abates de animais – Rio Grande do Sul
Média móvel trimestral

Fonte: Mapa

bilhões em 2013, 42% acima do ano anterior, corrigido pelo IGP-DI, ressaltando-se o impacto das elevações no valor da produção de soja, 108,8%, trigo, 82,4%, e milho, 80,1%.

A produção de aves, suínos e bovinos cresceu 8,4%, 5,3% e 2,8% nos primeiros cinco meses de 2013, comparativamente a igual período de 2012, de acordo com o Mapa. Em relação ao rebanho bovino, segundo informações divulgadas pela Emater/RS no início de junho, nesse período do ano o estado corporal e nutricional do rebanho está em fase de declínio, devido à queda das temperaturas e dias mais curtos do outono, e à redução na qualidade e quantidade de pasto ofertado aos animais.

Com base nas quantidades exportadas, as vendas externas de aves elevaram-se 1,6% nos primeiros cinco meses do ano, ante igual período de 2012, enquanto as de bovinos e suínos declinaram 1,8% e 0,4%, na ordem, conforme o MDIC. No mesmo intervalo de comparação, os preços internos apresentaram elevação generalizada, sendo mais intensa a registrada por aves, 22,3%, seguindo-se suínos, 18,6%, e bovinos, 1,2%, conforme a Emater/RS e o Iepe/UFRGS.

De acordo com o IBGE, a produção gaúcha de leite diminuiu 5,5% no primeiro trimestre de 2013, comparativamente ao mesmo período de 2012, ante queda nacional de 1,4%. Segundo a Emater/RS, os preços do leite registraram expansão de 6,6% nos primeiros cinco meses de 2013, comparativamente a idêntico período de 2012.

A balança comercial do estado registrou *superavit* de US\$3,2 bilhões no primeiro semestre de 2013, ante US\$1,6 bilhão no mesmo período de 2012, de acordo com o MDIC. As exportações somaram US\$11,2 bilhões e as importações, US\$7,9 bilhões, assinalando variações respectivas de 30,9% e 14,3% no período.

A trajetória das vendas externas refletiu variações de 1,7% nos preços e de 28,7% no *quantum*. Os embarques de produtos manufaturados, responsáveis por 49,5% das vendas externas no período, aumentaram 46,5%, influenciadas pelo registro da venda de plataforma de perfuração/exploração à subsidiária da Petrobrás no Panamá, e que respondeu por 29,5% do valor exportado desse segmento¹². As vendas de produtos básicos, 45% da pauta, cresceram 23,5%, com destaque para o aumento em soja, carne de frango e milho. Os embarques de semimanufaturados recuaram 10,3%, com ênfase nas reduções de óleo de soja em bruto e de borrachas.

12/ Vide nota de rodapé nº 6 – Região Sul.

Tabela 5.30 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	8 514	11 150	30,9	-2,4
Básicos	4 067	5 022	23,5	-2,6
Industrializados	4 447	6 128	37,8	-2,2
Semimanufaturados	684	614	-10,3	-3,8
Manufaturados ^{1/}	3 763	5 514	46,5	-1,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.31 – Exportações por principais setores do Rio Grande do Sul: Janeiro-junho

Discriminação	Valor (US\$milhões)		
	2012	2013	Var. %
Agric. e pecuária	1 616	2 768	71,3
Ind. de transformação ^{1/}	6 632	8 061	21,5
Alimentos e bebidas	2 113	1 750	-17,2
Produtos químicos	1 043	1 097	5,2
Outros equip. de transporte	3	1 630	54 233,3
Fumo	781	806	3,2
Máq. e equipamentos	886	725	-18,2
Calçados e couros	440	481	9,3
Veículos	389	452	16,2
Borracha e plástico	158	178	12,7
Produtos de metal	157	145	-7,6
Móveis e ind.diversas	138	143	3,6
Coque, refino de petróleo, comb. nucleares e álcool	44	139	215,9
Celulose, papel e prod. papel	95	99	4,2
Máq. escritório e informática	77	64	-16,9
Madeira	62	59	-4,8
Máq., aparelhos e mat. elétricos	59	56	-5,1

Fonte: Mdic/Secex

1/ Itens selecionados

Tabela 5.32 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	6 920	7 909	14,3	6,7
Bens de capital	1 191	1 745	46,5	6,6
Matérias-primas	3 435	3 393	-1,2	6,8
Bens de consumo	939	1 050	11,8	2,6
Duráveis	716	793	10,7	-4,5
Não duráveis	223	257	15,2	11,9
Combustíveis e lubrificantes	1 355	1 721	27,0	10,6

Fonte: MDIC/Secex

As exportações gaúchas direcionadas para China, Panamá, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 48,4% das vendas externas do estado no período.

A evolução das importações, decorrente de variações de 16,5% no *quantum* e de -1,9% nos preços, evidenciou as elevações de 46,5% nas compras de bens de capital, 22,1% de representatividade, principalmente de veículos de carga. Adicionalmente, houve aumentos de 27% em combustíveis e de 11,8% em bens de consumo, com destaque para automóveis e móveis e suas partes. As aquisições de matérias-primas, 42,9% do total, decresceram 1,2%, impactadas pela queda em naftas. As compras provenientes da Argentina, Nigéria e China representaram 43,3% do total.

No estado, foram gerados 36,1 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio, ante 27,7 mil em igual período de 2012, de acordo com o Caged/MTE. A indústria de transformação respondeu pela maior parte das vagas geradas, 17,5 mil, sendo 7,5 mil na indústria da borracha, fumo e couro, na maior parte relacionada à colheita do fumo. Destaque-se o setor de serviços, com 15 mil novos postos, destes 3,7 mil em alojamento e alimentação e 3 mil em transporte e comunicação. O nível de emprego formal elevou-se 1,1% no trimestre encerrado em maio, em relação ao findo em fevereiro, quando crescera 0,8% no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados, destacando-se o crescimento de 1,3% na indústria e de 1,2% em serviços.

A taxa de desemprego da região metropolitana de Porto Alegre (RMPA) atingiu 3,9% em maio, a menor registrada para esse mês desde 2002, ante 3,9% em fevereiro e 4,5% em igual período de 2012, de acordo com a PME do IBGE. A redução observada na comparação interanual refletiu a queda de 0,6% na PEA, enquanto a população ocupada assinalou estabilidade. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 3,5% em maio, ante 3,8% em fevereiro. O rendimento médio real habitual e a massa salarial real elevaram-se 0,8% e 0,7% na mesma base de comparação.

O IPCA da RMPA variou 0,99% no trimestre encerrado em junho, ante 1,70% no primeiro trimestre de 2013, desaceleração que refletiu a variação menos intensa nos preços livres, 1,26%, ante 2,66%, enquanto os monitorados registraram elevação de 0,11%, ante queda de 1,38%, traduzindo, sobretudo, a alta de 4,37% em produtos farmacêuticos, em parte mitigada pela retração de 2,86% em gasolina.

Tabela 5.33 – Evolução do emprego formal – Rio Grande do Sul

Novos postos de trabalho

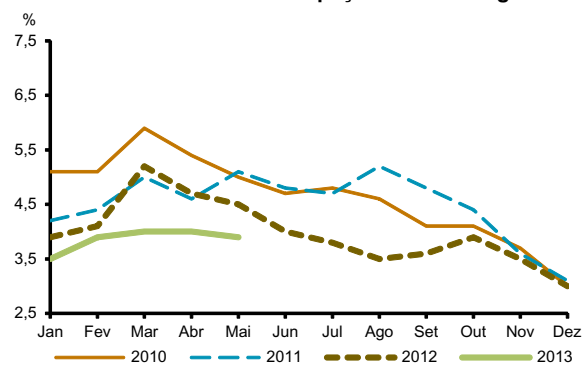
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012			2013	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	27,7	9,7	35,2	8,0	36,1
Indústria de transformação	8,6	-2,9	2,9	4,5	17,5
Comércio	6,3	1,8	14,8	-4,1	5,4
Serviços	15,3	8,2	12,6	6,3	15,0
Construção civil	4,0	2,3	0,5	-0,3	3,3
Agropecuária	-6,7	-0,6	4,9	1,6	-6,1
Serviços ind. de utilidade pública	-0,2	0,3	-0,4	0,3	0,1
Outros ^{2/}	0,5	0,5	-0,1	-0,4	0,8

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

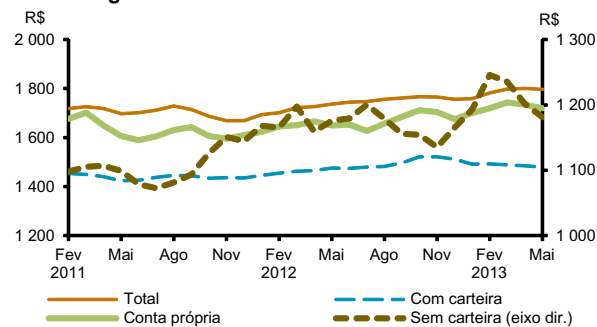
2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 5.24 – Taxa de desocupação – Porto Alegre



Fonte: IBGE

Gráfico 5.25 – Rendimento médio real habitual^{1/} – Porto Alegre



Fonte: IBGE

1/ Média móvel trimestral, a preços de maio de 2013, corrigidos pelo INPC.

O comportamento dos preços livres derivou dos arrefecimentos na variação dos bens comercializáveis, de 2,35% para 1,68%, e dos não comercializáveis, de 2,97% para 0,85%, ressaltando-se, em ambos, o menor impacto dos itens do grupo alimentação e bebidas. Dentre os bens comercializáveis, destacaram-se a redução dos preços em carnes e em óleos e gorduras e, por outro lado, o aumento em vestuário, 3,75%, enquanto a trajetória dos não comercializáveis refletiu especialmente a queda nos preços das frutas e hortaliças e verduras.

O índice de difusão atingiu 53,6% no trimestre encerrado em junho, ante 62,8% em março, e 56,6% em junho de 2012. A redução observada em 2013 reflete a menor disseminação dos reajustes de preços em itens de alimentação e de educação.

O IPCA da RMPA acumulou alta de 6,02% em doze meses até junho, ante 6,31% até março, desaceleração que refletiu variações menos intensas nos preços livres, de 8,08% para 7,87%, e nos preços monitorados, de 0,89% para 0,32%, essa mitigada pela redução na tarifa de energia elétrica residencial e pela menor elevação em gasolina.

A trajetória dos preços livres foi favorecida pelo arrefecimento na variação dos bens não comercializáveis, de 9,24% para 8,45%, destacando-se a redução do impacto de itens de alimentação, como tubérculos e alimentação fora do domicílio. Em sentido contrário, os preços dos bens comercializáveis aceleraram, de 6,95% para 7,29%, devido, em parte, à elevação em automóvel novo.

O recuo de indicadores de confiança de empresários e de consumidores ao final do primeiro semestre, em ambiente de menor ritmo de vendas do varejo, caso não se reverta tempestivamente, tende a sinalizar alguma moderação no nível de atividade. Contudo, a elevação da renda agrícola segue influenciando favoravelmente a economia gaúcha.

Tabela 5.34 – IPCA – RMPA

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2012		2013	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	1,67	1,54	1,70	0,99
Livres	76,7	1,83	1,90	2,66	1,26
Comercializáveis	38,4	1,08	2,00	2,35	1,68
Não comercializáveis	38,3	2,59	1,80	2,97	0,85
Monitorados	23,3	1,18	0,42	-1,38	0,11
Principais itens					
Alimentação	25,2	3,38	2,58	3,76	0,93
Habitação	13,1	1,93	0,30	-3,55	1,15
Artigos de residência	4,9	1,10	0,79	0,73	2,42
Vestuário	7,1	-0,74	3,06	-1,03	3,75
Transportes	18,9	0,64	0,98	2,60	-0,46
Saúde	11,3	1,31	0,80	1,66	2,36
Despesas pessoais	10,5	2,16	2,61	3,21	0,48
Educação	4,5	1,72	0,60	5,91	0,30
Comunicação	4,5	0,31	0,74	0,52	-0,13

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2013.

Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais

A evolução dos principais indicadores evidenciou continuidade do crescimento da atividade no trimestre encerrado em maio. Vale ressaltar, entretanto, heterogeneidade nos desempenhos regionais, em parte determinada, de um lado, pelo crescimento significativo da agropecuária e de setores específicos da indústria, e de outro, pela moderação nas atividades na indústria extrativa e em determinados segmentos do comércio.

Tabela 6.1 – Índice de Atividade Banco Central – IBC
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2012			2013	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Brasil	-0,6	1,3	0,3	0,7	1,4
Norte	0,3	0,6	-0,3	0,0	-0,6
Nordeste	0,1	0,9	0,7	2,0	0,5
Sudeste	-0,2	0,9	-0,4	1,4	-0,3
Sul	-2,7	4,3	-0,8	1,4	6,5
Centro-Oeste	1,0	1,0	-0,4	1,3	0,5

^{1/} Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.
O resultado nacional não representa necessariamente a média dos resultados regionais.

Tabela 6.2 – Índice de volume de vendas
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Variação percentual				
	2012			2013	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Comércio varejista					
Brasil	1,5	2,0	1,1	0,1	0,2
Norte	2,9	1,3	0,1	0,4	2,0
Nordeste	2,0	2,7	1,1	-0,4	1,0
Sudeste	2,0	2,0	0,8	-0,1	0,1
Sul	0,3	0,9	2,3	0,3	-0,1
Centro-Oeste	2,2	2,8	1,1	-0,9	1,6
Comércio ampliado					
Brasil	1,3	6,1	-3,1	1,7	0,8
Norte	2,7	3,9	-0,7	0,8	3,2
Nordeste	1,5	9,5	-4,3	-0,2	1,2
Sudeste	1,9	5,2	-3,0	1,5	0,9
Sul	0,5	6,0	-2,6	1,9	1,0
Centro-Oeste	1,6	8,8	-3,3	0,7	2,7

Fonte: IBGE e BCB

^{1/} Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

O IBC-Br elevou-se 1,4% no trimestre encerrado em maio, comparativamente ao finalizado em fevereiro, quando expandira 0,7% na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados, conforme Tabela 6.1. Esse crescimento foi influenciado em particular pela economia do Sul, haja vista que IBCR-S aumentou 6,5% devido ao desempenho da agropecuária e da indústria. Os IBCR para o Centro-Oeste e o Nordeste cresceram 0,5% no trimestre, ao passo que houve recuo no Sudeste e Norte, de 0,3% e 0,6%, na ordem. Essas duas últimas regiões foram impactadas pela redução na produção da indústria extrativa, especialmente petróleo e derivados e minério de ferro.

As vendas do comércio varejista cresceram 0,2% em três meses até maio, após aumentar 0,1% até fevereiro, conforme Tabela 6.2. Apesar desse crescimento moderado em nível nacional, destacaram-se as expansões de 2,0%, 1,6% e 1% nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, respectivamente.

O crescimento do comércio ampliado, que incorpora vendas de veículos, motocicletas partes e peças e de material de construção civil atingiu 0,8% nos três meses finalizados em maio (1,7% até fevereiro). O Norte e Centro-Oeste apresentaram maior crescimento de vendas nesse conceito, 3,2% e 2,7%, respectivamente.

O saldo de operações de crédito superiores a R\$1 mil, no país, aumentou 4,1% no trimestre encerrado em maio e 15,7% em doze meses. Operações do segmento de pessoas

Tabela 6.3 – Operações de crédito do SFN^{1/}

Maio de 2013

Discriminação	R\$ bilhões								
	Saldo			Variação percentual (%)					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
			PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	
Brasil	1 282	1 105	2 387	3,7	4,6	4,1	14,5	17,1	15,7
Norte	41	52	93	2,6	4,7	3,7	18,2	17,0	17,6
Nordeste	152	167	319	5,3	5,2	5,3	16,0	18,8	17,5
Sudeste	769	538	1 307	3,4	4,3	3,8	13,5	15,8	14,4
Sul	222	219	440	3,5	4,8	4,2	14,0	18,4	16,2
Centro-Oeste	97	130	227	4,9	4,3	4,5	20,4	18,5	19,3

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

físicas cresceram respectivamente 4,6% e 17,1% nos períodos mencionados, superando expansões correspondentes de empréstimos a pessoas jurídicas, 3,7% e 14,5%. Destacaram-se os desempenhos trimestrais no Nordeste e Centro-Oeste, 5,3% e 4,5%, na ordem (Tabela 6.3).

Em todas as regiões, o crédito concedido a pessoas físicas expandiu-se principalmente nas modalidades financiamento imobiliário e crédito consignado. Por sua vez, o crescimento do crédito a pessoas jurídicas foi maior em operações contratadas pelo serviço público – exceto saúde e educação – no Norte, Nordeste e Sudeste; e em empréstimos vinculados à geração, transmissão e distribuição de eletricidade e gás, agricultura e indústrias de papel e papelão, no Centro-Oeste. No Sul, o crescimento do crédito mostrou-se relativamente homogêneo.

Os desembolsos do sistema BNDES nos cinco primeiros meses deste ano somaram R\$73,05 bilhões, incremento de 66,75% relativamente ao mesmo período de 2012. No Sul, com R\$19,11 bilhões, houve maior incremento na mesma base de comparação: 120,2%.

As taxas de inadimplência recuaram 0,3 p.p. nos últimos doze meses até maio, para 3,2% – 4,4% no segmento de pessoas físicas e 2,2% no de pessoas jurídicas. No trimestre encerrado em maio, apenas no Nordeste a inadimplência aumentou, 0,1 p.p., especificamente, de 0,3 p.p. no segmento de pessoas jurídicas. No Norte a inadimplência ficou estável em 4,3% e nas demais regiões diminuiu (Tabela 6.4.)

A produção industrial cresceu 0,7%, no trimestre findo em maio, comparativamente ao trimestre anterior, quando expandira 0,2%, após ajuste sazonal dos dados. Houve aumento da produção no Sul, 5,6%, e Sudeste, 0,4%; e recuo no Centro-Oeste, 2,0%, Norte, 1,9% e Nordeste, 0,3%. O desempenho da produção da indústria no Sul se deveu, em grande parte, aos resultados de segmentos como fumo; refino de petróleo e álcool; de edição, impressão e reprodução; e de veículos automotores. No Sudeste, além dos segmentos de fumo e veículos automotores, destacou-se a produção de máquinas e equipamentos. No Centro-Oeste a produção da indústria extrativa mineral aumentou 11,9% no trimestre, com destaque para a produção de amianto. No Norte, o desempenho negativo da produção industrial deveu-se, basicamente ao recuo de 14,3% na produção extrativa mineral, que se concentra em minério de ferro e bauxita.

Tabela 6.4 – Inadimplência do crédito do SFN^{1/}

Maio de 2013

Discriminação	Inadimplência			Variação em p.p.					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
				PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	2,2	4,4	3,2	0,0	-0,1	0,0	0,0	-0,6	-0,3
Norte	2,9	5,4	4,3	-0,2	0,2	0,0	-0,5	-0,4	-0,4
Nordeste	2,8	5,4	4,2	0,3	-0,1	0,1	0,3	-0,5	-0,1
Sudeste	2,0	4,7	3,1	0,0	-0,1	-0,1	0,0	-0,5	-0,2
Sul	2,3	3,3	2,8	0,0	-0,2	-0,1	-0,1	-0,8	-0,4
Centro-Oeste	2,2	3,7	3,1	0,0	-0,2	-0,1	-0,3	-1,0	-0,7

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil com pelo menos uma parcela em atraso superior a 90 dias.

Tabela 6.5 – Produção física da indústriaBrasil e regiões^{1/}

Discriminação	%					
	Peso ^{2/} 2012			2013		
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai	
Brasil	100,0	-1,2	0,6	0,6	0,2	0,7
Norte	5,9	-2,5	-0,3	1,3	-0,5	-1,9
Nordeste	9,5	0,8	0,6	-1,2	3,2	-0,3
Sudeste	62,7	-0,6	0,7	1,9	-0,2	0,4
Sul	18,5	-3,5	-2,6	-0,8	1,1	5,6
Centro-Oeste	3,5	-0,6	-4,5	4,9	3,7	-2,0

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

2/ Participação no Valor da Transformação Industrial (VTI) em 2007.

Estimativa para a produção agrícola nacional aponta crescimento de 14,7%, relativamente à safra de 2012, devendo alcançar 185,7 milhões de toneladas, segundo o LSPA de junho, do IBGE. A maior expansão deverá ocorrer no Sul, 33%, com destaque para aumentos previstos nas colheitas de soja, 68,7%, trigo, 29,8% e milho, 18,5%, que se recuperam da quebra de safra em 2012 decorrente de condições climáticas desfavoráveis. O Centro-Oeste, com estimativa de crescimento anual de 7,2% na safra, deve permanecer como maior produtor nacional de grãos, 40,9% do total. Em relação às demais lavouras acompanhadas pela LSPA, destaquem-se aumentos previstos na produção de cana-de-açúcar no Sudeste, 12,2%, e no Norte, 35,7%.

Tabela 6.6 – Taxa de desemprego

Discriminação ^{1/}	%				
	2012			2013	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Brasil	6,0	5,5	5,2	5,2	5,8
Nordeste	7,1	6,8	6,3	6,1	7,1
Sudeste	5,8	5,5	5,2	5,2	5,7
Sul	4,7	3,8	3,5	3,8	3,9

Fonte: IBGE

1/ Média do trimestre encerrado no mês.

Tabela 6.7 – Geração de postos de trabalho^{1/}

Discriminação	Mil				
	2012			2013	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Brasil	468,4	363,9	263,4	-344,6	381,4
Norte	9,7	30,8	3,1	-32,1	2,6
Nordeste	-28,7	73,2	102,1	-95,8	-35,2
Sudeste	330,6	186,0	87,0	-202,7	265,1
Sul	94,4	38,9	81,1	-5,6	102,8
Centro-Oeste	62,4	34,9	-9,9	-8,3	46,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

Tabela 6.8 – Necessidades de financiamento de estados e municípios^{1/}

UF	R\$ milhões	
	Resultado primário	
	2012 Jan-mar	2013 Jan-mar
Região Norte	-2 573	-1 092
Região Nordeste	-4 296	-3 582
Região Centro-Oeste	-1 676	-1 692
Região Sudeste	-14 936	-11 600
Região Sul	-4 175	-3 264
Total	-27 655	-21 230

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios.

(-) superávit

(+) déficit

A média da taxa de desemprego do país atingiu 5,8% no trimestre encerrado em maio (6,0% em 2012), de acordo com a PME do IBGE (Tabela 6.6). Esse resultado decorreu de recuos no Sul, 0,7 p.p. e Sudeste, 0,1 p.p. A taxa de desemprego no Nordeste permaneceu estável e continuou sendo a mais elevada entre as regiões.

No que se refere ao mercado de trabalho formal, a criação de empregos foi menor no período de março a maio, em relação ao observado em 2012. De acordo com o Caged/MTE, no trimestre considerado foram contratados 381,4 mil trabalhadores no país (468,4 mil em 2012), dos quais 265,1 mil no Sudeste e 102,8 mil no Sul. No Nordeste, houve eliminação de 35,2 mil postos. Em termos de distribuição setorial, destaque-se a geração de vagas nos segmentos de serviços, indústria de transformação e comércio.

O resultado primário de governos estaduais, capitais e principais municípios foi superavitário em R\$21,2 bilhões no primeiro trimestre do ano, 23,2% inferior ao registrado em igual período de 2012. Esse desempenho refletiu a estabilidade do *superavit* no Centro-Oeste e a redução dos *superavits* nas demais regiões, em especial, no Norte, 57,6% e Sudeste, 22,3%. Por sua vez, o endividamento líquido do conjunto dessas entidades subnacionais diminuiu 1,6% na mesma base de comparação, situando-se em R\$533,1 bilhões, com a contribuição de todas as regiões.

A balança comercial brasileira no primeiro semestre do ano foi deficitária em US\$3,1 bilhões, com declínio de 0,8% nas exportações e aumento de 8,4% nas importações, consideradas as médias diárias dos fluxos (Tabela 6.9). O comércio exterior foi superavitário no Centro-Oeste, US\$6,3 bilhões, e no Norte, US\$1,1 bilhão, favorecidos pelas exportações de produtos básicos. Por outro lado, déficits comerciais no Sudeste e Nordeste refletiram em parte

Tabela 6.9 – Balança comercial regional – FOB

Média diária – Janeiro-junho

Região	US\$ milhões					
	Exportações		Importações		Saldo	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Total	937,7	930,3	881,2	955,4	56,5	-25,1
Norte	64,8	71,1	61,0	62,5	3,8	8,6
Nordeste	73,0	62,6	101,7	115,8	-28,7	-53,2
Sudeste	513,0	467,2	478,7	521,6	34,3	-54,4
Sul	175,4	196,1	188,9	196,3	-13,5	-0,2
Centro-Oeste	100,5	120,2	50,4	58,5	50,0	61,7
Outros ^{1/}	11,1	12,9	0,5	0,7	10,6	12,3

Fonte: MDIC/Secex

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

Tabela 6.10 – IPCAVariação trimestral^{1/}

Discriminação	Peso	%					
		2012			2013		
		Jun	Set	Dez	Mar	Jun	
IPCA							
Brasil	100,0	1,08	1,42	1,99	1,94	1,18	
Norte	4,2	1,44	1,66	3,36	2,45	0,41	
Nordeste	14,8	1,18	1,55	2,36	2,19	1,33	
Sudeste	57,6	1,01	1,33	1,79	1,96	1,29	
Sul	16,3	1,26	1,46	1,93	1,60	0,95	
Centro-Oeste	7,1	0,75	1,48	2,19	1,74	1,03	
Livres							
Brasil		1,12	1,68	2,28	2,89	1,20	
Norte		1,39	1,32	3,90	3,91	0,24	
Nordeste		1,08	1,93	2,66	3,02	1,57	
Sudeste		1,08	1,63	2,07	2,93	1,20	
Sul		1,39	1,73	2,12	2,52	1,20	
Centro-Oeste		0,81	1,61	2,37	2,50	1,11	
Monitorados							
Brasil		0,94	0,62	1,12	-1,07	1,10	
Norte		1,59	2,92	1,36	-3,03	1,10	
Nordeste		1,50	0,25	1,28	-0,78	0,42	
Sudeste		0,83	0,50	0,97	-0,98	1,59	
Sul		0,87	0,58	1,32	-1,38	0,09	
Centro-Oeste		0,54	1,06	1,63	-0,63	0,73	

Fonte: IBGE e BCB

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

redução nas vendas de óleos brutos de petróleo, minério de ferro e óleos combustíveis, bem como aumento das importações em todas as categorias de uso, especialmente combustíveis e lubrificantes, e bens de capital. No Sul, houve certa estabilidade no resultado da balança comercial, com crescimento nos embarques de soja, frango e milho e registro de venda de plataforma de perfuração/exploração de petróleo, em contraposição a aumentos nas compras, sobretudo, de veículos de carga, parte e peças; e adubos e fertilizantes.

A inflação, medida pelo IPCA, atingiu 1,18% no segundo trimestre de 2013 (1,94% no primeiro trimestre). A variação trimestral do índice recuou em todas as regiões, particularmente no Norte, 2,04 p.p., Nordeste, 0,86 p.p., e Centro-Oeste, 0,71 p.p., onde se situou em 0,41%, 1,33% e 1,03%, na ordem. Observou-se desaceleração dos preços livres, com destaque para os preços dos grupos Alimentação e Bebidas; Educação; e Transportes. A variação dos preços administrados e monitorados, após recuo no trimestre anterior em grande parte devido à redução das tarifas de energia elétrica, foi maior no segundo trimestre, especialmente no Sudeste, 1,59% e Norte, 1,1%, refletindo, sobretudo, aumentos nos preços de produtos farmacêuticos e de transporte urbano.

Em síntese, o crescimento econômico regional, consistente com a importância relativa das principais atividades de cada região, tem ocorrido de forma desigual. Por exemplo, a agropecuária tem contribuído para o bom desempenho do Sul e do Centro-Oeste, o contrário se verifica no Norte. O mercado de trabalho, não obstante o ritmo mais moderado, segue em expansão e representa um suporte para o consumo. A produção industrial tem se expandido, em particular, no segmento de bens de capital.

Evolução Regional da Atividade Pecuária

A produção da pecuária brasileira, impulsionada pela expansão da demanda interna e das exportações, cresceu de forma expressiva no período de 2000 a 2007, especialmente no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A conquista de novos mercados e restrições sanitárias impostas a importantes concorrentes¹ contribuíram para que o Brasil se tornasse, no período, o maior exportador mundial de carne bovina e de frango. Vale ressaltar que, a partir de 2008, o impacto da crise internacional sobre a demanda externa foi neutralizado, em parte, pelo crescimento do consumo doméstico. Este boxe analisa a evolução regional da produção e do emprego do setor, de 2008 a 2012.

De acordo com a Pesquisa Pecuária Municipal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os rebanhos brasileiros de suínos, aves e bovinos registraram aumentos anuais médios respectivos de 2,2%, 2% e 1,7%, no quadriênio encerrado em 2011, ante, na mesma ordem, 5%, 1,9% e 2,3% no período de 2000 a 2007 (Tabela 1).

Tabela 1 – Efetivo dos rebanhos – Brasil

Anos	Bovinos		Suínos		Aves ^{1/}	
	Mil cabeças	Var. % anual	Mil cabeças	Var. % anual	Mil cabeças	Var. % anual
Taxa de crescimento média anual 2000-2007	-	2,3	-	1,9	-	5,0
2008	202 307	1,3	36 819	2,4	990 993	6,6
2009	205 308	1,5	38 045	3,3	1 021 215	3,0
2010	209 541	2,1	38 957	2,4	1 028 151	0,7
2011	212 815	1,6	39 307	0,9	1 051 990	2,3
Taxa de crescimento média anual 2008-2011	-	1,7	-	2,2	-	2,0

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal

1/ Galos, frangas, frangos e pintos.

1/ Ver boxe Evolução Recente da Pecuária e Impactos Regionais, publicado no Boletim Regional de janeiro 2008.

A taxa média de expansão anual do consumo brasileiro de carnes de suínos, aves e bovinos atingiu 2,8%, 4,1% e 2%, respectivamente, de 2008 a 2012, segundo o Departamento de Agricultura Norte-Americano (USDA), com as exportações variando, em média, 1,4%, 2% e -4,1%, no mesmo período (Tabela 2).

Tabela 2 – Produção e comércio de carnes – Brasil – Crescimento anual

Ano	Bovinos			Suínos			Frangos			%
	Produção	Consumo interno	Exportação	Produção	Consumo interno	Exportação	Produção	Consumo interno	Exportação	
2010	2,0	3,0	-2,4	2,1	6,4	-12,4	11,7	15,9	1,6	
2011	-0,9	1,8	-14,0	1,0	2,6	-5,7	4,5	4,2	5,2	
2012	3,1	1,5	13,7	3,2	1,0	13,2	-1,7	-3,0	1,9	
2013 ^{1/}	2,1	1,5	5,0	1,2	3,0	-6,2	1,5	1,0	2,8	
Taxa de crescimento média anual 2008-2012	0,8	2,0	-4,1	2,5	2,8	1,4	3,5	4,1	2,0	

Fonte: USDA, *Livestock and poultry: world markets and trade*. Abril, 2013.

1/ Previsão.

Tabela 3 – Efetivo dos rebanhos por regiões

Crescimento e participação nacional – 2008 a 2011

Regiões	%				
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Bovinos					
Participação ^{1/}	20,3	13,9	34,1	18,5	13,2
Crescimento ^{2/}	3,4	0,8	1,8	1,3	0,5
Suínos					
Participação ^{1/}	4,0	15,5	14,1	17,9	48,6
Crescimento ^{2/}	-1,2	-3,0	8,9	3,0	2,4
Aves^{3/}					
Participação ^{1/}	1,7	9,2	10,9	28,5	49,7
Crescimento ^{2/}	-2,5	0,0	3,7	2,6	1,9

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal

1/ Em 2011.

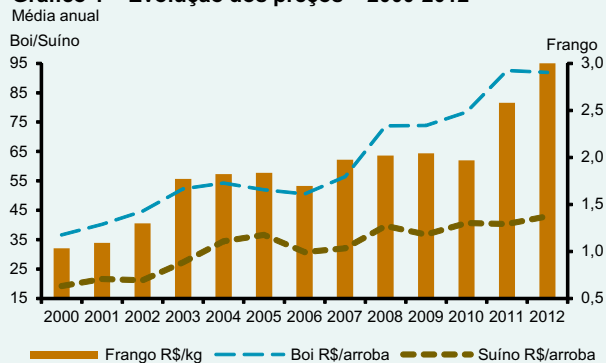
2/ Taxa de crescimento média anual de 2008 a 2011.

3/ Galos, frangas, frangos e pintos.

Regionalmente, ocorreram aumentos generalizados nos rebanhos de bovinos, com média anual de 3,4% no Norte, região que deteve participação de 20,3% no efetivo do país, no período 2008/2012. Em relação ao segmento de suínos, registraram-se aumentos no Centro-Oeste, Sudeste e Sul, responsáveis, em conjunto, por 80,6% do rebanho nacional. Note-se que o Norte foi a única região a registrar recuo na produção de aves; e o Centro-Oeste, com média de 3,7%, registrou o maior crescimento (Tabela 3).

As médias anuais das cotações da arroba do boi gordo e do quilo de carnes de frango e suínas aumentaram, na ordem, 24,6%, 56,2% e 8,2% de 2008 a 2012 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Evolução dos preços – 2000-2012



Fonte: FGV – Preços Recebidos pelos Produtores.

De acordo com a Pesquisa Trimestral de Abate de Animais, do IBGE, os abates de suínos, frango e de bovinos registraram aumentos anuais médios de 7,1%, 3,1% e 2,6%, de 2008 a 2012. Importa destacar que o recuo de 6,1% em 2008, no segmento de bovinos, refletiu o ciclo da pecuária, e o de 2,8% em 2011, o impacto da crise internacional sobre a demanda externa e a imposição de restrições sanitárias a importações pela União Europeia. Em 2012, a redução dos preços ao consumidor da carne bovina, o aumento dos preços de produtos concorrentes e a recuperação das exportações

favoreceram a expansão de 8,4% no abate de bovinos, (2,8% e 1,0% nos de suínos e frangos – Tabela 4).

Tabela 4 – Abate de animais por rebanhos – Brasil – 2008 a 2012

Anos	Bovinos		Suínos		Frangos	
	Mil Ton	Var. % anual	Mil Ton	Var. % anual	Mil Ton	Var. % anual
2008	6 621	-6,1	2 636	6,3	10 216	13,7
2009	6 662	0,6	2 930	11,2	9 940	-2,7
2010	6 977	4,7	3 078	5,1	10 693	7,6
2011	6 784	-2,8	3 370	9,5	11 422	6,8
2012	7 351	8,4	3 465	2,8	11 533	1,0
Taxa de crescimento média anual 2008-2012	-	2,6	-	7,1	-	3,1

Fonte: IBGE – Pesquisa Trimestral do Abate de Animais

Tabela 5 – Abate de animais por regiões

Crescimento e participação nacional – 2008 a 2012

Regiões	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	%
Bovinos						
Participação ^{1/}	18,9	9,4	39,3	20,6	11,3	
Crescimento ^{2/}	3,6	0,5	4,9	-2,0	5,1	
Suínos						
Participação ^{1/}	0,0	0,6	37,2	13,2	48,5	
Crescimento ^{2/}	7,1	6,7	5,6	0,7	11,2	
Frangos						
Participação ^{1/}	0,9	3,5	14,5	21,8	57,4	
Crescimento ^{2/}	-2,3	9,4	10,2	-0,4	2,6	

Fonte: IBGE

Nota: A soma das participações não totaliza 100% devido à desidentificação de dados de Unidades da Federação com menos de 3 informantes.

1/ Em 2012.

2/ Taxa de crescimento média anual de 2008 a 2012.

A análise dos abates por região revela que o Sul, Centro-Oeste e Sudeste foram responsáveis, em conjunto, por 98,9%, 93,7% e 71,3%, respectivamente, dos abates de suínos, frangos e bovinos realizados em 2012. No período 2008/2012, houve expansão do abate dos três rebanhos em todas as regiões, à exceção de frangos no Norte e no Sudeste (Tabela 5).

As exportações brasileiras do segmento pecuário cresceram, em média, 3,1% ao ano, no período 2008/2012, e as exportações totais, 5,2%. Vale ressaltar que o recuo acentuado nas exportações, em 2009, evidenciou impacto da crise internacional sobre a renda disponível em importantes importadores. A participação média das vendas externas do segmento no total exportado pelo país atingiu 6,2% no período (Tabela 6).

Tabela 6 – Exportações totais e da pecuária – Brasil – 2008 a 2012

Ano	Valor em US\$ milhões		Variação % anual		B/A Participação %
	Exportações totais (A)	Exportações da pecuária ^{1/} (B)	Exportações totais	Exportações da pecuária ^{1/}	
	2008	197 942	12 708	23,2	28,4
2009	152 995	10 366	-22,7	-18,4	6,8
2010	201 915	12 576	32,0	21,3	6,2
2011	256 040	14 215	26,8	13,0	5,6
2012	242 580	14 346	-5,3	0,9	5,9
Taxa de crescimento média anual 2008-2012	5,2	3,1			6,2

Fonte: MDIC

1/ Capítulos 1 – Animais vivos, e 2 – Carnes e miudezas comestíveis, da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

O impulso da demanda externa à produção foi mais intenso no Norte e Centro-Oeste, cujas

Tabela 7 – Participação das regiões nas exportações do Capítulo 2 da NCM^{1/}

Regiões	2008	2012	Tx. Cresc. 2008-2012 ^{2/}	%
Norte	3,4	5,0		13,5
Nordeste	0,5	2,0		0,5
Centro Oeste	21,1	27,7		8,7
Sudeste	24,6	17,7		-5,5
Sul	50,4	47,5		0,5
Brasil	100,0	100,0		2,8

Fonte: MDIC

1/ Capítulo 2 – Carnes e miudezas comestíveis, Nomenclatura Comum do Mercosul.

2/ Taxa de crescimento média anual 2008-2012 das exportações do Capítulo 2.

exportações de carnes e miudezas comestíveis registraram expansões anuais respectivas de 13,5% e 8,7%, de 2008 a 2012. Importante enfatizar os recuos respectivos de 6,9 p.p. e 2,9 p.p. nas participações das exportações do Sudeste e Sul, no total do país, e as elevações de 1,6 p.p. e 6,6 p.p. nas do Norte e Centro-Oeste. (Tabela 7).

A atividade pecuária² respondia por 2% do contingente de pessoas ocupadas no país em dezembro de 2011, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego (Rais/MTE) (2,2% em dezembro de 2008). As maiores participações no total do emprego formal na atividade ocorreram no Sudeste, Sul e Centro-Oeste; e o maior aumento no contingente de ocupados foi observado no Nordeste, 12,8%, com destaque para os setores abate de suínos, aves e outros pequenos animais, e fabricação de produtos da carne (Tabela 8).

Tabela 8 – Emprego na pecuária^{1/}, por regiões

Variação % no estoque 2008-2011

Regiões	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Criação de bovinos	8,6	16,0	7,4	-1,0	1,5
Criação de suínos	64,8	-16,2	32,7	8,1	12,9
Criação de aves	17,8	13,7	23,4	-0,1	20,8
Atividades de apoio à pecuária	-25,5	-28,7	8,1	-11,1	8,9
Abate de reses, exceto suínos	1,9	-3,2	-11,1	-4,2	13,3
Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	54,4	30,9	23,0	20,6	1,0
Fabricação de produtos da carne	-27,3	27,0	19,7	-3,6	20,6
Total na região	6,9	12,8	6,9	1,5	5,1

Fonte: MTE/Rais

1/ Refere-se às Classes da CNAE 2.0 : Criação de bovinos; Criação de suínos; Criação de aves; Atividades de apoio à pecuária; Abate de reses, exceto suínos; Abate de suínos, aves e outros pequenos animais; e Fabricação de produtos da carne.

Em linhas gerais, a pecuária brasileira, sustentada, em especial, pelo dinamismo da demanda interna, evoluiu favoravelmente no período recente, como revela, por exemplo, a geração de empregos pela atividade. Os rebanhos e abates de bovinos concentraram-se no Centro-Oeste, Norte e Sudeste, enquanto os relativos a aves e suínos predominaram no Sul. As perspectivas para a produção pecuária seguem favoráveis, especialmente em regiões não afetadas por estiagem.

2/ Consideradas as classes da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) 2.0: Criação de bovinos; Criação de suínos; Criação de aves; Atividades de apoio à pecuária; Abate de reses, exceto suínos; Abate de suínos, aves e outros pequenos animais; e Fabricação de produtos da carne. (www.mte.gov.br)

Economia Paraense: estrutura produtiva e desempenho recente

Este box apresenta a estrutura, a evolução recente e as perspectivas para a economia paraense.

As principais atividades da economia do Pará são a indústria extrativa, a prestação de serviços via administração pública e o comércio. Na indústria extrativa destacam-se os itens minério de ferro, alumínio (bauxita), madeira, carvão vegetal e lenha, açaí, castanha-do-pará e palmito. No âmbito da atividade agrícola, o estado é o maior produtor brasileiro de dendê, mandioca e pimenta-do-reino, e o segundo mais importante de abacaxi, destacando-se, ainda, os cultivos de arroz, juta, feijão, milho e coco-da-baía. O Pará possui o maior rebanho de bubalinos do Brasil e um dos maiores de bovinos.

A economia paraense vem registrando crescimento superior à média nacional desde meados de 2011, de acordo com as trajetórias do Índice de Atividade Econômica Regional do Pará (IBCR-PA) e do Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br). De acordo com esses indicadores, a economia do estado cresceu 3,2% em 2012, ante expansão de 1,6% em âmbito nacional (Gráfico 1).

O Produto Interno Bruto (PIB) do Pará cresceu 8,0% em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), patamar 0,5 p.p. superior à média nacional (Gráfico 2). Esse desempenho foi impulsionado pelo dinamismo do setor extrativo mineral e pela expansão da demanda interna, com destaque para a construção civil e o comércio. Ressalte-se que apesar da evolução favorável da economia do estado nos últimos anos, o crescimento do PIB paraense

Gráfico 1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central

Variação % acumulada em 12 meses

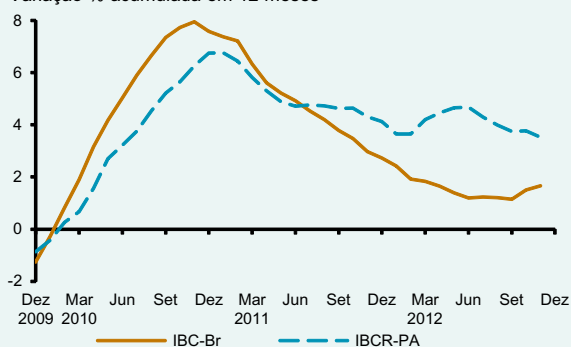
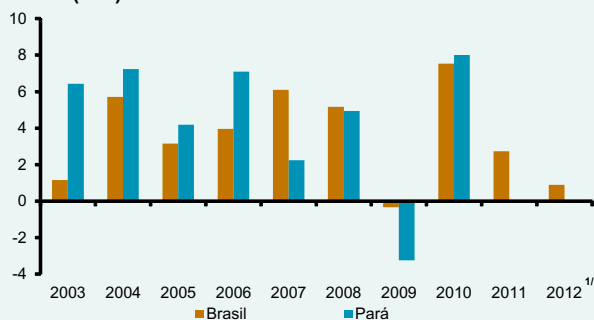


Gráfico 2 – Crescimento Anual do Produto Interno Bruto (PIB)



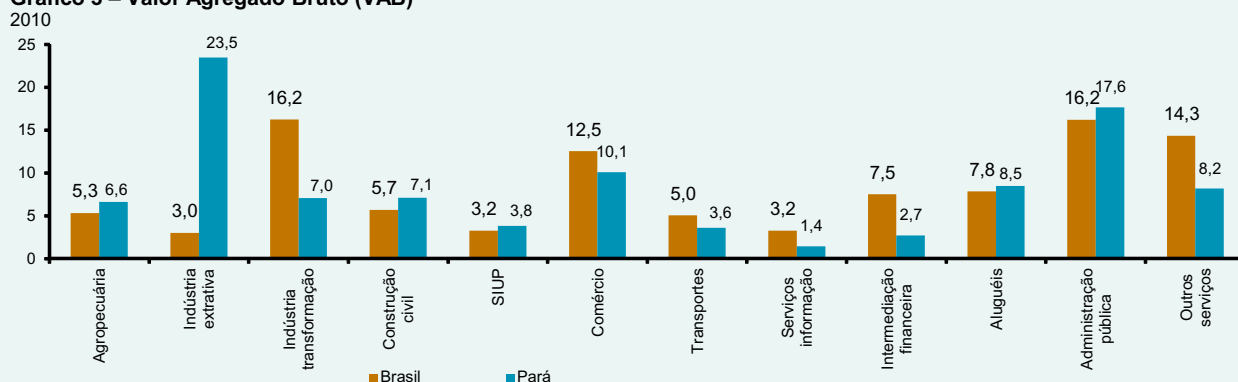
Fonte: IBGE

1/ Dados não disponíveis para o Pará.

no quinquênio encerrado em 2010, 20,1%, foi 4,2 p.p. inferior ao do país.

A estrutura do Valor Agregado Bruto da economia paraense, *vis-à-vis* a nacional, revela, segundo o IBGE, maior concentração dos segmentos indústria extrativa e administração pública. Nesse contexto, cabe destacar a reduzida verticalização do setor mineral e a forte dependência das receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Note-se também que a indústria de transformação e a atividade intermediação financeira detêm menor participação no estado do que no agregado nacional (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Valor Agregado Bruto (VAB)



Fonte: IBGE

Tabela 1 – PIB do Pará por Regiões de Integração – 2010

Mesorregiões	PIB		Var. nominal 2010/2006
	R\$ milhões	Distr. %	
Metropolitana	22 956	29,5	46,5
Carajás	21 946	28,2	218,0
Tocantins	6 022	7,7	18,8
Baixo Amazonas	5 437	7,0	65,6
Lago de Tucuruí	4 310	5,5	45,3
Araguaia	3 814	4,9	51,9
Capim	3 574	4,6	70,7
Guamá	3 209	4,1	70,9
Caetés	1 960	2,5	67,9
Xingu	1 893	2,4	69,0
Marajó	1 499	1,9	64,7
Tapajós	1 228	1,6	52,7
Pará	77 848	100,0	75,5

Fonte: IBGE

A atividade econômica do estado, que possui 144 municípios organizados em doze regiões de integração, concentra-se nas regiões metropolitana de Belém (RMB) e Carajás, responsáveis, na ordem, por 29,5% e 28,2% do PIB em 2010. Na RMB, a representatividade do setor de serviços atingiu 80,9% no ano, seguindo-se as da indústria, 18,8%, e da agropecuária, 0,3%, enquanto em Carajás essas participações somaram 21,5%, 76,5% e 1,9%. Vale ressaltar que o PIB de Carajás aumentou 218% no período de 2006 a 2010, maior taxa entre as regiões do estado, enquanto os agregados de Tocantins e da RMB registraram as expansões mais reduzidas no quinquênio, 18,8% e 46,5%, respectivamente (Tabela 1).

A produção agrícola paraense se concentra nas lavouras de mandioca e pimenta-do-reino, responsáveis por, respectivamente, 29% e 9,7% do valor da produção de 2011 (Tabela 2). Essas culturas e as de cacau, milho, banana, dendê e soja responderam, em conjunto, por 77,5% do valor da

Tabela 2 – Principais produtos agrícolas

Descrição	%	
	No valor da produção agrícola do estado	Valor da produção nacional do item
Total	100,0	1,8
Mandioca	29,0	14,3
Pimenta-do-reino	9,7	81,6
Cacau	8,7	24,1
Milho	8,4	1,3
Banana	7,7	6,2
Dendê	7,5	83,9
Soja	6,5	0,5
Abacaxi	5,5	13,1
Arroz	3,2	1,9
Coco-da-baía	2,5	9,7
Outros	11,3	0,5

Fonte: PAM 2011, do IBGE

Tabela 3 – Produção agrícola – Pará

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas			
		Produção ^{2/}		Variação %	
		2012	2013	PA	Brasil
Grãos	19,9	1228	1399	13,9	14,7
Arroz (em casca)	3,2	211	201	-4,8	3,1
Feijão	1,9	33	34	0,2	4,8
Milho	8,4	613	576	-6,0	9,7
Soja	6,5	370	588	58,7	23,8
Outras lavouras					
Mandioca	29,0	4 809	4 690	-2,5	-8,4
Banana	7,7	547	574	4,8	6,0
Cacau	8,7	67	80	18,7	-5,0
Abacaxi	5,5	317	321	1,3	-9,7

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2013.

Tabela 4 – Principais produtos na extração vegetal

Descrição	%	
	No valor da produção agrícola do estado	Valor da produção nacional do item
Total	100,0	29,6
Madeira em tora	79,6	43,2
Açaí (fruto)	12,5	60,1
Lenha	4,9	10,4
Carvão vegetal	1,3	3,0
Castanha-do-Pará	0,9	18,1
Palmito	0,6	95,1
Pequi (amêndoa)	0,1	13,4
Cumaru (amêndoa)	0,1	100,0
Copaíba (óleo)	0,0	22,5
Buriti	0,0	15,0
Outros	0,1	0,3

Fonte: PEVS 2011, do IBGE

produção agrícola do estado no ano, destacando-se as participações das safras de dendê, 83,9%, e pimenta-do-reino, 81,6%, no total produzido no país.

A safra de mandioca alcançou 4,8 milhões de toneladas em 2012, aumento de 3,5% em relação ao ano anterior, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE. Assinale-se que a farinha de mandioca é item relevante na cesta de consumo da Região e da cesta que mensura a inflação. A produção de grãos – cereais, leguminosas e oleaginosas – aumentou 11,1% em 2012, refletindo aumentos de 16,8% na produção de milho e de 13,3% na de soja, enquanto a produção de feijão caiu 12%.

A safra de grãos do Pará deverá aumentar 13,9% em 2013, ante a expansão anual de 14,7% no país, de acordo com prognóstico divulgado pelo IBGE em junho. Estão projetadas elevações respectivas de 58,7% e 0,2% para as colheitas de soja e feijão, e recuos para as de milho, 6,0%, e arroz, 4,8%. Adicionalmente, estão previstos aumentos para as produções de cacau, 18,7%; banana, 4,8%; e abacaxi, 1,3%; e decréscimo de 2,5% para a de mandioca, impactada pela destinação de parte da área plantada para culturas destinadas a produção de biodiesel, sobretudo de dendê.

No âmbito da pecuária, as criações de bovinos de corte e de bubalinos representaram, na ordem, 6,8% e 24% do total nacional, em 2012, segundo estatísticas do Sistema de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

De acordo com a Pesquisa de Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS), do IBGE, o estado contribuiu com 95,1% do valor da produção nacional de palmito, seguindo-se as participações dos itens açaí, 60,1%; madeira em tora, 43,2%; e castanha-do-pará, 18,1% (Tabela 4).

No setor secundário, predominam atividades relacionadas ao setor mineral, com ênfase no dinamismo da indústria extrativa de minerais metálicos, responsável por 35,3% da produção nacional. Ressalte-se que o Valor da Transformação

Tabela 5 – Valor da Transformação Industrial (VTI)

Principais produtos conforme VTI – 2010

Seções e atividades	%	
	Distribuição da indústria no PA	Representação na indústria nacional
Indústria extrativa	77,1	19,3
Extração de minerais metálicos	77,0	35,3
Indústria de transformação	22,9	0,8
Metalurgia	6,5	3,6
Produtos alimentícios	6,5	1,4
Produtos de minerais não-metálicos	3,0	2,5
Produtos de madeira	2,6	7,7
Bebidas	0,8	0,8
Produtos químicos	0,6	0,3
Celulose, papel e produtos de papel	0,6	0,6
Produtos de metal, ex. máq. e equip.	0,4	0,3
Móveis	0,3	0,7
Outros	1,6	2,7

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual – Empresa

Industrial (VTI) da atividade, evidenciando o crescimento da demanda externa por minério de ferro ao longo de 2010, aumentou 153% naquele ano, contribuindo para que a participação desse segmento no VTI agregado das indústrias paraenses passasse de 59%, em 2009, para 77% (Tabela 5).

A indústria de transformação do estado é impulsionada pelos segmentos metalurgia, produtos alimentícios, produtos de minerais não-metálicos e produtos de madeira, que, em 2010, geraram, em conjunto, cerca de 80% do VTI da indústria paraense.

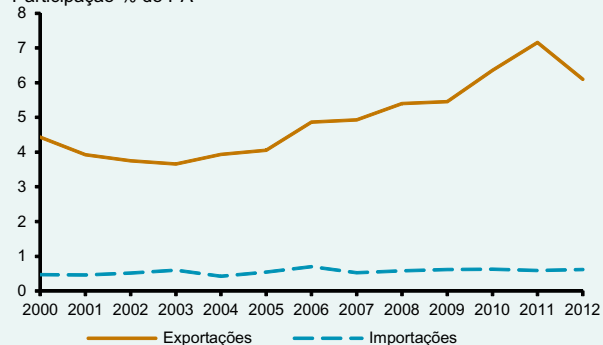
A indústria paraense registrou, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do IBGE, variações anuais de 3% em 2011 e -1,1% em 2012, ante oscilações respectivas de 0,3% e -2,5%, no país. A indústria recuou 11% nos cinco primeiros meses de 2013, em relação igual período do ano anterior.

O comércio varejista paraense registrou crescimento médio anual de 9,1% no período de 2009 a 2012, comparativamente a expansão de 8% em âmbito nacional, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. As vendas do comércio ampliado, que incluem os segmentos veículos e materiais de construção, aumentaram 7,7% no estado e 8,4% no país, no mesmo período (Tabela 5). Considerados períodos de doze meses encerrados em maio de 2013 e do ano anterior, as vendas varejistas e do comércio ampliado do estado elevaram-se, na ordem, 5,7% e 10,5% (6,1% e 7,6%, respectivamente, em nível nacional).

O comércio exterior do Pará é historicamente superavitário. As exportações paraenses cresceram acima da média nacional nos últimos anos, contribuindo para que sua participação nas vendas externas do país passasse de 3,8%, em 2002, para 4,9%, em 2007, e 6,1%, em 2012 (Gráfico 4). Ressalte-se que, nos últimos cinco anos, as exportações do estado foram impulsionadas pelas vendas de minérios, bovinos vivos e carne bovina, e soja, destinadas, em especial, à China, Japão, Alemanha e Venezuela. As importações paraenses mantiveram-se em torno de 0,6% das importações brasileiras, no período, totalizando R\$1,4 bilhão

Gráfico 4 – Comércio exterior

Participação % do PA



Fonte: MDIC

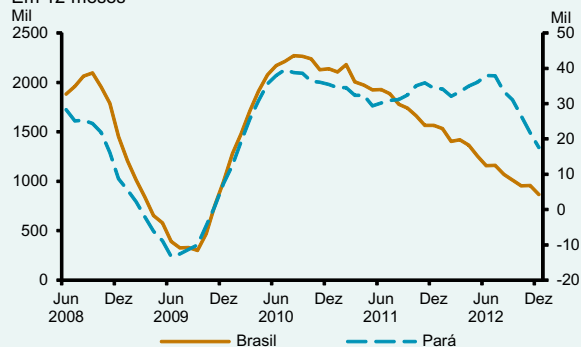
Tabela 6 – Quantidade de trabalhadores no regime CLT
Dezembro de 2012

Setores	PA		Brasil		Em mil
	PA	%	Brasil	%	Part. %
Total	744	100,0	39 547	100,0	1,9
Indústria de transformação	89	11,9	8 210	20,8	1,1
Comércio	208	27,9	8 955	22,6	2,3
Serviços	248	33,4	16 219	41,0	1,5
Construção civil	97	13,0	3 112	7,9	3,1
Agropecuária	53	7,1	1 575	4,0	3,4
Indústria extrativa mineral	19	2,5	224	0,6	8,4
Outros ^{1/}	30	4,1	1 252	3,2	2,4

Fonte: MTE/Caged

1/ Inclui serviços industriais de utilidade pública, administração pública e outros.

Gráfico 5 – Criação de novos empregos formais
Em 12 meses



Fonte: MTE/Caged

Gráfico 6 – Composição do crédito PJ e PF – Brasil e Pará

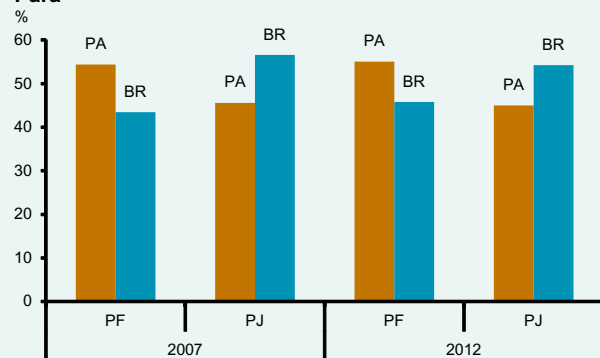
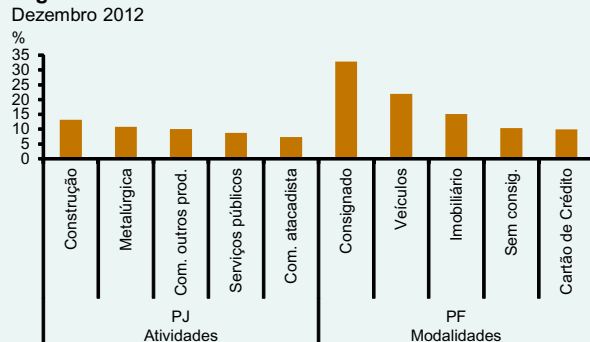


Gráfico 7 – Participação das modalidades de crédito no segmento PF e setores de atividades no segmento PJ



em 2012. Os principais produtos importados foram insumos para a produção mineral, como hidróxido de sódio, e coque de petróleo calcinado, provenientes principalmente da China, Coreia do Sul e Estados Unidos da América (EUA).

O número de trabalhadores formais no estado atingiu 744 mil em 2012, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged/MTE), 1,9% do registrado nacionalmente. Os setores de serviços, comércio e construção civil responderam, respectivamente, por 33,4%, 27,9% e 13% do total de empregos formais no estado. Considerando a participação dos trabalhadores contratados no estado por setor de atividade, no total nacional, destacam-se os segmentos da indústria extrativa mineral, com 8,4%, da agropecuária, com 3,4%, e da construção civil, com 3,1% (Tabela 6).

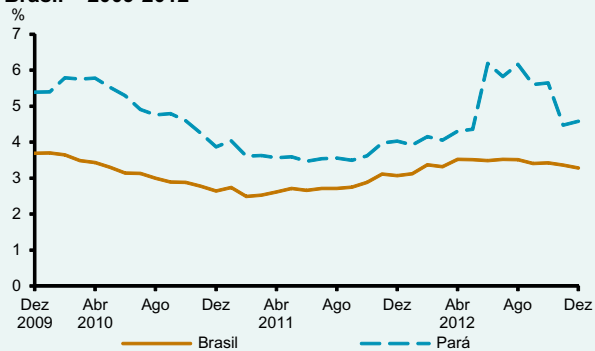
O mercado de trabalho apresenta-se em expansão, com geração positiva de postos de trabalho desde 1999, sobretudo nos segmentos serviços, comércio e construção civil.

O estoque de crédito no Pará, considerados empréstimos acima de R\$1 mil, cresceu mais acentuadamente do que no país, nos últimos cinco anos, e representou 1,5% do total nacional em 2012. Neste ano, o saldo aumentou 18,3% no estado (16,2% no país), resultado de elevações respectivas de 19,7% e 16,2% nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, que registraram participações respectivas de 55,1% e 44,9% no estoque de crédito paraense ao final do ano (Gráfico 6).

Os empréstimos a pessoas jurídicas concentravam-se, em dezembro de 2012, nas atividades construção civil, 13,1%, e metalurgia, 10,8%, e no âmbito das pessoas físicas, nas modalidades crédito consignado, 32,8%, e veículos, 22% (Gráfico 7).

No segmento de pessoas jurídicas, destacaram-se os aumentos nos estoques de crédito nas atividades metalurgia, 101,2%, e construção civil, 32,6%, e no segmento de pessoas físicas, os registrados nas modalidades cartão de

Gráfico 8 – Inadimplência do crédito total, Pará e Brasil – 2009-2012



Nota: Operações do SCR.

crédito, 188,0%; crédito pessoal, 94,3%; e crédito consignado, 82,2%.

A inadimplência no Pará atingiu 4,54% em dezembro de 2012 (3,28% no país), elevando-se 0,51 p.p. nos últimos doze meses. A taxa totalizou 3,7% no segmento de pessoas jurídicas (2,16% no país) e 5,22% no de pessoas físicas (4,61% no país), elevando-se 1,25 p.p. e 0,57 p.p., respectivamente, no período (Gráfico 8).

A razão entre a dívida líquida e as receitas totais do governo estadual atingiu 5,5% em 2012, ante 11,2% em 2011 e 19,8% em 2010. A trajetória do nível de endividamento do Pará decorreu da quitação de compromissos e do aumento das receitas totais, que registraram crescimento anual de 21,7% em 2012. A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal tributo do estado, aumentou 19,4% no período.

Tabela 7 – Investimentos no Pará – 2012/2016

Empresa	Finalidade	Valor (R\$ milhões)
Belo Monte	Usina Hidro-Elétrica	30 000
Vale-S11D	Mineração	24 000
Anglo American	Mineração Níquel	9 400
USIPAR	Siderurgia, Porto e Navegação	8 400
Vale-ALPA	Siderurgia	8 000
Vale-Logística EFC	Logística	5 200
Vale-Cristalino	Mineração	5 000
Vale-Carajás+30MTA	Mineração	4 956
CDP-Vale-Outras	Portos e Terminais	4 500
Hydro-CAP	Produção de Alumina	4 000
CELPA	Grande Belém	3 500
Vale-Porto Espadarte	Grande Belém	3 000
Vale-Salobo II	Carajás	2 052
Outros		17 611
Total		129 619

Fonte: FIEPA

Os investimentos no estado, em execução e planejados, somam R\$129.619 milhões, de 2012 a 2016, de acordo com levantamento da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa). Aproximadamente 50% destes investimentos estão relacionados a mineração e siderurgia, cerca de 25% referem-se a projetos de produção e transmissão de energia, e os demais projetos destinam-se basicamente à infraestrutura de transportes, como portos e terminais, estradas de ferro e outros.

A trajetória da economia paraense tende a ser favorecida pelo impacto, sobre renda e emprego, de investimentos públicos e privados – sobretudo em infraestrutura – ora em implantação no estado. Nesse contexto, a demanda doméstica deve sustentar as vendas do comércio ampliado, que têm mostrado maior dinamismo do que a média nacional nos últimos anos.

Medidas Abrangentes de Desemprego

A evolução recente da Taxa de Desemprego (TD)¹ indica tendência de redução da ociosidade da mão de obra. Cabe analisar a dinâmica do mercado de trabalho, entretanto, à luz de outras medidas de TD. De fato, a metodologia padrão não considera desempregados aqueles trabalhadores que gostariam de trabalhar e não procuraram emprego nas quatro semanas anteriores à data da pesquisa; ao mesmo tempo, inclui no contingente de empregados a parcela de trabalhadores subempregada. Nesse contexto, o objetivo deste boxe consiste em examinar medidas mais abrangentes da TD.

Segundo a metodologia padrão, desempregados que não procuraram emprego nas quatro semanas anteriores à data da pesquisa são classificados como desalentados² ou marginalmente ligados à população economicamente ativa³ (Pessoas Marginalmente Ligadas à População Economicamente Ativa – PMLP⁴), e não pertencentes à força de trabalho. Em princípio, portanto, existem pessoas fora da População Economicamente Ativa (PEA) que poderiam entrar no mercado de trabalho, mas que, de acordo com convenções internacionais seguidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não constam na estatística de desemprego. No mesmo sentido, a inclusão de trabalhadores com jornada de trabalho reduzida

1/ A TD, divulgada na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, é definida como a relação entre o número de desempregados e a População Economicamente Ativa (PEA). Neste boxe, todas as referências ao Brasil dizem respeito ao agregado das seis regiões metropolitanas investigadas na PME do IBGE: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

2/ Pessoas marginalmente ligadas à população economicamente ativa na semana de referência da pesquisa que procuraram trabalho ininterruptamente durante pelo menos seis meses, contados até a data da última providência tomada para conseguir trabalho no período de 365 dias, tendo desistido por não encontrar qualquer tipo de trabalho, trabalho com remuneração adequada ou trabalho de acordo com as suas qualificações.

3/ A população economicamente ativa é composta pelas pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência (semana, de domingo a sábado, que precede a semana definida como de entrevista para a unidade domiciliar).

4/ São as pessoas não classificadas como ocupadas nem como desocupadas na semana de referência, mas que trabalharam ou procuraram trabalho no período de 365 dias e estavam disponíveis para assumir um trabalho na semana de referência.

no contingente de desempregados tende aumentar a disponibilidade de mão de obra, admitindo que parcela desse grupo estaria disposta a ampliar a quantidade de horas trabalhadas.

Nesse cenário, foram construídos indicadores alternativos para a TD no Brasil e nas Regiões Metropolitanas (RMs), identificados a seguir:

TD – Total de desempregados em relação à PEA, conforme estimada pelo IBGE;

TD2 – Total de desempregados acrescido de desalentados, como proporção da PEA acrescida de desalentados;

TD3 – Total de desempregados somado a desalentados e ao restante da população marginalmente ligada à PEA (PMLP), como proporção da PEA acrescida da PMLP; e

TD4 – Total de desempregados acrescido da PMLP e de trabalhadores com jornada parcial, como proporção da PEA e PMLP.

Embora os quatro indicadores registrem trajetória semelhante (Gráfico 1), a análise em nível revela aspectos interessantes. O exame de TD e TD2 evidencia impacto residual do desalento sobre a taxa de desemprego, com a diferença média entre as taxas associadas aos indicadores passando de 0,2 p.p., em 2003, para 0,03 p.p. no período de doze meses encerrado em maio de 2013.

O estreitamento do *gap* que separa a TD dos indicadores alternativos repete-se em relação a TD3 e TD4, com as diferenças médias passando, na ordem, de 3,9 p.p. e 8,1 p.p., em 2003, para 2,6 p.p. e 4,4 p.p., respectivamente, no período de doze meses finalizado em maio⁵. É relevante ressaltar, ainda, que a taxa de desemprego no conceito mais amplo (TD4) atingiu 10% em maio de 2013, patamar 4,2 p.p. superior à TD.

Note-se que a razão entre TD4 e TD (Gráfico 2) mostrou tendência de crescimento na

Gráfico 1 – Taxa de desemprego – Indicadores alternativos – Brasil

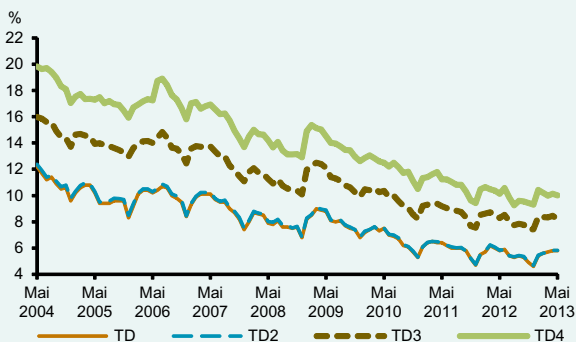
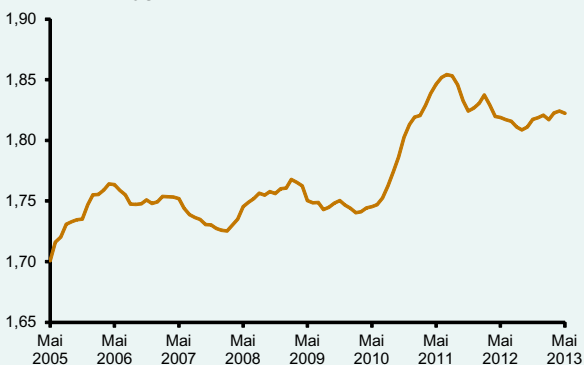


Gráfico 2 – Evolução da razão entre as taxas TD4 e TD – MM12M – Brasil



5/ No período, as participações da PMLP e dos trabalhadores subocupados na PEA recuaram de 4,7% para 2,9%, e de 4,4% para 1,9%, respectivamente.

Gráfico 3 – Evolução da razão: Quantidade de empregos/PIA – MM12M – Brasil



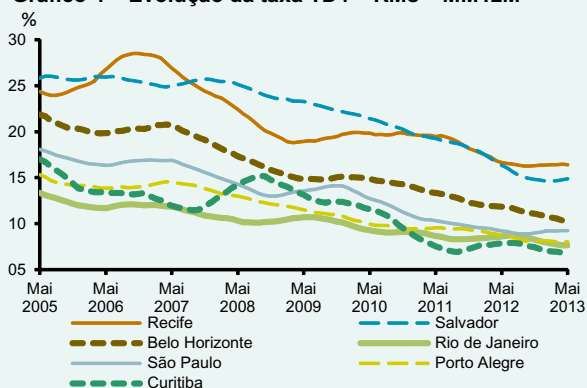
Tabela 1 – Taxas de desemprego – Brasil e RMs

	Média dos últimos 12 meses ^{1/}				Média histórica ^{2/}			
	TD	TD2	TD3	TD4	TD	TD2	TD3	TD4
Brasil	5,4	5,5	8,0	9,9	8,6	8,7	12,0	14,9
Recife	6,3	6,4	12,2	16,4	10,5	10,6	17,7	22,2
Salvador	6,8	6,9	11,4	14,9	12,4	12,6	17,4	22,4
Rio de Janeiro	4,6	4,7	6,5	7,6	6,9	6,9	8,9	11,0
São Paulo	6,1	6,1	8,2	9,3	9,3	9,4	12,1	14,4
Belo Horizonte	4,2	4,2	7,3	10,1	7,3	7,3	12,5	17,0
Porto Alegre	3,7	3,7	5,8	8,0	6,4	6,5	9,4	12,5
Curitiba	3,8	3,8	5,7	6,8	5,9	6,0	9,2	12,1

1/ Finalizados em maio de 2013

2/ A partir de janeiro de 2003

Gráfico 4 – Evolução da taxa TD4 – RMs – MM12M



série histórica (especialmente, no final de 2008 e início de 2009, e no final de 2010 e 2011). Esses movimentos decorrem de elevação da PMLP *vis-à-vis* a PEA, como verificado ao final de 2008, ou de menor incorporação da PMLP ao mercado de trabalho, como ao final de 2010 e 2011.

O Gráfico 3 mostra a evolução do nível de ocupação, que cresceu no período analisado, atingindo o máximo em abril de 2013 (54,3%). O aumento do nível de ocupação de indivíduos aptos ao trabalho evidencia mercado de trabalho com ociosidade menor.

A análise regional⁶ indica, de forma generalizada, queda das taxas de desemprego em todos os conceitos analisados, conforme Tabela 1 e Gráfico 4. Ressalte-se que nas RMs de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Curitiba e São Paulo ocorreram as menores diferenças entre TD e TD4. Esse resultado indica a existência, nessas RMs, de menor contingente relativo de PMLP e de empregados subocupados; ou, de outra forma, sinaliza mercados de trabalho com menor oferta potencial de mão de obra. Em sentido oposto, as RMs de Recife, Salvador e Belo Horizonte registram elevada participação de empregados subocupados e de PMLP.

Vale ressaltar que na RM de Recife a TD recuou nos últimos anos, devido à geração de emprego a taxas significativamente superiores à média nacional – entre maio de 2009 e maio de 2013, a população ocupada de Recife cresceu 15%, ante aumento de 9,6% no país. Contudo, a taxa de atividade, mesmo aumentando 2,5 p.p. no período, para 50,4%, ainda se situa no menor patamar entre as RMs pesquisadas. No RM de Recife, a TD4 atingiu 16,4% considerados os últimos doze meses finalizados em maio, sugerindo que a oferta potencial de mão de obra ainda poderia se expandir no médio prazo.

Na RM de Salvador, onde a TD é historicamente elevada, com média de 6,8% no período de doze meses encerrado em maio, a subocupação relativamente à PEA atingiu 3,7%

6/ Os indicadores da região de Curitiba (RMC) são calculados a partir dos dados pesquisados pelo Iparides, em parceria com o IBGE.

Gráfico 5 – Evolução da taxa de atividade – MM12M



no período e o percentual de PMLP superou a média nacional. Como resultado, a TD4 da RM de Salvador totalizou 14,9%, segunda maior taxa entre as RMs consideradas.

Este boxe examina a trajetória recente, em nível nacional e regional, da taxa de desemprego a partir de três indicadores alternativos, que incorporam grupos de trabalhadores excluídos da força de trabalho no indicador padrão (TD). De modo geral, os indicadores alternativos apontam existência de oferta potencial de mão de obra, ou seja, restrições menos acentuadas do que as sinalizadas pelo indicador padrão.

Apêndice

Banco Central do Brasil

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Banco Central do Brasil

Presidente

Alexandre Antonio Tombini

Diretor de Política Econômica

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo

Chefe do Departamento Econômico

Tulio José Lenti Maciel

Representações Regionais do Departamento Econômico

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Belém

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Curitiba

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Fortaleza

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Porto Alegre

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos no Recife

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos no Rio de Janeiro

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Salvador

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Belém
Chefe de Equipe: Edilson Rodrigues de Sousa

Boulevard Castilhos França, 708 – Centro
Caixa Postal 651
66010-020 – Belém (PA)
E-mail: pa.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte
Chefe de Equipe: Rodrigo Lage de Araújo

Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 – Belo Horizonte (MG)
E-mail: mg.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Curitiba
Chefe de Equipe: Vanderléia Centenaro

Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico
Caixa Postal 1.408
80530-914 – Curitiba (PR)
E-mail: pr.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Fortaleza
Chefe de Equipe: Afonso Eduardo de Oliveira Jucá

Av. Heráclito Graça, 273 – Centro
Caixa Postal 891
60140-061 – Fortaleza (CE)
E-mail: ce.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Porto Alegre
Chefe de Equipe: Vera Maria Schneider

Rua 7 de setembro, 586 – Centro
Caixa Postal 919
90010-190 – Porto Alegre (RS)
E-mail: rs.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Recife
Chefe de Equipe: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Rua da Aurora, 1259 – Santo Amaro
Caixa Postal 1.445
50040-090 – Recife (PE)
E-mail: pe.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos no Rio de Janeiro
Chefe: Lilian Carla dos Reis Arquete

Av. Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-900 – Rio de Janeiro (RJ)
E-mail: rj.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Salvador
Chefe de Equipe: Itamar Marins da Silva

Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina
Caixa Postal 44
40210-901 – Salvador (BA)
E-mail: ba.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo
Chefe: Mauricio Barreto Campos

Av. Paulista, 1804 – Bela Vista
Caixa Postal 8.984
01310-922 – São Paulo (SP)
E-mail: gtspa.depec@bcb.gov.br

Siglas

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESpAr	BNDES Participações S. A.
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBIC	Câmara Brasileira da Indústria da Construção
Cepa	Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola
CNAE	Classificação Nacional das Atividades Econômicas
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Condepe/Fidem	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
Depec	Departamento Econômico
Emater/RS	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
Fecomercio SP	Federação do Comércio do Estado de São Paulo
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Fenabrave	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
Fenabrave-PR	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores do Estado do Paraná
Fieam	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
Fieg	Federação das Indústrias do Estado de Goiás
Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Fiep	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
Fiepa	Federação das Indústrias do Estado do Pará
Fiepe	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
Fiergs	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
Fiesc	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Finame	Agência Especial de Financiamento Industrial
FJP	Fundação João Pinheiro
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
GNL	Gás Natural Liquefeito
IBC-Br	Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil
IBCR	Índice de Atividade Econômica Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Índice de Confiança do Consumidor
ICCBH	Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte
Iceb	Indicador de Confiança do Empresariado Baiano
Icec	Índice de Confiança do Empresário do Comércio
Icei	Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICF	Intenção de Consumo das Famílias
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDI	Índice de Desempenho Industrial
Iepe	Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
INC	Índice Nacional de Confiança
Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipead	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IVV-Curitiba	Índice de Velocidade das Vendas de Imóveis em Curitiba
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
Nuci	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
p.p.	Pontos percentuais
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEA	População Economicamente Ativa
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PEVS	Pesquisa de Extração Vegetal e Silvicultura
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
Pimes	Pesquisa Industrial Mensal – Emprego e Salário
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMLP	Pessoas Marginalmente Ligadas à População Economicamente Ativa
Rais	Relação Anual de Informações Sociais
Repetro	Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural
RMB	Região Metropolitana de Belém
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
Seab	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SIF	Serviço de Inspeção Federal
Sincodiv PR	Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná
Sinduscon-PR	Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná
Sinduscon-RS	Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio Grande do Sul
SNIC	Sindicato Nacional da Indústria do Cimento
TD	Taxa de desemprego
USDA	Departamento de Agricultura Norte-Americano
VBP	Valor bruto da produção
VTI	Valor da Transformação Industrial